



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

FELIPE ARTHUR CORDEIRO ALVES

**A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO EPICENTRO DO
PROTAGONISMO SOCIAL NEGRO: DO EPISTEMICÍDIO À [DES]
COLONIALIDADE NOS ANAIS DO ENANCIB**



JOÃO PESSOA
2021

FELIPE ARTHUR CORDEIRO ALVES

**A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO EPICENTRO DO
PROTAGONISMO SOCIAL NEGRO: DO EPISTEMICÍDIO À [DES]
COLONIALIDADE NOS ANAIS DO ENANCIB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Gisele Rocha Côrtes

Linha de Pesquisa:

Organização, Acesso e Uso da Informação

JOÃO PESSOA

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A474m Alves, Felipe Arthur Cordeiro.

A mediação da informação como epicentro do protagonismo social negro : do epistemicídio à [des] colonialidade nos anais do ENANCIB / Felipe Arthur Cordeiro Alves. - João Pessoa, 2021.

170 f. : il.

Orientação: Gisele Rocha Côrtes.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Informação. 2. População negra. 3. Protagonismo social. 4. Mediação da informação. 5. Racismo. 6. Epistemicídio. I. Côrtes, Gisele Rocha. II. Título.

UFPB/BC

CDU 007(043)

FELIPE ARTHUR CORDEIRO ALVES

**A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO EPICENTRO DO
PROTAGONISMO SOCIAL NEGRO: DO EPISTEMICÍDIO À [DES]
COLONIALIDADE NOS ANAIS DO ENANCIB**

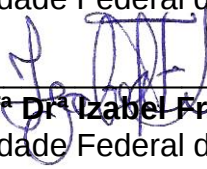
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em: 05/03/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a Dr^a Gisele Rocha Côrtes
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof^a Dr^a Izabel França de Lima
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof^o Dr^o Erinaldo Dias Valério
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof^o Dr^a Gracy Kelli Martins Gonçalves
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof^a Dr^a Leyde Klebia Rodrigues da Silva
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

AGRADECIMENTOS

Sou grato primeiramente a Deus pelas copiosas graças derramadas em minha vida, especialmente por mais esse ciclo encerrado em minha vida. Grato por tudo ocorrer segundo o beneplácito da sua boa, perfeita e agradável vontade. Sinto sua presença em todos os momentos da minha vida, desde os momentos mais efusivos aos momentos de angústia e aflição dos quais todos nós passamos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, especialmente a todo corpo discente pelos ricos ensinamentos transmitidos, por todo conhecimento compartilhado e pelas boas amizades cultivadas.

De modo especial, à banca examinadora deste trabalho composta pela professora Dr.^a Gisele Rocha Côrtes (orientadora), pelo professor Dr. Erinaldo Dias Valério (examinador) e pela professora Dr.^a Izabel França de Lima. As contribuições de ambos foram importantes para o desenvolvimento e o delineamento desta pesquisa. Digo convictamente que sem as considerações da banca este trabalho não teria o mesmo brio e não teria alcançado os objetivos propostos.

À amada professora Dr.^a Gisele Rocha Côrtes, por toda sua paciência, zelo e cuidado para comigo ao longo deste mestrado, especialmente no período de qualificação e desenvolvimento da dissertação. Descobri nela um exemplo de docente e pesquisadora, sempre comprometida com a educação e com as causas sociais das pessoas vulnerabilizadas. Desejo que um dia eu possa ser um docente e pesquisador tão humano e afetuoso quanto ela. Foi um prazer ter sido seu orientando. Diria até que foi uma graça singular.

Ao querido professor Dr. Erinaldo Dias Valério, por mesmo em meio a tantas atividades, sempre se mostrar atencioso e solícito em contribuir com minha pesquisa. Por todas as indicações de literaturas, por todas as conversas e por todos os incentivos para a conclusão da dissertação e continuidade na vida acadêmica.

À estimada professora Dr.^a Izabel França de Lima, por oferecer um olhar bastante afetuoso e rico sob essa dissertação. Por trazer à tona minúcias tão importantes e que fizeram toda diferença para o resultado final deste estudo. Senti-me cuidado e resguardado em cada contribuição sua.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, que me ofereceu a oportunidade de desempenhar os estudos da melhor forma possível,

principalmente ao meu ex-chefe, Simão Pedro Viana da Silva, e minha atual diretora, Lígia Verônica Marinho Dantas Cabral.

Sou grato à minha família por sempre ter me apoiado em meus desafios, proporcionando todo o suporte necessário para que eu pudesse desempenhar bem minha vida acadêmica e profissional. De modo especial, ao meu pai, Cícero, meu herói, exemplo de homem e servidor público. À minha saudosa mãe, Maria da Conceição (*in memoriam*), por todo incentivo nos estudos e, por desde cedo, me fazer descobrir que eu seguiria sua profissão de docente.

À minha noiva, Marcella Fernandes, que sempre acreditou em mim, sempre me motivou e sempre celebrou comigo todas as conquistas, independente de suas grandiosidades ou simplicidades. Agradeço por todo companheirismo e carinho em todo processo do mestrado, desde o simples desejo até a conclusão.

“Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial neste país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial”.

Lélia Gonzalez

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – ENANCIB's por regiões geográficas	106
Figura 2 – Conteúdos mediados acerca da população negra nos anais do ENANCIB	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Os PPGCI's e ações afirmativas na pós-graduação	84
Gráfico 2 – Publicações sobre a população negra nos ENANCIB's	121
Gráfico 3 – Publicações sobre a população negra no ENANCIB por ano.....	122
Gráfico 4 – Protagonismo feminino nas produções científicas do ENANCIB.....	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – PPGCI's na modalidade <i>stricto sensu</i> divididos por região geográfica .	83
Quadro 2 – Edições do ENANCIB (1994-2019)	105
Quadro 3 – Produções sobre a população negra no ENANCIB (1994-2019)	113
Quadro 4 – Destrinchando o corpo autoral nos anais do ENANCIB (1994 – 2019)	127

LISTA DE SIGLAS

ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos
BRAPCI – Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior
CDD – Classificação Decimal de Dewey
CI – Ciência da Informação
CINFORM – Encontro Nacional de Ensino Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPENE – Congresso Nacional de Pesquisadores/as Negros/as
EBBC – Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cienciometria
EJA – Ensino de Jovens e adultos
ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
EUA – Estados Unidos da América
FIOCRUZ – Fundação Owsvaldo Cruz
GEINCOS – Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas
GT – Grupos de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IPR – Índices de Paridade Racial
LGBTQI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Interseccionais
MNU – Movimento Negro Unificado
NEAB – Núcleos de Estudos Afro-brasileiros
NEABI – Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e indígenas
NEPIERE – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Etnicorraciais
ONG – Organização Não-Governamental
PCRI – Programa de Combate ao Racismo Institucional
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE – Plano Nacional de Educação

PPGCI – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

PUC – Pontifícia Universidade Católica

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIRIO – Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Desde a ignomínia escravidão até os dias atuais, a história da população negra brasileira é repleta de luta e resistência contra processos de exclusão social. O mito da democracia racial contribuiu para a propagação de distintas formas de racismo e silenciamento de conhecimentos negros, epistemicídio negro. O epistemicídio, enquanto mecanismo de censura dos saberes, é resultado de um *modus operandi* da produção científica imersa em disputas políticas e relações de poder. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar a relação entre a mediação da informação e o protagonismo social negro, por meio das produções científicas acerca da população negra publicadas nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Especificamente, buscou-se: a) mapear as produções e os(as) pesquisadores(as) que têm produzido sobre a população negra no âmbito dos anais dos ENANCIBs; b) visibilizar o protagonismo negro dentre os(as) autores(as) que publicaram pesquisas com foco na comunidade negra no evento; c) Elencar as temáticas encontradas nos trabalhos recuperados, para apontar as tendências de pesquisas étnico-raciais no ENANCIB. Trata-se de uma pesquisa de cunho descritivo e exploratório, com abordagem quali-quantitativa. O *corpus* da pesquisa foi extraído dos resumos e das comunicações orais publicados nos anais do ENANCIB, evento de significativa relevância na Ciência da Informação. O período analisado compreende os anos de 1994 a 2019. Para extrair os resultados da produção científica que compõe o *corpus* do trabalho foram utilizadas as bases dos estudos métricos da informação, especialmente da cientometria. A pesquisa identificou o protagonismo social de pesquisadores(as) negros(as) entre os(as) autores(as) que mais publicaram sobre a temática étnico-racial, com foco na população negra nos ENANCIBs. Destaca-se, no âmbito do estudo, a *práxis* da professora Dra. Mirian de Albuquerque, precursora de pesquisas étnico-raciais na CI. O estudo evidencia o protagonismo social de bibliotecários(as) e docentes ligados a esse campo do conhecimento entre os(as) pesquisadores(as) que mediarão conscientemente conteúdos informacionais pautados na luta antirracista e antiepistemicida. Os resultados permitem enunciar, também, a relação profícua e indissociável entre a mediação da informação e o protagonismo social negro nos ENANCIBs. Os conteúdos informacionais mediados conscientemente pelos(as) pesquisadores(as) revelam o acesso à informação e ao conhecimento como fundamentais no enfrentamento do epistemicídio negro, com vistas à descolonização do conhecimento. Conclui-se que as produções científicas recuperadas, na dissertação, constituem importante arcabouço teórico atinente à temática, fomentam a realização de novas pesquisas e favorecem o protagonismo social negro no campo científico.

Palavras-chave: Informação. População negra. Protagonismo Social. Mediação da Informação. Racismo. Epistemicídio.

ABSTRACT

From the ignominy of slavery to the present day, the history of the Brazilian black population is full of struggle and resistance against processes of social exclusion. The myth of racial democracy contributed to the spread of different forms of racism and silencing of the black knowledge, black epistemicide. Epistemicide, as a mechanism for censoring lore, is the result of a *modus operandi* of scientific production immersed in political disputes and power relations. Given this, the general objective of this research was to analyze the relationship between information and black social protagonism, through scientific productions about the black population published in the annals of the Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Specifically, we sought to: a) map the productions and the researchers who have been producing on the black population within the scope of the annals of ENANCIBs; b) make the black protagonism visible among the authors who published research focusing on the black community at the event; c) List the themes found in the recovered works, to point out trends in ethnic-racial research at ENANCIB. The research corpus was extracted from abstracts and oral communications published in the annals of ENANCIB, an event of significant relevance in Information Science. The analyzed period comprises the years 1994 to 2019. To extract the results of the scientific production that makes up the corpus of the work, the bases of the metric studies of information were used, especially of scientometry. The research identified the social role of black researchers among the authors who published the most about the ethnic-racial theme, focusing on the black population in the ENANCIBs. Within the scope of the study, the practice of Professor Dr. Mirian de Albuquerque, the precursor of ethnic-racial research at IS, stands out. The study highlights the social role of librarians and teachers linked to this field of knowledge among researchers who consciously mediated informational content based on the anti-racist and anti-epistemic struggle. The results also make it possible to state the fruitful and inseparable relationship between the mediation of information and black social protagonism in ENANCIBs. The informational contents mediated consciously by the researchers reveal the access to information and knowledge as fundamental in facing the black epistemicide, with a view to the decolonization of knowledge. It is concluded that the scientific productions recovered, in the dissertation, constitute an important theoretical framework related to the theme, encourage the realization of new researches and favor the black social protagonism in the scientific field.

Keywords: Information. Black population. Social protagonism. Information Mediation. Racism. Epistemicide.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
1.1 Problemática da pesquisa	24
1.2 Hipótese de trabalho	27
1.3 Motivação e Justificativa da Pesquisa.....	27
2 “RACISMO À BRASILEIRA”: CONCEITOS NORTEADORES E TIPOS DE RACISMO	33
2.1 Protagonismo social da população negra: histórias de lutas e resistências	54
2.2 Breve histórico: Movimento negro enquanto movimento social organizado	65
3 PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA: RESISTÊNCIAS, PODER E CONHECIMENTO	73
3.1 O Epistemicídio étnico-racial na Ciência da Informação como violência simbólica à população negra	80
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	99
4.1 Campo de Pesquisa: Anais do ENANCIB	102
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	108
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS	149

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Historicamente a população negra no Brasil tem sido obrigada a conviver com a exclusão em diversos segmentos sociais. Isso fez com que ela fosse compelida a conviver nas periferias físicas e existenciais, visto que boa parte de sua cultura foi desconstruída por outras culturas dominantes em um processo de desvalorização e busca de invisibilização das identidades culturais dos(as) negros(as).

O colonialismo europeu e o regime escravocrata brasileiro, que duraram mais de três séculos, contribuíram para disseminar, no país, o racismo e, conseqüentemente, dificultar a inserção do povo negro na sociedade brasileira. No entanto, apesar desse contexto histórico, discutir o racismo no Brasil ainda é um tabu endossado pela ideologia de uma suposta “democracia racial”.

De acordo com Domingues (2005), as raízes históricas do mito da democracia racial remontam ao século XIX e foram impulsionadas por escritos de viajantes que visitaram o Brasil, pela produção da elite intelectual e política do país, pelo processo de mestiçagem, entre outros.

Consoante Domingues (2005, p. 116), podemos compreender que

A democracia racial, a rigor, significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou inconstitucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação. A lei Áurea, em 1888, aboliu a escravidão, o principal dispositivo institucional de opressão dos negros do Brasil. Em 1889, a proclamação da República universalizou, em tese, o direito à cidadania. Do ponto de vista do discurso legal, cidadãos negros passariam a desfrutar de uma igualdade de direitos e oportunidades em relação aos brancos [...] No entanto, não podemos esquecer que, segundo o artigo 70, título IV, da Constituição de 1891, não tinham direitos políticos, ou seja, não podiam votar e ser votados, entre outros, os analfabetos, condição na qual se encontrava a maioria da população negra, em São Paulo, no alvorecer da República.

Conforme Ferreira (2019), a democracia racial brasileira, propagada ao longo dos anos, assevera a ideia de que as relações de raça seriam harmoniosas. Muitos consideram que a raça nunca foi um fator relevante quando se trata de oportunidades a qualquer cidadão(ã) no país. Porém, a introversão do(a) brasileiro(a) em assumir seu preconceito não significa que a discriminação racial seja uma falácia. Esse comportamento dificulta o combate ao racismo, pois inibe

debates sobre esse tema.

A pesquisadora Franciéle Carneiro Garcês da Silva¹, em parceria com Ana Paula Meneses Alves, Graziela dos Santos Lima, Dirnéle Carneiro Garcez, Andreia Sousa da Silva e Priscila Rufino Fevrier (2019), consideraram que a democracia racial até hoje traz percalços para o entendimento das especificidades e necessidades informacionais dos povos que compõem a sociedade brasileira, uma vez que tal ideia propagou o pensamento social de uma igualdade em direitos e deveres e que todas as etnias convivem harmonicamente (SILVA et al, 2019).

A professora Marielda Barcellos Medeiros, em uma autoetnografia de sua trajetória de vida, no trabalho e na militância, discorre acerca de sua trajetória considerando que

Esta trajetória me permitiu acompanhar, como militante e professora negra, diferentes momentos que pontuo na sequência, mas acima de tudo me possibilitou perceber que nunca vivemos em uma democracia racial e que adquirindo essa consciência, reconheço as diferenças que nos marcam negativamente como indivíduos (MEDEIROS, 2019, p. 59).

No auge da democracia racial, nos anos 60, um fato histórico contribuiu para a afirmação da democracia racial no país e no exterior. Conforme a professora Joselina da Silva, a eleição de Vera Lúcia Couto como *miss* Guanabara espalhou no país a falsa sensação de uma relação harmônica entre os diversos povos.

A eleição da rainha da beleza, The Beauty Queen, permite que este ritual transforme o mito da democracia racial em verdade *incontest*, que deixa de ser mito e se transforma em realidade. Vera foi eleita depois de ter passado “igual” e “democraticamente” pelos mesmos processos rituais aos quais todas as moças de diversos gradientes de cor, exceto negras, foram submetidas, logo, poder-se-ia concluir que não havia discriminação alguma. Vera se transforma, então, em bandeira viva de mestiçagem, produto nacional e, acima de tudo, da Democracia Racial (SILVA, 2007, p. 07).

Evidentemente que não queremos com o contexto exposto culpabilizar Vera, mas apenas exemplificar como um fato histórico relevante para a representatividade

¹ Apesar das normas da ABNT indicarem o uso apenas do sobrenome dos(as) autores(as), optamos por escrever por extenso o nome das pesquisadoras. Ao longo do texto, utilizamos o primeiro e o último nome de pesquisadoras, bem como o nome completo quando se trata de pesquisadoras negras. Objetivamos, com isso, visibilizar o protagonismo de mulheres, sobretudo de pesquisadoras negras.

da comunidade negra foi usado para propagar as falácias da democracia racial. Inclusive destacamos que a ex-modelo discursa combativamente ao racismo em diversos meios de comunicação², nos quais é convidada para comentar o processo que a tornou a primeira *miss* negra do Brasil.

A ideologia de democracia racial está sendo, paulatinamente, desconstruída por alguns(mas) intelectuais brasileiros(as) de diversas áreas. Enfatizamos que a última frase não pôde ser construída com os verbos no tempo pretérito perfeito, pois tal ideologia de caráter mítico ainda se faz presente na consciência coletiva de boa parte da população brasileira. Sueli Carneiro (2005) destaca a permanência do mito da democracia racial, considerando que “o discurso que molda as relações raciais é o mito da democracia racial. Sua construção e permanência até os dias atuais evidencia, por si, sua função estratégica, sobretudo como apaziguador de tensões étnico-raciais” (CARNEIRO, 2005, p. 62).

A pesquisadora negra, Kelly Tatiane Martins Quirino, corrobora com Sueli Carneiro acerca da continuidade do mito da democracia racial no país. Para a autora,

A questão racial no Brasil é emblemática: há o mito de uma democracia racial coexistindo com o racismo. A democracia racial se manifesta no imaginário brasileiro e escamoteia os problemas socioeconômicos que enfrentam os afrodescendentes. O racismo se manifesta na manutenção da superestrutura escravista, aonde os brancos continuam sendo os donos da “Casa Grande” e os negros continuam nas “Senzalas”. Só que hoje a casa grande são os condomínios fechados e as senzalas a favela, a periferia. Historicamente, isto gera uma tensão entre negros e brancos. Os negros, desde que chegaram ao Brasil, resistem à dominação, e os brancos aperfeiçoam as estratégias de dominação (QUIRINO, 2014, p. 290).

O mito da democracia racial foi fundamental para mascarar o racismo no país e introduzir, no imaginário popular, uma visão fantasiosa de uma plena ambiência pacífica em termos étnico-raciais. Para Ronaldo Laurentino de Sales Júnior (2006), a “democracia racial” é constituída por um ato de exclusão que se inscreve nas relações raciais. Uma verdadeira democracia racial só existe sob a condição de lidar com as relações raciais e resolver publicamente os conflitos raciais por meio de um

² Fala de Vera Lúcia Couto disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/os-melhores-anos-das-nossas-vidas/noticia/primeira-mulher-negra-a-concorrer-ao-miss-brasil-lembra-preconceito-as-pessoas-nao-estavam-acostumadas.ghml>. Acesso em: 10 dez. 2020

processo articulatório, sempre possível e parcial.

O mito da democracia racial busca, em primeiro lugar, preservar as distâncias³ sociais entre a população negra e a população não negra. Esse distanciamento é latente diante das desigualdades sociais em nosso país; no entanto, não podemos fazer a leitura dessa conjuntura com base na mítica democracia racial e com base em estudos científicos que reverberam ou fortalecem a propagação desse mito.

Conforme Vanessa Santana e Mirian Aquino (2009), as desigualdades raciais não podem ser compreendidas à luz das ideias que difundem a democracia racial, pois a discriminação, o preconceito e o racismo são presentes desde a escravidão. Após quase quatro séculos de escravidão, o racismo continua se manifestando de distintas formas: desde formas sutis e camufladas até o genocídio da população negra.

A escravidão pode ser considerada como o berço do Brasil. Desde o princípio, a instituição que envolvia todas as outras era a escravidão, que praticamente inexistia no país colonizador, Portugal. Nosso modelo de família, justiça, política e economia foi todo baseado na escravidão (SOUZA, 2017).

No livro “Para a história do negro no Brasil”, feito pela Biblioteca Nacional (1988), foi notado que o Brasil foi o maior importador de escravizados da América. Estima-se que, para o Brasil, teriam vindo 3.650.000 escravizados(as), oriundos(as) de diversos grupos étnicos e nações. A maioria era trazida de países como Guiné, Sudão, Congo, Angola, Moçambique, entre outras localidades.

De acordo com Wlamyra Albuquerque e Fraga Filho (2006) por mais de trezentos anos a maior parte da riqueza produzida, consumida ou exportada no Brasil foi fruto da exploração do trabalho forçado. Os(as) escravizados(as) trabalhavam na extração de pedras preciosas, na agricultura, na construção civil, nos trabalhos domésticos, entre outros serviços. No início do século XIX, o país tinha uma população de 3.818.000, das quais 1.930.000 eram escravizados(as). Inclusive em alguns locais a população de escravizados(as) era superior ao número de pessoas livres, como, por exemplo, Campinas (em São Paulo), Salvador (na Bahia) e Rio de Janeiro. Possuir escravizados não era uma exclusividade dos

³ Florestan Fernandez foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a categorizar a democracia racial como um mito. Uma de suas obras, intitulada “A integração do negro na sociedade de classes”, foi referenciada por vários(as) pesquisadores(as) negros(as) e está disponível em: encurtador.com.br/ZAM14. Acesso em: 14 dez. 2020.

senhores de engenho, pelo contrário, a propriedade escrava estava bastante disseminada em diversas classes sociais: militares, servidores públicos, sacerdotes, comerciantes e pequenos lavradores.

Souza (2017) considera que alguns(mas) intelectuais brasileiros(as) ajudaram a disseminar no país um culturalismo racista, visto que, apesar de discorrerem a respeito da escravidão em suas obras, esses autores não compreenderam plenamente o conceito de escravidão.

Obras como “Casa Grande e Senzala” e “Raízes do Brasil”, de autoria de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, respectivamente, contribuíram para colocar na consciência coletiva do povo brasileiro, conforme os autores, a falsa ideia de uma relação amistosa entre a população negra e a população não negra baseada em eufemismos e aforismos históricos, substanciando a propagação do mito da democracia racial (COSTA, 1992; SOUZA, 2017).

Vale destacar, em consonância com Bernardino (2002, p. 251) que “o mito da democracia racial não nasceu em 1933, com a publicação de Casa Grande & Senzala, mas ganhou, através dessa obra, sistematização e status científico”.

Em conformidade com Oliveira (2017), Freyre observava a miscigenação de uma forma diferente dos demais intelectuais, pois para ele essa era a característica que dava unidade ao país. Sob uma nova perspectiva, Freyre acreditava que o Brasil seria um país mestiço desde a colonização, pois o início da sociedade brasileira seria fruto de diferentes povos.

Jacino (2017) considera que os textos “Casa Grande e Senzala” e “Raízes do Brasil”, de autoria de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, por essa ordem, são complementares. Apesar da diferente trajetória acadêmica e política, os autores comungam no que se refere a questões étnicas, de classe, gênero e até mesmo ideológica. Para o autor, o conceito de “homem cordial” reflete o pensamento oligárquico brasileiro, reproduzindo e aprofundando as teses de Freyre.

A projeção criada e difundida pelo país de nação mestiça, sem problemas de discriminação racial, hoje esbarra no declínio do mito da democracia racial. A mestiçagem no país foi utilizada para evitar o reconhecimento do povo negro na história do país e para exaltar um dos maiores mitos da sociedade brasileira, o de que o Brasil é um país de democracia racial (FERREIRA, 2019).

As influências desses estudos provocaram uma falta de consciência e sensibilidade da sociedade aos efeitos do colonialismo e do regime escravocrata,

que repercutem diretamente na população negra, especialmente de menor capital econômico. “Do escravismo nós herdamos o desprezo e o ódio covarde pelas classes populares, que tornariam impossível uma sociedade minimamente igualitária como a europeia” (SOUZA, 2017, p. 151).

No tocante à saúde pública, é importante destacar que a presente dissertação foi desenvolvida no contexto de uma pandemia global em virtude da disseminação do coronavírus. De acordo com o painel Coronavírus do Ministério da Saúde⁴, até oito de dezembro de 2020, o Brasil tinha 6.623.911 casos confirmados, 177.317 óbitos e uma taxa de letalidade de 2,7%.

Esse cenário de pandemia impactou diretamente as relações sociais, políticas, econômicas e subjetivas. Destaca-se a necessidade de quarentena e do isolamento social entre familiares, amigos(as), ambiente de trabalho, dentre outros. Há a adoção de protocolos de higiene e segurança que orientavam acerca do distanciamento social, uso constante de máscaras⁵, álcool em gel e redução de pessoas em espaços públicos. Houve o adiamento das eleições⁶ municipais, em 2020, em virtude da pandemia e a proibição de comícios e outros tipos de congregações políticas. No que concerne às questões econômicas, destacamos o aumento no empobrecimento⁷ da população brasileira e o fortalecimento do *e-commerce*⁸.

No artigo “População Negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde”, os(as) autores(as) discorrem que os desdobramentos da pandemia Covid-19 numa sociedade estruturada pelo racismo afeta grupos vulneráveis, especialmente a população negra, dentro de um contexto de polícrise sanitária, social, política, econômica, moral, crise na globalização, fluxos migratórios, entre outras (SANTOS et al, 2020).

De acordo com matéria veiculada no site⁹ da Faculdade de Medicina da

⁴ Site do Painel Coronavírus: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 08 dez. 2020. Última atualização em 07 de dezembro de 2020.

⁵ Escrito com base em orientações da Organização Mundial de Saúde – OMS. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/bbc/2020/06/06/por-que-oms-agora-recomenda-uso-de-mascara-em-publico-contr-a-covid-19.htm>. Acesso em: 08 dez. 2020.

⁶ Informações disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/02/congresso-oficializa-adiamento-das-eleicoes-municipais-para-novembro>. Acesso em: 08 dez. 2020.

⁷ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/06/crise-do-coronavirus-deve-provocar-aumento-da-pobreza-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 08 dez. 2020

⁸ Informações disponíveis em: <https://www.istoedinheiro.com.br/pandemia-do-coronavirus-faz-e-commerce-explodir-no-brasil/>. Acesso em: 08 dez. 2020.

⁹ Informações disponíveis em: <https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/>. Acesso em: 08 dez. 2020.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os homens negros são os que mais morrem pela covid-19 no país, sendo 250 óbitos a cada 100 mil habitantes; entre os brancos, 157 mortes na mesma escala. Entre as mulheres negras, o número é de 140 mortes por 100 mil habitantes, contra 85 por 100 mil entre as mulheres brancas. A mesma matéria ainda aponta que, a cada dez pessoas que relatam mais de um sintoma da covid-19, sete são pretas ou pardas.

A pesquisadora negra, Edna Araújo, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e a pesquisadora negra, Kia Lilly Caldwell, da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América (EUA), apresentaram alguns dos motivos para o vírus covid-19 ser mais mortal entre a população negra brasileira e americana. Dentre os porquês de tal cenário, as autoras destacam a postura de ambos os governos no combate à pandemia, bem como o racismo presente no aparelho estatal dos países, além da desigualdade econômica entre a população negra e a branca nos dois países.

Consoante o IBGE, na publicação anual sobre educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹⁰ contínua, no ano de 2018, 9,1% das pessoas de 15 anos ou mais de cor preta ou parda eram analfabetas; a taxa para pessoas brancas foi de 3,9% em mesmo período e faixa etária. O mesmo estudo ainda pondera que a taxa de analfabetismo no país, em 2018, atingiu 6,8%, o que equivale a 11,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade.

Ainda de acordo com o estudo supracitado, o número de estudantes negros(as) matriculados(as) no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) foi bastante elevado. Os números apontam que 51,4% eram homens, dentre esses 73,7% dos(as) alunos(as) eram de cor preta ou parda. As mulheres compreendiam 54,9% dos(as) alunos(as), dentre essas 65,7% eram pretas ou pardas. Esse indicador nos revela que boa parte da população negra não consegue terminar o ensino fundamental ou médio na idade adequada, tendo que recorrer ao EJA para conseguir finalizar essa etapa de estudos.

No que concerne ao ensino superior, o mesmo estudo salienta que no Plano Nacional de Educação (PNE), a Meta 12 estabelece que a taxa de frequência escolar líquida ao ensino superior, para a população entre 18 e 24 anos, seja elevada para 33% ao final da vigência do plano. Em 2018, houve uma melhora

¹⁰ Dados obtidos em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

desse indicador e a meta já foi alcançada entre as pessoas de cor branca, mas somente 18,3% das pessoas pretas ou pardas nessa faixa etária frequentavam a educação superior ou haviam concluído esse nível de ensino.

O contexto apresentado é desfavorável à inserção, permanência e ascensão do povo negro em diversos campos sociais, sobretudo no campo educacional, especificamente no âmbito universitário. Isso dificulta o protagonismo social negro em diversas áreas do conhecimento e, conseqüentemente, nas produções científicas. Logo, é fundamental estimular e promover o debate sobre a representatividade negra na Ciência da Informação.

Henriette Gomes (2019) considera a mediação uma ação central que torna a informação favorável ao protagonismo social. Além disso, o protagonismo social é apontado pela autora como uma meta de uma ação mediadora de informação. Vale salientar que a autora torna escuro que tal ação deve ser feita conscientemente em articulação com suas cinco dimensões, as quais serão destacadas mais adiante.

Diante do exposto, sopesamos que o arcabouço teórico de pesquisas sobre a população negra, no contexto da Ciência da Informação e no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) fortalece o protagonismo social negro na área e no evento. Quando pesquisadores(as) publicam pesquisas sobre essa temática, esses(as) não estão apenas cumprindo requisitos acadêmicos, mas estão visibilizando grupos sociais, antagonizando em prol de uma coletividade, lutando por causas de um grupo étnico-racial, exercendo uma militância em prol daqueles(as) que muitas vezes não estão sendo ouvidos(as) ou simplesmente foram silenciados(as) por discursos hegemônicos.

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar **a relação entre a mediação da informação e o protagonismo social negro**, por meio das produções científicas sobre a população negra, nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), no período entre 1994 e 2019. Especificamente, objetivamos:

A. Mapear as produções e os(as) pesquisadores(as) que têm produzido sobre a temática étnico-racial voltada à população negra, no âmbito dos anais dos ENANCIBs.

B. Visibilizar o protagonismo social negro dentre os(as) autores(as) que desenvolveram pesquisas sobre a população negra no ENANCIB.

C. Elencar as temáticas encontradas nos trabalhos recuperados, para apontar as tendências de pesquisas étnico-raciais no ENANCIB.

1.1 Problematização da pesquisa

Para analisar o protagonismo social negro no campo da Ciência da Informação, faz-se necessário observar a (in)visibilidade desse grupo social na produção científica dessa área, observando os(as) principais produtores(as) sobre essa temática, os lapsos temporais entre as pesquisas e os temas abordados nas pesquisas.

Valério, Bernardino e Silva (2012), que realizaram estudo no qual nos baseamos para realizar a presente pesquisa, sobre a produção científica que aborda as questões raciais, particularmente da população negra, nos anais do ENANCIB entre 2005 e 2010, constataram que apenas onze (11) trabalhos, de um universo de 982 (novecentos e oitenta e dois), abordavam as relações raciais, que é equivalente a 1% dos trabalhos.

As assimetrias referentes à produção científica de temáticas étnico-raciais, com foco na população negra, são evidentes na Ciência da Informação. Essa dissonância dificulta o exercício do protagonismo social negro na área e contribui para o epistemicídio da população negra na ciência.

Em pesquisa sobre a produção científica referente à temática étnico-racial nos ENANCIBs, Melo Filho e Silva Junior (2019) discorrem sobre a importância de abrir mais espaços de investigação para mapear, identificar e disseminar a produção científica sobre as temáticas étnico-raciais e diversos grupos sociais na Ciência da Informação, assim como apontam ser fundamental a construção e a consolidação de espaços que ressignifiquem e problematizem a ideia que associa pessoas negras à escravidão e, conseqüentemente, à marginalização.

Em consulta realizada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), por meio dos termos negro(a), afrodescendentes, pretos(as), população negra, cotas, ações afirmativas, raça, etnia e informação étnico-racial, foi constatado que, entre 1972 e 2019, de um universo de 19.255 artigos publicados, apenas 87 artigos tratavam de questões étnico-raciais, particularmente do povo negro. Esse número corresponde apenas 0,45% do número total de artigos inseridos na base de dados BRAPCI. Os indicadores demonstram

que a produção de conhecimento sobre a população negra tem sido silenciada e que, no âmbito da Ciência da Informação, a produção científica sobre a população negra implica no fenômeno de epistemicídio.

Assim como as demais ciências, a CI sofreu influências desse pensamento hegemônico e colonial de tal modo que as produções científicas sobre a população negra são escassas, conforme detalharemos mais adiante. Consideramos que a Ciência da Informação, enquanto ciência social, precisa valorizar, abrir e fomentar mais espaços de discussão para as temáticas étnico-raciais, sobretudo, acerca da comunidade negra.

Todavia, a Ciência da Informação é por vezes imbuída pelo conservadorismo e as mudanças necessárias ocorrem de modo superficial, dificultando o rompimento com o racismo estrutural presente em toda sociedade e na ambiência acadêmica.

Almeida Júnior (2015, p. 133) discorre que

A Biblioteconomia e a Ciência da informação flertam, ambas, com o conservadorismo. Mais do que flertam, namoram e se casam com o conservadorismo. Historicamente, tanto uma como outra atrelaram seus interesses e fazeres a concepções que repudiam o novo, que repudiam as propostas de mudanças. Quando as aceitam, o fazem de maneira a alterar apenas o superficial, em uma aparente transformação, embora o cerne, o âmago permaneça o mesmo (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 133).

Diante disso, consideramos que é imperativo que a Ciência da Informação adote uma postura progressista nas questões étnico-raciais, desconstruindo o racismo que faz com que a população negra seja enxergada de maneira abjeta e como uma população de menor valia social e de comportamento ignóbil.

A filósofa Judith Butler, em entrevista a Bauje Prins e Irene Costa Meijer, discorre sobre o processo de abjeção de alguns corpos na sociedade e sua conotação política. O título da entrevista é bastante provocador: “Como os corpos se tornam matéria”.

A abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política, e viver com um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia. Eu me enfureço com as reivindicações ontológicas de que códigos de legitimidade constroem nossos corpos no mundo; então eu tento, quando posso usar minha imaginação em oposição a essa ideia (BUTLER, 2002, p. 157).

Com base nisso, podemos perceber que a abjeção de corpos tem implicações ontológicas para os sujeitos. Desse raciocínio, depreendemos que essa abjeção também tem consequências epistemológicas e atua como fator agravativo da produção de conhecimento desses sujeitos.

Além da abjeção dos corpos, a população negra foi historicamente retratada como coisa em meio a um processo de coisificação, de tal modo que esse grupo social teve suas subjetividades e identidades encarceradas. No entanto, salientamos que onde houve/há opressão, também houve/há luta e resistência da população negra. Sobre isso, Santana, Oliveira e Lima (2016, n. p.) consideram que:

Em seguida a subjugação escravizadora, em que o negro fica à mercê dos desejos, vontades e ordens do homem branco, se produz um processo de coisificação que, por sua vez produziu imagens e memórias do sujeito negro sem alma, sem psique, sem subjetividade e sem identidade.

Diante dessas barreiras que afetam a produção do conhecimento sobre a temática étnico-racial, caberia aos pesquisadores(as) da Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia uma mobilização não apenas no sentido de disseminar a informação de modo geral, mas também na escolha de temas de pesquisa que contemplem a inclusão de grupos historicamente discriminados, a exemplo da população negra, contribuindo assim para reverter as consequências dos diversos tipos de preconceito e fomentar o respeito e a aceitação da diversidade cultural (SILVA JÚNIOR; SEVERO; AQUINO, 2013).

Alguns(mas) pesquisadores(as), em especial negros(as), têm produzido sobre a questão étnico-racial, objetivando visibilizar a temática e as desigualdades sociais enfrentadas pela população negra para se inserir como sujeito de direitos na sociedade. Oliveira (2012) avulta sobre a importância disso e define informação étnico-racial como

[...] todo elemento inscrito num suporte físico (tradicional ou digital), passivo de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, tendo o potencial de produzir conhecimento sobre os aspectos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva de sua afirmação na diversidade humana (OLIVEIRA, 2012, p. 487).

A partir do cenário exposto, emerge a reflexão sobre o protagonismo social

dos(as) negros(as) na Ciência da Informação. Assim sendo, a questão de pesquisa está ligada ao seguinte questionamento: Como a mediação da informação acerca das temáticas étnico-raciais contribui para o protagonismo social negro na Ciência da Informação, por meio das produções científicas sobre a população negra nos anais do ENANCIB?

1.2 Hipótese de trabalho

A hipótese estabelecida para essa dissertação é que, há uma baixa representatividade da população negra no ENANCIB, dando indícios de epistemicídio negro no evento. Com isso, a representatividade da população negra na produção científica foi e está sendo prejudicada. Além disso, supomos que há uma relação entre a mediação da informação e o protagonismo social negro nos anais do ENANCIB. De tal modo que há um protagonismo social negro dentre os(as) autores(as) que produzem acerca da população negra no ENANCIB e nos conteúdos conscientemente mediados.

1.3 Motivação e Justificativa da Pesquisa

Ao ingressar em um Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, faz-se necessário que o(a) discente conheça a área, suas correntes teóricas, eixos temáticos etc. Esse processo de conhecimento se dá mediante as aulas dos componentes curriculares obrigatórios e optativos que proporcionam leituras e debates sobre aspectos teóricos e epistemológicos da área. Nesse processo, em geral, o(a) discente começa a perceber suas preferências temáticas e tentar situar seu projeto de pesquisa nos aportes teóricos da área.

O paradigma social emerge dos limites do paradigma anterior, no qual a informação era considerada como algo externo ao usuário, não considerando os condicionamentos materiais do existir humano. Dessa forma, os estudos desenvolvidos sob o prisma do paradigma social buscam analisar os fenômenos informacionais levando em consideração os(as) sujeitos(as) informacionais em uma perspectiva ontológica e epistemológica, considerando os marcadores e os condicionamentos sociais onde tais sujeitos estão inseridos.

Diante do que foi exposto acima, ponderamos que o autor deste estudo se

identifica com os estudos dos fenômenos sociais e com a ideia de analisar os sujeitos de uma pesquisa, dando importância a conjuntura onde o objeto de pesquisa está inserido. Diante disso, buscamos ao longo desta pesquisa conhecer a comunidade negra, seus desafios, suas vitórias e protagonismos.

Bufrem (2016) destaca, em resenha¹¹ ao livro “Tópico em Biblioteconomia e Ciência da Informação: epistemologia, políticas e educação”, de autoria de Jonathas Carvalho, que “vale a pena conferir a crítica do autor à apropriação inconsistente dos termos paradigma e interdisciplinaridade, por falta de uma perspectiva mais expressiva de fundamentação crítica e criativa” (BUFREM, 2016, p. 195-196).

O autor desta pesquisa sempre se identificou com as causas de grupos considerados marginalizados socialmente, despertando desde a graduação para a responsabilidade social de pesquisador e o compromisso de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária em relação ao acesso a direitos básicos como saúde, educação, informação, segurança, especialmente para aqueles(as) que estão em maior situação de vulnerabilidade social.

Os estudos desenvolvidos na Ciência da Informação sob a égide do paradigma social requerem o estabelecimento de uma relação interdisciplinar com outras áreas do conhecimento: Tecnologia da Informação, Ciência Política, Psicologia e, sobretudo, com a Sociologia. Saracevic (1995) aponta três características da Ciência da Informação: natureza interdisciplinar, sua relação com as tecnologias da informação e uma forte dimensão social e humana.

Algumas vezes, em conversa com amigos(as), os temas racismo, visibilidade do negro na sociedade, ações afirmativas, entre outros ligados a questões étnico-raciais apareciam frequentemente e a indignação frente ao racismo e suas consequências me estimularam a compreender e a pesquisar o tema. Diante disso, surgiu o interesse em pesquisar e em conhecer a visibilidade da população negra no campo científico, nomeadamente na Ciência da Informação.

Pelos motivos apresentados, surgiu o interesse em pesquisar e em aprofundar os estudos sobre o protagonismo negro nos anais do ENANCIB, evento de referência na Ciência da Informação. Soma-se a essa escolha, a produção conjunta de um artigo preliminar (resumo expandido¹² no ENANCIB, 2019) sobre a

¹¹ Resenha disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/5844/4511>. Acesso em: 09 set. 2020.

¹² Artigo “Em busca do protagonismo negro na Ciência da Informação” apresentado e publicado nos anais do vigésimo ENANCIB. Disponível em encurtador.com.br/cevKM. Acesso em: 14 dez. 2020.

participação dos(as) negros(as) na produção científica da Ciência da Informação. Destaca-se como fator estimulante para a escolha da temática, a leitura do artigo “A produção científica sobre os(as) negros(as) nos ENANCIBs sob um olhar cientométrico”, de autoria de Erinaldo Dias Valério, Maria Cleide Rodrigues Bernardino e Joselina da Silva.

A relevância de pesquisar sobre esse tópico justifica-se mediante os indicadores socioeconômicos da população negra que demonstram sua marginalização social, bem como demonstram que a discriminação social está presente na sociedade brasileira, ainda que de forma velada. Os estudos contemporâneos sobre essa temática trazem consigo o desafio de chamar atenção da comunidade acadêmica sobre a necessidade de se debruçar e ampliar o debate sobre o assunto.

Que sejam apresentadas novas propostas para o estudo do protagonismo social da população negra no pós-abolição, questionando os paradigmas antigos, redimensionando as interpretações cristalizadas, ampliando as possibilidades de pesquisa, propondo novos problemas e repensando o debate acerca desse objeto (DOMINGUES, 2011).

Diante disso, julgamos necessário ampliar o debate de questões étnico-raciais voltadas à população negra no âmbito da Ciência da Informação, pois as publicações na área ainda são tímidas, não obstante nas últimas décadas a comunidade negra tenha conquistado alguns direitos e políticas públicas que contribuíram para sua inserção social (a título de exemplo, destacamos as ações afirmativas em universidades e institutos federais).

Consideramos que, para superação do racismo e maior representatividade da população negra na comunidade científica e nas produções científicas, é imprescindível o protagonismo negro na ambiência acadêmica. A comunidade negra não pode ser apenas objeto de estudos em diversas áreas, mas é urgente que essa população se torne linha de frente nos construtos epistemológicos que relutam contra as diversas formas de opressão por ela enfrentada.

De acordo com a professora Henriette Gomes (2019), protagonismo representa um ato de relutância contra a opressão, discriminação, *apartheid* social, entre outros. Assim, pesquisar sobre o negro na Ciência da Informação é, antes de tudo, um ato de resistência contra a discriminação racial no campo científico.

O protagonismo da comunidade negra no contexto da Ciência da Informação

pode ser favorecido por meio das produções científicas. Consideramos o fazer científico uma atividade de mediação da informação e os conteúdos mediados pelos(as) pesquisadores(as) nos estudos podem fortalecer discursos, desenvolver protagonismos e fomentar novas discussões.

É importante salientar que este trabalho não tem a pretensão de falar pelas negras e pelos negros do Brasil, mas sim lutar com elas e eles para desconstruir a cultura racista instaurada no país. Ressaltamos que reconhecemos que esta pesquisa é elaborada em meio a uma localização social que pressupõe privilégios, visto que a ambiência acadêmica, infelizmente, ainda é um espaço elitista, sobretudo no que se refere aos programas de pós-graduação, conforme será demonstrado ao decorrer desta pesquisa.

Para além dos privilégios inerentes aos espaços acadêmicos, vale salientar que o autor desta pesquisa é um homem branco, atualmente em um trabalho estável e, portanto, não sofreu durante sua vida discriminações em virtudes de raça, cor da pele ou orientação sexual. Trata-se, por conseguinte de uma pesquisa desenvolvida sob um olhar limitado. Porém, salientamos ao leitor que, apesar de todas as limitações inerentes ao lugar de fala do autor da pesquisa, este busca oferecer um olhar empático e solidário a todas as pessoas que sofrem com as mais variadas discriminações, especialmente, as discriminações de cunho étnico-racial.

Partilhamos e corroboramos com o que escreveu a filósofa e jornalista, negra, Djamila Ribeiro (2017, p. 86), em sua obra “O que é lugar de fala”: “entendemos que todas as pessoas possuem lugar de fala [...] O fundamental é que indivíduos reconheçam pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *lôcus* social consigam enxergar hierarquias produzidas a partir desse lugar”.

Buscamos com este trabalho, portanto, chamar atenção da comunidade geral e da comunidade acadêmica sobre a importância da necessidade de estudar e de tentar compreender o protagonismo negro na Ciência da Informação e, assim, fomentar nos pesquisadores da área o interesse por essa temática tão relevante e pouco discutida.

Consideramos que a relevância deste estudo consiste em abordar temas importantes para a sociedade brasileira como racismo, epistemicídio e população negra que, paradoxalmente, ainda não tiveram o destaque merecido na Ciência da Informação. A omissão e/ou a baixa representatividade dessas temáticas no contexto de uma ciência social aplicada fere frontalmente sua razão de existir.

Corroboramos com Lima, Santiago e Aquino (2010, p. 89), que discorreram que “enquanto sociedade e indivíduos conscientes de nosso dever e ação social, não podemos nos omitir, pois a omissão só acarretaria a ampliação do fosso social em que nos encontramos, em detrimento da população negra”. Logo, é importante visibilizar e lutar contra o racismo e o epistemicídio na área, visibilizando os(as) pesquisadores(as) negros(as) e os conteúdos mediados em suas pesquisas, favorecendo o protagonismo social dos(as) mesmos(as).

Outro ponto que salienta a importância deste estudo se refere ao atendimento da responsabilidade social da Ciência da Informação por meio da discussão da relação entre mediação da informação e o protagonismo social. Conforme Henriette Gomes (2019), a mediação da informação consiste em um elemento primordial do cumprimento da responsabilidade social da área da informação.

Uma vez que a Ciência da Informação está atenta às questões levantadas pela sociedade e tenta oferecer respostas para essas demandas a partir de constructos epistemológicos, a mesma está cumprindo sua responsabilidade social e desenvolvendo um zelo preferencial para com as comunidades que se encontram em maior situação de vulnerabilidade social.

No que concerne à estrutura, esta dissertação é composta por esse capítulo introdutório e pelos capítulos apresentados a seguir. No capítulo 2 – “Racismo à brasileira”: conceitos norteadores e tipos de racismo – são apresentadas características do racismo no Brasil, bem como diversos tipos de racismo presentes no país. A ênfase desse tópico é a apresentação do racismo como parte integrante da estrutura brasileira com base em autores(as) negros(as), principalmente, nas palavras do professor Silvio Almeida e sua obra “Racismo Estrutural”. O capítulo ainda conta com dois sub tópicos. O tópico 2.1 – Protagonismo social da população negra: uma história de luta e resistência – dispõe sobre o protagonismo social negro em interface com a mediação da informação, destacando a história de luta e resistência do povo negro. No tópico 2.2 – Breve histórico: Movimento negro enquanto movimento social organizado. O capítulo 3 – Produção científica sobre a população negra: resistências, poder e conhecimento – aborda a produção científica sobre a população negra no contexto da Ciência da Informação, destacando a importância dessa área para indicar tendências epistemológicas que ela pode seguir, bem como a representatividade que grupos sociais estão tendo nesse campo. No tópico 3.1 – O Epistemicídio étnico-racial na Ciência da Informação como

violência simbólica à população negra – é apresentado e discutido o conceito de epistemicídio, como também as implicações do epistemicídio negro na área. No capítulo 4, são apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam esta pesquisa e o sub tópico 4.1 discorre acerca dos anais do ENANCIB, campo deste trabalho. No item 5, os dados coletados são apresentados e analisados conforme os critérios estabelecidos na metodologia, destacando as pesquisas recuperadas, o corpo autoral e os conteúdos por eles mediados nas produções científicas. Nas considerações finais, recapitulou-se a pesquisa, apontando resultados, contribuições, sugestões e pistas de pesquisas futuras.

2 “**RACISMO À BRASILEIRA**”: CONCEITOS NORTEADORES E TIPOS DE RACISMO

O estudo acerca dos conceitos norteadores de uma investigação científica é fundamental para o desenvolvimento de uma boa pesquisa, que esteja assentada em bases epistemológicas sólidas e que, conseqüentemente, apontará caminhos de leitura e de escrita na produção científica.

Nesse caminho, faz-se necessário conhecer e destrinchar os conceitos de raça, racismo e os tipos de racismo por meio do diálogo com autores(as), assim como conhecer os alicerces históricos da cultura do racismo no Brasil e suas implicações para a sociedade contemporânea.

O conceito de raça no universo científico é envolto numa seara de polêmicas, uma vez que esse conceito tem seu início ligado às ciências naturais, mais especificamente da zoologia. A extensão do conceito de raça aos seres humanos é bastante questionável e envolto de discussões ao longo da história.

De acordo com Munanga (2003, p. 17), “etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie”. O autor destaca que o conceito de raça pura foi transportado de áreas como Botânica e Zoologia para legitimar relações de dominação social entre nobreza e plebe. Também foi utilizado na história para nomear os diversos povos encontrados pelos europeus em suas expedições. A classificação da diversidade humana em raças resultou, infelizmente, em um processo de hierarquização dos seres humanos.

No século XVIII, a cor da pele passou a ser considerado critério fundamental para definição de “raças”. Devido a isso, até hoje resiste no imaginário coletivo a divisão entre elas: branca, negra e amarela. A raça branca com menos melanina e cabelos e olhos claros; a negra, mais concentração de melanina, olhos e cabelos mais escuros; a amarela, um meio termo entre a raça negra e a branca. No século XIX, foram acrescentados critérios fenotípicos e morfológicos como forma do nariz, lábios, queixo e crânio. No século XX, o cruzamento de todos os critérios de cor, morfológicos e químicos deu origem a dezenas de raças, sub-raças e sub-sub-raças (MUNANGA, 2003).

Atualmente, o conceito de raça, quando aplicado à humanidade, causa muita polêmica, pois as ciências biológicas comprovaram que as diferenças genéticas

entre os seres humanos são mínimas, por isso não é mais admitido que a humanidade seja constituída por raças (NOGUEIRA, FELIPE, TERUYA, 2008).

O conceito de raça, na atualidade, está cada vez mais distante da perspectiva biológica, pelo contrário, ele é composto e disseminado sob vieses ideológicos. Sobre isso, Munanga (2003, p. 22) expõe que

O conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. [...] O campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas ainda existem raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares.

Diante do exposto, podemos compreender, com base em Maria Silva e Rafael Soares (2011, p. 105), “que a categoria raça é uma construção sociológica, raça é uma crença presente no comportamento humano capaz de distribuir desigualmente vantagens e desvantagens às pessoas em virtude do modelo de classificação racial existente”.

No Parecer¹³ CNE/CP 003/04, que teve a relatoria da professora Petrolina Beatriz Gonçalves e Silva, raça é entendido como

a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira (BRASIL, 2004, p. 5).

O mau uso do conceito de raça no universo científico serviu para legitimar e

¹³ O parecer regulamenta a Lei 10.639/03 acerca da obrigatoriedade ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira na educação básica.

embasar teorias de “raças” superiores e inferiores e, conseqüentemente, na reprodução de diversas formas de preconceito, dentre elas o preconceito racial, materializado na perspectiva do racismo que majoritariamente atinge as populações negras.

É imperativo sublinhar, em consonância com a professora Nilma Lino Gomes (2012), que o movimento negro tratou de ressignificar e politizar a compreensão de raça.

Ao ressignificar e politizar a raça, compreendida como construção social, o movimento negro reeduca e emancipa a sociedade e a si próprio, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a Diáspora africana (GOMES, 2012, p. 741).

De acordo com Douglas Verrangia e Petrolina Beatriz Gonçalves e Silva (2010), no Brasil, a tensão das relações étnico-raciais são vivenciadas entre negros e brancos. O autor e a autora conceituam relações étnico-raciais como

aquelas estabelecidas entre os distintos grupos sociais, e entre indivíduos destes grupos, informadas por conceitos e ideias sobre as diferenças e semelhanças relativas ao pertencimento racial destes indivíduos e dos grupos a que pertencem. Relacionam-se ao fato de que, para cada um e para os outros, se pertence a uma determinada raça, e todas as consequências desse pertencimento. Em outras palavras, quando estamos face a face com outra pessoa, é inegável que seu fenótipo, cor da pele, penteado e forma de vestir-se desencadeiam, de nossa parte, julgamentos sobre quem é, o que faz e até o que pensa tal pessoa. Dessa forma, informados por estereótipos, se não estivermos atentos, podemos manifestar, por palavras e gestos, discriminação, desrespeito, desqualificação. (VERRANGIA; GONÇALVES; SILVA, 2010, p. 709)

O conceito de racismo é derivado de uma crença na hierarquização de raças. Conforme Munanga (2003, p. 24) “o racismo é uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o intelecto, o físico e o cultural”.

De acordo com Abdias Nascimento (2019a), o racismo brasileiro tem algumas características peculiares. Para o autor, a ideologia racista brasileira é uma criação exclusiva luso-brasileira: camuflado, difuso, disfarçado, porém implacável e persistente, pois está liquidando a comunidade negra que conseguiu sobreviver ao massacre praticado no Brasil.

A ideologia racista pode ser percebida na hierarquização de pessoas por sua cor e/ou etnia, não sendo um fenômeno que se manifeste em locais isolados, mas que pode ser percebido nas relações cotidianas como uma estrutura imposta e que é reivindicada constantemente por discursos hegemônicos e políticos extremistas.

O racismo tem, em geral, o seu próprio léxico ('raça', miscigenação, degeneração, evolução, branqueamento, entre outros), mas o que há de mais ideológico nele são os interesses (individuais ou não) de poder a que ele serve e os efeitos políticos que ele gera. A partir desses elementos, podemos identificar um discurso como racista ou não (SALES JÚNIOR, 2006).

Para o professor Silvio Luiz de Almeida (2019, p. 32), o racismo

é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

A história do racismo no Brasil remonta ao início do Brasil-colônia, a partir da chegada dos navios portugueses comandados por Pedro Álvares Cabral. Os índios foram relatados na carta¹⁴ de Pero Vaz de Caminha da seguinte maneira: "Dali avistamos homens na praia [...]. Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas". No relato foi notabilizada a diferença de cor entre os índios e os europeus, bem como o espanto em relação à ausência de vestes.

O domínio europeu (branco) se faz presente na história brasileira em diversos segmentos da sociedade brasileira. Para Nascimento (2019a, p. 35),

a história do Brasil é uma versão concebida pelos brancos e para os brancos, exatamente como toda sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite minoritária brancóide, presumidamente de origem europeia.

No que tange à história do racismo no país, é impossível não rememorar um dos maiores opróbrios da história brasileira, o regime escravista, que exterminou e usurpou a população negra sistematicamente por mais de três séculos.

¹⁴ Carta disponível em:

<http://www.biblio.com.br/default.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

A escravidão no Brasil foi uma tragédia humanitária de grandes proporções. Essa foi a experiência mais impactante na história brasileira, com impacto cultural e político no país pós-independência, em 1822. Não há outro tema tão relevante quanto esse e tão definidor para a construção da identidade do país (GOMES, 2019).

A partir do século XVI e, oficialmente até a abolição da escravidão, em 1850, chegaram ao Brasil milhões de pessoas vindas de diversas partes do continente africano. Nesse ínterim, a pessoa escravizada era vista como uma “peça”, como “coisa” que tem um proprietário. Ela era alugada, vendida, comprada, contabilizada nas fazendas assim como o gado, ferramentas, entre outros bens materiais (NUNES, 2006).

O regime escravista impactou diretamente a composição étnico-racial do país. De acordo com Gomes (2019), o Brasil foi o maior território escravista do ocidente por mais de três séculos. Sozinho, recebeu quase 5 milhões de africanos cativos. Em virtude disso, é o segundo país com maior população negra do mundo, perdendo apenas para a Nigéria. Além disso, o país foi o país que mais resistiu em acabar com o tráfico negreiro e o último a abolir o cativo na América, em 1888, quinze anos após Porto Rico e dois depois de Cuba.

De acordo com a professora Solange Pereira da Rocha (2011), na capital paraibana, João Pessoa, local de escrita deste estudo, escravos(as) eram parte significativa da população da cidade.

Sua população total, em 1857, era de pouco mais de 9 mil pessoas, sendo uma maioria de livres 7.646 indivíduos livres e 1.387 escravos. Nos anos de 1872, com a divulgação do primeiro Censo Nacional, observamos uma diminuição da população cativa, eram 1.032 contra 10.855 de pessoas livres, totalizando, portanto, 11.887 moradores na capital. Vale salientar que, embora não tenhamos dados sobre a população da capital na primeira metade do século XIX, a população livre cresceu expressivamente ao longo da mencionada centúria. Em 1811, os domiciliados na província eram de 122.407; em 1851, subiu para 212.466; em 1872, ampliou para 376.226 e, em 1890, alcançou o tal de 490.784 habitantes. Sendo que a presença negra – livres, libertos e escravizados – era alta, aproximando-se do percentual acima de 60% no Oitocentos. Entre os moradores da Paraíba, havia uma maioria de pessoas com ascendência africana, denominados nos assentos de batismos como pretos, pardos/mulatos, cabras, negros, semibrancos e africanos de variados grupos de procedência (minas, angolas, congos, moçambiques, benguela, sabarás). (ROCHA, 2011, p. 2).

Diante do exposto, consideramos que o racismo brasileiro tem características próprias. O mesmo é assentado na perspectiva do colonialismo e é afiançado pelo mito da democracia racial. Segundo Nascimento (2019, p. 35), “tal ideologia resulta para o negro num estado de frustração, pois lhe barra qualquer possibilidade de autoafirmação com integridade, identidade e orgulho”.

De acordo com Santos e Maio (2004, p. 64-65),

Do ponto de vista esquemático, é possível identificar três vertentes explicativas principais para a questão racial na tradição intelectual brasileira no período que se estende desde as últimas décadas do século XIX até os anos 50-60 do século XX, com desdobramentos até o presente. A primeira delas, o paradigma racial, é inaugurada por volta de 1870, e tem em Silvio Romero uma importante expressão. A segunda, o paradigma cultural, tem seu representante maior em Gilberto Freyre, nos anos 30. A terceira, o paradigma da estrutura social, emerge, basicamente, a partir dos anos 50, e seu personagem central é Florestan Fernandes. A vertente sociológica desdobra-se, a partir do final da década de 70, nos estudos de Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva e outros, que em larga medida influenciaram os contornos da discussão sobre raça que acontece até os dias atuais.

A falácia do “homem cordial” brasileiro, de Sérgio Buarque de Holanda, foi uma das principais bandeiras da democracia racial, juntamente com a mestiçagem/miscigenação de Gilberto Freyre. Ambas serviram para atenuar os efeitos do período escravista na sociedade brasileira e criar uma atmosfera falsa de harmonia racial no Brasil. Não apenas a literatura nacional, mas também a internacional contribuiu para disseminar um tom harmônico de raças em nosso país.

Sobre a formação da sociedade brasileira e o mito da democracia racial, Abdias Nascimento (2019a, p. 38) enuncia que:

Um rígido monopólio do poder permanece, no Brasil, nas mãos da camada ‘branca’ minoritária, desde os tempos coloniais até os dias de hoje, como se fosse um fenômeno de ordem ‘natural’ ou de um perene direito ‘democrático’. O mito da ‘democracia racial’ está fundado sobre tais premissas dogmáticas. Daí resulta o fato surpreendente de todas as mudanças socioeconômicas e políticas verificadas no país, desde 1500 a 1978, não terem exercido a menor influência na estrutura da supremacia racial branca, que continua impávida – intocada e inalterável. O fator de condição racial permanece, de forma irredutível, como fundamental contradição dentro da sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2019a, p. 38).

Diante do contexto exposto e de outros pontos na formação da nação brasileira, o racismo à brasileira difere dos demais. No Brasil, não tivemos uma segregação oficial como nos EUA e na África do Sul. Porém, isso não significa que o Estado brasileiro não corroborou com o acirramento de desigualdades sociais entre a população negra e não negra. Pelo contrário, o racismo no Brasil sempre se manifestou e não foi tratado pelas autoridades com a atenção devida. No entanto, as desigualdades sociais entre a população negra e outros grupos étnicos escancaram que há, sim, racismo no Brasil.

Sobre isso, Nascimento (2019a, p. 44) interroga:

Para que se necessitaria de uma legislação escrita, quando da prática social, da rotina existencial das camadas dominantes, resultou uma espécie de lei consuetudinária que de forma sutil passou a integrar o elenco dos instrumentos básicos da política do país? O exemplo de confrontação racial nos Estados Unidos aconselhou às nossas classes dirigentes um outro caminho; em lugar de um choque frontal entre pretos e brancos, a solução brasileira seria negar a existência do problema, negar, e sempre negar, que no Brasil existisse qualquer tipo de questão ou problema de preconceitos raciais.

Antes de tudo, é preciso estabelecer as diferenças entre racismo, preconceito racial e discriminação racial. O Prof. Silvio Luiz de Almeida (2019) discorre sobre isso, em sua obra “Racismo estrutural”, a qual tomaremos por base para abordar racismo neste tópico, e estabelece que o preconceito racial é baseado em estereótipos de indivíduos de um determinado grupo racial, e que pode resultar ou não em práticas discriminatórias. A discriminação racial é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados e pode ocorrer de forma direta ou indireta. A discriminação direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos movidos por condições raciais. A discriminação indireta é um processo em que situações de grupos minoritários são ignoradas ou quando são impostas a esses grupos regras de neutralidade racial. Há, ainda, a discriminação positiva, por exemplo, ocorre quando ações afirmativas tratam de modo desigual determinados grupos a fim de corrigir prejuízos históricos de discriminações negativas.

Ao longo do texto, o autor apresenta diferenças entre o preconceito racial de marca e de origem, em diversos aspectos. Grosso modo, pode-se resumir que, no Brasil, o preconceito racial está mais ligado a elementos fenotípicos; nos Estados Unidos da América, está mais relacionado a aspectos genotípicos. Desse modo,

muitas pessoas consideradas negras no país norte americano poderiam ser consideradas brancas no Brasil.

Na literatura científica é possível encontrar uma vasta variação de tipologias de racismos: racismo individual, racismo institucional, racismo estrutural, racismo recreativo, racismo cultural, racismo ecológico, racismo cultural, entre outros. Diante dessa diversidade tipológica de racismos, tomaremos como base as três concepções de racismo apresentadas por Almeida (2019): **individualista, institucional e estrutural**. Para tanto, o autor usou três critérios: relação entre racismo e subjetividade; relação entre racismo e Estado; e relação entre racismo e economia. Vale salientar que, no presente estudo, daremos mais ênfase ao racismo institucional e estrutural por entendermos que eles se adequam melhor aos objetivos desta pesquisa, pois apresentam uma perspectiva mais completa e coletiva do racismo.

O racismo, na concepção individualista, conforme Almeida (2019, p. 36),

é concebido como uma forma de ‘patologia’ ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou ainda seria o racismo uma ‘irracionalidade’ a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de ‘racismo’, mas somente de ‘preconceito’, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política.

A concepção individualista do racismo é um tanto quanto vaga, pois ela dá ao racismo um tom eufemístico, no qual o racismo se resume a aspectos comportamentais e/ou psicológicos. Além disso, sob essa perspectiva de racismo, não existiriam países, continentes, instituições políticas e instituições religiosas racistas, mas apenas atos individuais racistas.

Para Almeida (2019), quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar que as maiores violências produzidas pelo racismo foram justificadas pela legalidade e com apoio de líderes políticos, religiosos e tidos como “homens de bem”.

Desse modo, vale salientar que, ao longo da história do nosso país, a negligência do Estado Brasileiro e o negacionismo histórico do racismo no país estabelecem uma ambiência de racismo institucional. Nesse cenário, os(as)

negros(as) brasileiros(as) são vítimas de um racismo que não provém de discriminações raciais isoladas, mas sim de uma discriminação étnico-racial generalizada e fomentada pelos dirigentes da nação.

O Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) definiu o racismo institucional como

o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (PCRI, 2006, p. 22).

Para Almeida (2019), é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, pois suas ações são inseridas em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Logo, as instituições atuam na moldagem do comportamento humano, seja no ponto de vista das decisões ou dos sentimentos e preferências.

Juliano (2018) enuncia que o racismo pode ocorrer na esfera interpessoal, o que caracteriza “preconceito”, uma discriminação fundamentada em aspectos físicos dos sujeitos, mas também pode reverberar nas ações do Estado quando racistas ocupam cargos de decisão. As discriminações em nível pessoal são base das desigualdades raciais, expressão do racismo institucional do Estado Brasileiro.

Uma das formas mais comuns de racismo institucional é simplesmente a negligência do Estado Brasileiro materializada na incipiência ou na inexistência de políticas públicas que busquem diminuir as assimetrias sociais em relação a aspectos étnico-raciais.

O racismo institucional é reflexo de um processo histórico. Desde a abolição da escravidão o Estado Brasileiro tem se mostrado omissos em resolver as assimetrias sociais no país. Gomes (2019) destaca alguns pontos que evidenciam as desigualdades sociais no Brasil entre negros e brancos:

- Negros e pardos representam 54% da população brasileira. Entre os 10% mais pobres do país, 78% são negros. Na faixa do 1% dos mais ricos da população, apenas 17,8% são descendentes de africanos.

- Na educação, 22,2% da população branca tem 12 anos de estudo ou mais; a taxa é de 9,4% para população negra. A comunidade negra, no Brasil, ganha em média R\$ 1.570,00 por mês; já a renda média entre os brancos é de R\$ 2.814,00.
- Os(as) negros(as) são a maioria entre os(as) habitantes de bairros periféricos e sem infraestrutura mínima. Eles(as) formam a maior parte da população carcerária do país.
- Quanto à política, levando em consideração o pleito de 2018, somente três dos 81 senadores da república são negros. Não há nenhum governador negro entre os estados e o Distrito Federal. Entre os ministros do Supremo Tribunal Federal não há nenhum negro desde 2004, quando Joaquim Barbosa se aposentou.
- Nas quinhentas maiores empresas do país, apenas 4,7% dos cargos de direção e 6,3% dos cargos de gerência são ocupados por negros(as).
- A população branca é maioria no que se refere a profissões de alta qualificação: engenheiros (90%), professores de medicina (89%), pilotos de aeronaves (88%), veterinários (83%) e advogados (79%).
- No âmbito cultural, o autor destaca que somente 10% dos livros publicados no Brasil entre 1965 e 2014 são de autoria de negros(as). Entre os diretores de filmes nacionais, entre 2002 e 2012, apenas 2% são negros(as).

Os números apresentados pelo autor são, no mínimo, assustadores, pois os eles apresentam um alto nível de disparidade de oportunidades entre a população negra e a população branca em âmbito social, educacional, cultural, político e econômico. Podemos considerar que o contexto supracitado é parte do reflexo do racismo institucional no Brasil.

Gomes (2019) afirma que essas cifras são o alto preço pago pelo Brasil pelo abandono da população negra à sua própria sorte após a Lei Áurea. Na campanha abolicionista, Joaquim Nabuco dizia que os brasileiros estariam fadados ao atraso enquanto não resolvessem satisfatoriamente a herança escravocrata.

No Brasil, a população negra ainda é obrigada a enfrentar o genocídio do seu povo que ocorre por meio de uma necropolítica estatal (política da morte). De acordo

com Pessanha e Nascimento (2018, p. 168),

A política da morte opera de forma sistêmica, objetiva e pontual com sofisticadas tecnologias de ação pragmática e burocrática para pôr em execução a máxima do biopoder; 'deixa morrer'. Mas, nem todos os corpos são matáveis, o corpo matável é aquele que está sob a iminência de morte a todo instante, sob o corpo matável opera a lógica da moral invertida, ou uma moral suspensa, a política da morte segue os próprios valores e tem como parâmetro definidor a raça.

Conforme Jacqueline Sinhoretto e Danilo Morais (2017), mais de 270 mil pessoas negras foram assassinadas entre 2002 e 2010 no Brasil. Esses indicadores representam, em média, 30 mil pessoas negras assassinadas por ano, significando que, nesse sentido, o país é superior a países que sofrem com conflito armado.

Vários indicadores sociais demonstram que passados mais de cento e trinta (130) anos da “extinção formal” da escravidão no Brasil, que se deu por meio da Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, os(as) negros(as) continuam tendo dificuldades de acesso a direitos básicos como informação, educação, saúde e segurança.

De acordo com o Atlas da Violência 2019, em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram pessoas negras, levando em consideração a soma de indivíduos pretos e pardos seguindo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O mesmo estudo aponta que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, enquanto a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0.

Os estados com as maiores taxas de homicídios, segundo o IBGE, em 2017, estão localizados na região Nordeste: Rio Grande do Norte, com 87,0 a cada 100 mil habitantes, seguidos de Ceará (75,6), Pernambuco (73,2), Sergipe (68,8) e Alagoas (67,9). Vale salientar que a taxa do Rio Grande do Norte corresponde a mais que o dobro da taxa nacional. No que se refere à Paraíba, o Atlas da Violência aponta ainda que os(as) negros(as) que vivem na Paraíba têm 6,6 vezes mais riscos de serem assassinados(as) que a população não negra.

Segundo Gomes (2019, p. 32), “um homem negro tem oito vezes mais chance de ser vítima de homicídio no Brasil do que um homem branco”. Desse modo, opera de forma institucionalizada o genocídio do homem negro no país, em uma espécie de estado de exceção iniciado no período colonial.

No que se refere à violência contra as mulheres, a desigualdade racial associada ao sexismo evidencia como os marcadores sociais imbricados potencializam as desigualdades. O Atlas da Violência 2019 apresentou que a taxa de homicídios de mulheres negras teve um aumento de 29,9% entre 2007 e 2017, ao mesmo tempo em que a taxa homicídios de mulheres não negras cresceu 4,5%. O mesmo estudo ainda registra que 66% das mulheres assassinadas em todo o país, em 2017, são negras.

O termo genocídio é usado para “descrever o processo histórico de violências materiais e simbólicas que se expressam no racismo contra negros/os no Brasil” (SINHORETTO; MORAIS, 2017, p. 20). Tal cenário é uma das marcas do regime escravista. O sujeito escravizado “mais do que ter a liberdade totalmente suprimida, este estava sempre a mercê dos caprichos do seu senhor; [...] o estado de exceção é também uma estratégia de terror que é colocada em prática seguindo os métodos de ocupação colonial” (PESSANHA; NASCIMENTO, 2018, p. 169).

A respeito disso, Nascimento (2019a, p. 42) elucubra que

sob a lógica desse processo, os negros do Brasil só têm uma opção: desaparecer. Seja aniquilados pela força compulsória da miscigenação e da assimilação, ou através da ação direta da morte pura e simples. É assombroso comprovar que uma dinâmica fatal de erradicação vem ceifando vidas negras, ininterruptamente, há quase três séculos. E que, apesar dessa espada sinistra suspensa sobre a cabeça, o negro jamais desfaleceu, nunca perdeu a esperança e a energia, sempre alerta à menor chance de recapturar os fios rompidos de sua história: começar e recomeçar o esforço de dignificar seu ser, enriquecer sua cultura original, elevando-a um nível de verdadeira instituição nacional.

Todavia, mesmo com indicadores que evidenciam a presença de um racismo institucional na conjuntura socioeconômica brasileira, parece que boa parte da população e as autoridades brasileiras estão exercendo uma postura apática ou indiferente a essa realidade. Joyce Alves (2017, p. 86) considera que esse tipo de racismo “não é fortemente percebido e consegue realizar exclusões em silêncio, tecendo discriminações em várias esferas da sociedade [...] Assim no país da democracia racial, as instituições também reproduzem a falácia de um racismo não conhecido”.

O racismo institucional transcende a esfera da discriminação social individualizada e se desenvolve como um projeto de estado inescrupuloso de

segregação racial coletivo, se manifestando em instituições de caráter público ou privado, conscientemente ou inconscientemente. Esse tipo de racismo, conforme Theodoro (2013, p. 5), “pode ser identificado a forma mais sofisticada de preconceito [...] Atuando no plano macro, o racismo institucional é o principal responsável pela reprodução ampliada da desigualdade no Brasil”.

Outro caso flagrante de racismo institucional atinge as mulheres negras no tocante à violência obstétrica. Conforme Kelly Lima, Camila Pimentel e Tereza (2019), o termo violência obstétrica é utilizado para tipificar violências, agressões e omissões, praticadas na gestação, no parto, no pós-parto e no atendimento em situações de aborto.

Segundo o Ministério da Saúde¹⁵, em 2018, mulheres pretas e pardas corresponderam 65% dos óbitos maternos no Brasil. De acordo com Vitória Ferreira (2018, n. p.),

A violência obstétrica no Brasil contra as mulheres negras é fruto do racismo institucional que tem como resultado a negligência médica, e ocasiona, situações desconfortáveis para a gestante e o recém-nascido e ou mortes que poderiam ser evitadas se as mulheres tivessem recebido tratamento humanizado e igualitário como prega o SUS, apesar da violência ocorrer também na esfera privada (FERREIRA, 2018, n. p.).

Sobre a relação entre racismo e sexismo enquanto fatores exponenciais de destrutibilidade que afligem as mulheres negras, a pesquisadora e diretora da Anistia Internacional, Jurema Werneck (2016, p. 540) expõe que

Em 2005, a Comissão de Determinantes Sociais em Saúde (CDS) da Organização Mundial de Saúde apresentou o conceito de determinantes sociais de saúde como um processo complexo no qual participam fatores estruturais e fatores intermediários da produção de iniquidades em saúde. Nele, o racismo e o sexismo estão incluídos como fatores estruturais produtores da hierarquização social associada a vulnerabilidades em saúde. Esse conceito, ainda, apontava que, para se enfrentar adequadamente as iniquidades em saúde, seriam necessárias medidas que incluiriam a criação de programas dirigidos a populações vulneráveis e o desenvolvimento de ações para reduzir disparidades entre grupos, além de medidas de saúde, amplas para toda a população. Essa visão pressupõe a geração de informações desagregadas, bem como a tomada de decisão em oposição ao status quo produtor ou

¹⁵ Informações disponíveis em: <https://www.geledes.org.br/racismo-obstetrico-violencia-na-gestacao-parto-e-puerperio-atinge-mulheres-negras-de-forma-particular/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

mantenedor das desvantagens (WERNECK, 2016, p. 540).

A pesquisadora ainda discorre que essas ações e políticas institucionais capazes de produzir e/ou manter a vulnerabilidade dos sujeitos vitimados pelo racismo equivalem ao racismo institucional. Esse tipo de racismo também pode ser chamado de racismo sistêmico que, por sua vez, é possivelmente a dimensão mais negligenciada do racismo, visto que se movimenta na dimensão individual e instaura a dimensão estrutural.

Para uma desarticulação do racismo institucional, é evidentemente necessária vontade política para que isso seja transformado. O Estado Brasileiro precisaria de uma ação nacional para combater esse tipo de racismo, envolvendo todos os entes federativos, assim como a iniciativa privada por meio de parcerias público-privadas. As elites intelectuais do nosso país também precisam se sensibilizar para a necessidade de debater o tema e fomentar atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES).

No que se refere ao campo político, o cenário não parece animador, pois, no ano de 2018, o Brasil elegeu pela primeira vez, em sua história recente, um presidente da república processado por racismo. De acordo com notícia¹⁶ veiculada no site do Ministério Público Federal, o então deputado Jair Messias Bolsonaro foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal por racismo e outras discriminações. Em uma palestra no Clube Hebraica do Rio de Janeiro, o então deputado, em referência aos quilombolas, afirmou que eles “não fazem nada” e “nem para procriar servem mais”. Além disso, o político se referiu ao peso dos quilombolas em arrobas, unidade de medidas usada para pesar bovinos e suínos.

Em 2019, de acordo com matéria veiculada pelo site¹⁷ O Globo, Jair Bolsonaro, já como presidente da República, foi inocentado no processo acima descrito que transitou em julgado, logo, não cabe mais recurso. No entanto, no mesmo ano, conforme matéria veiculada no site da Revista Veja¹⁸, o presidente Jair Messias Bolsonaro voltou a ter seu nome envolvido com manifestações racistas. De

¹⁶ Notícia disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-denuncia-jair-bolsonaro-por-racismo-e-eduardo-bolsonaro-por-ameacas-a-jornalista>. Acesso em: 23 jan. 2020.

¹⁷ Notícia disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/processo-encerrado-bolsonaro-absolvido-em-acusacao-de-discriminar-quilombolas-23723882>. Acesso em: 23 jan. 2020.

¹⁸ Notícia disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/parlamentares-protocolam-acao-contra-bolsonaro-no-mpf-por-racismo/>. Acesso em: 27 jan. 2020.

acordo com o site, o presidente se referiu aos governadores da região Nordeste como “paraíbas”. Diante disso, parlamentares protocolaram uma ação, contra o presidente, no Ministério Público Federal.

Em 2020, conforme notícia veiculada no site¹⁹ Istoé, o então secretário de Cultura Federal, Roberto Alvim, foi demitido do cargo após fazer referência, em redes sociais, ao nazismo. A situação do secretário ficou insustentável e várias autoridades haviam pedido sua demissão do cargo de maneira imediata. Curiosamente, casos como esses de ligação ou referência a grupos de extrema direita da Europa ocorreram após a vitória e chegada ao poder da direita brasileira nas eleições federais e estaduais após um longo período de hegemonia da esquerda brasileira.

Não objetivamos nesta pesquisa fazer qualquer tipo de análise de discursos ou exercer militância político-partidária, mas julgamos relevante pontuar esses casos porque, na perspectiva institucional, o poder tem grande tomo e as manifestações racistas têm se ampliado, assim como o racismo institucional. Almeida (2019) afirma que, nesse tipo de racismo, o poder é o elemento central da relação racial, pois o racismo é dominação. Detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. A manutenção do poder depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo à sociedade diretrizes que tornem morais e naturais seu domínio.

O racismo só será efetivamente desconstruído por meio de uma convergência de interesses políticos, ideológicos e econômicos. Isso não quer dizer que lutas individuais antirracistas não são bem vindas ou não podem surtir efeito, porém, como o racismo é um problema macro social, é fundamental o comprometimento e a cooperação social para atenuar os efeitos do racismo na sociedade.

De acordo com Almeida (2019), sem dúvidas, houve um salto qualitativo na concepção do racismo institucional em relação à visão limitada à análise de ordem comportamental da visão individualista. A concepção institucional demonstra que o racismo transcende o âmbito individual, frisando a dimensão do poder como elemento presente nas relações raciais, não somente na relação entre indivíduos, mas de um grupo sobre o outro.

No entanto, o autor prossegue destacando alguns pontos importantes da

¹⁹ Notícia disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-decide-demitir-roberto-alvim-da-secretaria-de-cultura-diz-jornal/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

concepção institucional de racismo. Nessa perspectiva, as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social ou as instituições são racistas porque a sociedade é racista. Tal lógica tem algumas implicações. A primeira é que, desse modo, as instituições não criam práticas racistas, mas apenas reproduzem. Sem nada fazer, toda instituição se tornará um local de transmissão de privilégios e violências racistas ou sexistas. A segunda diz respeito à representatividade. Ainda que essencial, a simples presença de pessoas negras ou outras subalternizadas em espaços de poder não significa que a instituição deixará de ser racista. A ação dos indivíduos é orientada, muitas vezes, pela instituição, tendo como pando de fundo os princípios estruturais da sociedade, como as questões de espectro político, econômico e jurídico.

Diante disso, Almeida (2019, p. 50) chega à conclusão de que o racismo é estrutural.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

Ao abordar o racismo estrutural é necessário, primeiramente, entendê-lo como uma construção social. O racismo atua estruturalmente na formação social capitalista, definindo estrategicamente os lugares sociais. Diante de uma sociedade conservadora, as antigas desigualdades advindas do período escravocrata são reeditadas e têm como resultado profundas violações de direitos humanos (MADEIRA; GOMES, 2018).

Na perspectiva do racismo estrutural, fica evidente que o racismo não é fruto de discriminações sociais individuais ou isoladas, mas que o racismo é parte de uma forte estrutura política e econômica que serve para mascarar, em muitos casos, o proveito exacerbado do regime capitalista na força de produção. Diante do que foi apresentado até então, não seria uma hipérbole afirmar que o racismo é um projeto político e econômico que se iniciou no período colonial e não apenas remanesceu as diferentes formas de governo, mas se aperfeiçoou, encontrando sua plenitude na conjuntura atual da sociedade de mercado.

Pensar o racismo como parte da estrutura social não retira a responsabilidade individual e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender o racismo como estrutural e não isoladamente nos torna ainda mais responsáveis por combater o racismo e os racistas. Cientes do racismo como parte da estrutura social, é preciso manifestar-se contrário a ele. Calar-se diante do racismo não torna o indivíduo moral e/ou juridicamente culpado, mas certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo (ALMEIDA, 2019).

Conforme Madeira e Gomes (2018), o racismo foi abrindo caminhos para o abismo social entre negros e não negros na sociedade brasileira. Destarte, o racismo não se limita ao âmbito pessoal, comportamental, sendo uma questão estruturante das relações sociais. Em sua intersecção com gênero, classe social e regionalidade, estabelecem os lugares sociais.

Almeida (2019, p. 52) afirma que “pode-se inferir que o racismo, sob a perspectiva estrutural, pode ser desdobrado em processo político e processo histórico”:

- O racismo é um processo político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia na formação social, depende do poder político; caso contrário, seria inviável a discriminação sistemática de grupos completos. Por isso, não faz sentido a ideia de “racismo reverso”. O termo “reverso” já indica que há uma inversão de lugar, como se houvesse um jeito correto de racismo. Racismo é algo anormal contra populações marginalizadas – latinos, judeus, ciganos, negros, etc. A politicidade do racismo apresenta-se em duas dimensões: a dimensão institucional, que ocorre por meio da regulação jurídica através do Estado, e a dimensão ideológica, que se refere à construção de narrativas que acentuem a unidade social, apesar de fraturas como racismo, divisão de classes e sexismo. A criação e recriação de um imaginário social de unificação ideológica é papel do Estado, das escolas, universidades, redes sociais, meios de comunicação de grande alcance, entre outros.

- O racismo, por ser estrutural, é também um processo histórico. Logo, não se pode compreender o racismo somente como algo derivado sumariamente dos sistemas políticos e econômicos. Quanto ao processo histórico, o racismo se manifesta de modo circunstancial e específico, bem como em conexão com as transformações sociais.

Conforme pudemos observar, o racismo é resultado de um processo

histórico-político que, ao longo da história do nosso país, arraigou o racismo em estruturas sociais quase que intransponíveis, cuja desestabilização dessas estruturas só pode ser feita em médio e longo prazo e que requer ações macropolíticas que suscitem um engajamento de toda a sociedade.

Almeida (2019, p. 65) discorre sobre como o racismo se estabelece no imaginário social através das mídias e da escola.

O racismo constituiu todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras tem uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações. E a escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes (ALMEIDA, 2019, p. 65).

Com a apresentação corriqueira de estereótipos negros nos veículos de comunicação e nos ambientes educacionais, desestruturar a ideologia racista não é uma das tarefas mais fáceis e rápidas. Sobre isso, Costa (2015, p. 155) estabelece que

Desconstruir a ideologia racista denota dar visibilidade a um cenário que sustenta misérias, desalentos subjetivos e sociais, bem como aponta para a possibilidade de criar outras formas de habitar a vida, em que o respeito e a ética possam ganhar relevância.

Almeida (2019) discorre que “o racismo é uma ideologia, desde que se perceba que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas”. Os dados apresentados, ao longo deste estudo, são testemunhos de que, sim, o racismo infelizmente é uma ideologia materializada em práticas concretas.

A filósofa Marilena Chauí (2016, p. 247) concebe ideologia como

um corpus de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir. Por sua anterioridade, a ideologia predetermina e pré-forma os atos de

pensar, agir e querer ou sentir, de sorte que os nega enquanto acontecimentos novos e temporais.

Marilena Chauí (2016), dotada de uma perspectiva marxiana, considera que esse *corpus* tem a finalidade de produzir uma universalidade imaginária que atenda aos interesses da classe dominante. Na visão da autora, o exercício de dominação dessa classe depende da capacidade da ideologia produzir um imaginário coletivo, no qual os indivíduos possam se situar. Portanto, a eficácia ideológica depende da interiorização do *corpus* imaginário, de sua identificação com o real e sua capacidade de permanecer invisível.

No que tange à política, Almeida (2019) considera que ela passa pelo Estado, embora não se limite a ele. Uma vez que o Estado é a forma política do mundo contemporâneo, o racismo só poderia se reproduzir se o aparelho estatal não o nutrisse. Um exemplo disso está na ação de grupos e movimentos sociais. Geralmente suas reivindicações são dirigidas ao poder estatal em busca por direitos básicos como igualdade, educação, moradia etc. Não iremos falar agora sobre esses movimentos, pois mais a frente, neste trabalho, será apresentada a atuação do movimento negro e outras formas de resistência. Esses movimentos sociais atuam de forma política, visto que muitas vezes alguns de seus líderes se candidatam a cargos eletivos no parlamento, até mesmo para que os(as) negros(as) possam ter maior representatividade política na sociedade. Nessa luta política, é necessário reconhecer, conforme a professora e filósofa americana, Angela Davis, “numa sociedade racista não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”²⁰.

“A força da eleição ou reconhecimento intelectual de um homem negro e, especialmente, de uma mulher negra, não podem ser subestimados quando se trata de uma realidade dominada pelo racismo e pelo sexismo” (ALMEIDA, 2019, p. 110).

O Estado Brasileiro atualmente está estabelecido na conjuntura de uma sociedade democrática, de mercado e capitalista. De acordo com Almeida (2019), o papel do Estado no capitalismo é essencialmente estabelecer a manutenção da ordem, garantindo a liberdade e a igualdade formais e, principalmente, a defesa da propriedade privada e o cumprimento de contratos.

Todavia, na política brasileira, o Estado brasileiro tem falhado miseravelmente no que se refere à manutenção da liberdade e igualdades formais, vide todos os

²⁰ Frase disponível em: <https://conexaoverde.greenpeace.org.br/group/postura-antirracista-estrategias-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional/about>. Acesso em: 13 mai. 2019.

dados apresentados até então sobre a situação dos negros e das negras no país.

Sobre isso, Luciana Jaccoud (2009, p. 61-62) discorre que:

O objetivo de redução da desigualdade social tem se mostrado insuficiente face à meta de redução das desigualdades raciais. A experiência de universalização das políticas sociais nos últimos 20 anos tem mostrado os limites desse processo, face aos mecanismos recorrentes de reprodução do preconceito e da discriminação racial que operam no interior das instituições sociais, inclusive escolas, postos de saúde, hospitais, instâncias policiais e judiciais. Nesse contexto, o reconhecimento da questão racial no Brasil como uma temática estratégica tem dupla relevância. De um lado, ele responde à demanda de tratamento igualitário entre brancos e negros. De outro, dele dependem avanços no campo da desnaturalização da pobreza. Esse é um processo que demanda o enfrentamento de mecanismos tradicionais de reprodução de hierarquias sociais e privilégios – com destaque para o racismo, o preconceito e a discriminação –, e a construção de patamares efetivos e concretos de equivalência e reconhecimento entre os cidadãos.

No Brasil, a legislação vem tratando da questão racial há alguns anos. Em 1951, a Lei Afonso Arinos tornou contravenção a prática de discriminação racial. A constituição de 1988 tornou o crime de racismo inafiançável e imprescritível, disposição que orientou a Lei 7716/89, que dispunha sobre os crimes de racismo. Também vale destacar a Lei 10.639/2003, que determina o ensino de história da África e Cultura afro-brasileira nas escolas, bem como o Estatuto da Igualdade Racial, que consta na Lei 12.288/2010. Além disso, também não podia deixar de ser mencionada a política de ações afirmativas, já citada no presente estudo. No Brasil, os movimentos sociais tiveram grande participação na construção desses aparatos legais (ALMEIDA, 2019).

As consequências práticas do racismo na ambiência educacional variam desde diferenças significativas nos indicadores educacionais entre negros(as) e brancos(as) à configuração do racismo epistêmico, epistemicídio, que compõe *lócus* desta pesquisa.

O epistemicídio é a manifestação contumaz do racismo na ambiência acadêmica. O filósofo negro, Renato Nogueira, em parceria com Valter Duarte e Marcelo Ribeiro, abordam a filosofia sob uma afroperspectividade e conceituam o racismo epistêmico como

um conjunto de dispositivos, práticas e estratégias que produzem

cânones que deixam de fora o que não é da matriz europeia. O crivo eurocêntrico para o conhecimento recusa a validade das justificativas feitas a partir de referenciais não europeus, quer sejam eles filosóficos, culturais, históricos, ou científicos, distinguindo o que é conhecimento válido e o que não é conhecimento (NOGUERA; DUARTE; RIBEIRO, 2019, p. 441).

Para Noguera, Duarte e Ribeiro (2019), o racismo epistêmico é sinônimo de epistemicídio. Os autores discorrem acerca da desqualificação dos conhecimentos não-europeus, evidenciando como a ciência se desenvolveu sob a égide de um hegemonismo epistêmico.

Mais adiante, destrincharemos o epistemicídio em nível conceitual, bem como as consequências deste para a produção científica e para o campo científico de modo geral. No entanto, consideramos pertinente pontuar o epistemicídio enquanto consequência direta do racismo na educação.

Almeida (2019) afirma que a análise do racismo, do ponto de vista econômico-estrutural, remete a duas conclusões: a primeira é que o racismo se manifesta objetivamente no campo econômico quando políticas econômicas estabelecem privilégios para o grupo racial dominante. Exemplo disso é a tributação regressiva do Brasil assentada em salário e consumo, que pesa primordialmente sobre os mais pobres e os assalariados. Isso quer dizer que, quanto ao peso dos tributos, o financiamento de políticas públicas brasileiras recai sobre mulheres e sobre os negros e as negras. A segunda maneira que o racismo se manifesta no modo econômico é de maneira subjetiva. O racismo faz com que a pobreza seja interiorizada como condição biológica de negros e indígenas, naturalizada pelo mercado de trabalho em relação aos salários e às condições de trabalho.

O racismo é elemento constituinte da política e da economia brasileira, sem o qual não é possível entender suas estruturas. A democracia racial produz um discurso legitimador da violência e desigualdade racial face às especificidades do capitalismo brasileiro. O racismo é um fator estrutural de qualquer Estado Capitalista que organiza as relações políticas e econômicas. O racismo faz parte do jogo capitalista. Por isso, parte da sociedade não enxerga anormalidade na maioria das pessoas negras ganharem menores salários, submeterem-se a trabalhos degradantes, não ocuparem os cargos de direção, não estarem nas melhores universidades, residirem em zonas periféricas e serem assassinadas corriqueiramente pelas forças repressivas do Estado (ALMEIDA, 2019).

Como pudemos perceber ao longo deste tópico, o racismo é parte integrante da estrutura social brasileira e se manifesta na ideologia, na política, no direito e na economia. Concluímos que, sim, o racismo brasileiro é estrutural. O racismo brasileiro é um projeto longo, que se mantém desde o início da formação do nosso país no período colonialista, e se mantém ainda mais forte em nosso país no contexto de uma sociedade de mercado e de um “Estado democrático de direito”.

2.1 Protagonismo social da população negra: histórias de lutas e resistências

O termo “protagonismo” vem sendo utilizado em diferentes campos sociais, em especial naqueles de lutas por direitos de diversas naturezas. O termo “protagonista” é constituído por “proto” (o principal, o primeiro) mais “agon/agonistes” (luta/o que luta). Ser protagonista significa, portanto, ser o principal, o primeiro lutador (PERROTTI, 2017).

Henriette Gomes (2018) descreve sujeitos(as) protagonistas como pessoas em posição de liderança na luta contra obstáculos que representam ameaças, assumindo embates em prol do bem comum. Ser protagonista implica assumir a condição de sujeito social que age com e em relação ao outro.

Diante do exposto, é possível observar que o sujeito protagonista exerce sua ação não apenas na esfera individual, mas sim em uma perspectiva coletivista. Henriette Gomes (2018, p. 49) evidencia que “o sujeito protagonista é aquele que age, que se ergue, que se coloca em relação ao ‘mundo comum’”.

Corroborando com a pesquisadora, Perrotti (2017) discorre que protagonismo significa resistência, combate, embate de antagonismo. Além disso, protagonismo se expressa na tomada de posição dianteira em relação aos obstáculos que ameaçam o grupo.

O protagonismo do povo negro, foco desta pesquisa, em diversos espaços, é uma realidade passível de discussão. Essa questão não se resume apenas a questões como: onde estão os(as) negros(as) em determinados espaços sociais? Por qual motivo os(as) negros(as) ainda não são protagonistas em diversos segmentos sociais? Por que os estudos acerca da população negra ainda são escassos em algumas áreas de conhecimento? Essas não são questões que podem ser respondidas com truísmos ou frases de efeito. É preciso investigar, também, o porquê de não estarem em determinados espaços sociais, a quem interessa que a

população negra não se faça presentes ou componha uma minoria flagrante em alguns contextos no âmbito social.

De acordo com Almeida Júnior (2017), é preciso ter um olhar mais crítico sobre protagonismo. Não devemos compreender o protagonismo como algo a se buscar, de modo que ele se dará plenamente, pois o protagonismo é limitado. Logo, não podemos entendê-lo numa perspectiva dualista, ou seja, o protagonismo existe ou não existe.

Em uma revisão de literatura, foi possível encontrar diversos tipos de protagonismo: protagonismo social, protagonismo cultural, protagonismo juvenil, entre outros. Para fins deste trabalho, abordaremos o protagonismo sob a égide do protagonismo social.

Marcos Prado e Dimitria Santos (2020, p. 6) elucubram que “é importante ressaltar que a expressão ‘protagonismo social’ compreende a uma dinâmica multifacetada da qual abre margem de interesse interdisciplinar”.

Na perspectiva de Henriette Gomes (2019, p. 12), protagonismo social tem o sentido de “uma conduta, uma postura, um modo de existência que envolve todas as esferas da vida humana [...] incluindo a dimensão cultural, compreendendo-se cultura como produção humana, na qual se incluiu o objeto informação”. A autora destaca a importância do protagonismo social embasado na mediação da informação em função do processo democrático.

O protagonismo social se caracteriza como elemento fundante do processo democrático de construção de bases de humanização do mundo e, o efetivo desenvolvimento desse protagonismo se dá com o apoio das atividades de mediação consciente da informação, o que implica no conhecimento do que seja informação, da sua missão social, das dimensões da mediação e da força dessa ação também protagonista (GOMES, 2019, p. 19).

Para abordar o protagonismo social, analisando sua relação com a informação, a mediação é a ação central que coloca a informação como fomentadora do desenvolvimento do protagonismo (GOMES, 2019).

A autora (2019) expõe que o protagonismo social é um objetivo implícito do processo de mediação. Desse modo, reputamos que toda ação mediadora tem como finalidade colocar os sujeitos em uma condição de sujeitos protagonistas que lutam e atuam na transformação de sua própria realidade e na realidade.

Considerando que um objetivo implícito do processo de mediação é o protagonismo social, esta pesquisa busca, com base nas produções científicas acerca da população negra no ENANCIB, analisar a relação entre a mediação da informação e o protagonismo social negro nesse contexto.

Henriette Gomes (2017) corrobora com o exposto e elucubra que a mediação da informação é um processo interacionista referente à interlocução entre informação e comunicação. Uma atividade consciente de mediação da informação perpassa por cinco dimensões:

- Dialógica: a mediação atua na dialogia geradora de espaços de interação que favorecem a transformação e a ressignificação das informações acessadas, gerando novos conhecimentos. A mediação é um processo primordial para o desenvolvimento humano, tendo a dialogia como sua base de sustentação;
- Estética: a experiência da mediação da informação auxilia na construção de autonomia dos sujeitos. Tal autonomia proporciona o movimento em direção ao prazer e o sentido de belo, revelando aspectos da dimensão estética da mediação da informação;
- Formativa: essa dimensão ressalta aspectos imateriais da informação enquanto fenômeno social. O objetivo implícito da dimensão formativa é correspondente ao desenvolvimento do protagonismo social no qual o processo dialógico permite a aproximação entre agentes e os dispositivos de informação. Isso exige a consciência da condição de protagonista do(a) mediador (a) nesse processo;
- Política: sendo o(a) mediador(a) um(a) protagonista do processo de mediação que favorece o protagonismo social de outrem, faz-se necessário que o(a) agente mediador(a) tenha uma tomada de decisão acerca do *múnus* social do seu fazer especializado;
- Ética: essa dimensão se apresenta com mais força quando se considera que a mediação está ligada ao ato de cuidar. Se a mediação é uma ação que compreende o movimento e a vida, e os sujeitos informacionais necessitam de informação para sentir acolhimento e desenvolverem o sentimento de pertença ao ambiente informacional, há de se considerar que o(a) mediador(a) é um(a) cuidador(a). Assim, é preciso a adoção de princípios que inibam a censura, o direcionamento do acesso à informação, a desconsideração à liberdade e igualdade de direitos.

De acordo com Maria Farias e Daysene Costa,

O protagonismo social tende a colocar o sujeito como principal transformador da sua própria realidade social. Ele exerce certa influência nas tomadas de decisões que possam auxiliar um indivíduo ou uma comunidade. Nesta perspectiva, aquele que é protagonista também tem a sua própria realidade transformada (FARIAS; COSTA, 2017, p. 3).

O protagonismo social se torna efetivo quando materializado em um protagonismo solidário e não em um protagonismo solitário. O indivíduo protagonista, dotado de empoderamento, carrega consigo o *múnus* social de melhorar não apenas a sua realidade, mas a realidade outrem, caso contrário, o protagonismo se torna inócuo e se assemelha mais a uma espécie de ascensão social. O protagonismo social liberta os sujeitos do silenciamento de suas subjetividades e amplia seu espaço de atuação, outrora suprimido por estruturas dominantes.

O exercício do protagonismo em qualquer contexto ocorre mediante a uma postura de resistência às intempéries sociais, às perdas de direitos individuais e coletivos, à desestruturação de conquistas dos movimentos sociais, entre outros. Além disso, ser protagonista significa a adoção de uma conduta corajosa, de liderança e consciência coletiva no embate sociocultural.

Segundo Henriette Gomes (2017, p. 27),

O protagonismo social representa o caminho humanizador do mundo e, portanto, promissor da construção ética de relações sociais capazes de assegurar o espaço crítico, de dialogia, criatividade e alteridade.

Conforme Maria Farias e Daysene Costa (2017), quando o indivíduo se mobiliza no seu contexto social, adquirindo novas formas de enxergar as possibilidades de uma construção da realidade social, o empoderamento se torna uma multiplicação de ideias transformadoras.

Segundo Marcos Prado e Dimitria Santos (2020), o(a) protagonista social não luta apenas por equidade e oportunidades. Esse(a) também atua para que outros indivíduos se tornem sujeitos conscientes e empoderados, possibilitando articular transformações sociais no meio em que eles estão inseridos e, concomitantemente, desenvolvam o sentimento de pertencimento na sociedade.

Nesse sentido, conforme Marcos Prado e Dimitria Santos (2020, p. 20) consideramos que sujeitos conscientes empoderados possuem “a capacidade reconhecida para determinar uma posição social que afirma o fortalecimento da sua identidade”.

Conforme Wédja Matia (2019), empoderar trata-se de algo que sempre esteve presente no movimento feminista. O empoderamento, no contexto brasileiro, é importante para dar liberdade às mulheres que são afetadas pelo machismo e pela desigualdade socioeconômica e racial dentro de uma sociedade que marginaliza tudo que entende por “minorias”.

Wédja Matia (2019, p. 18) discorre que

Traduzida do termo inglês “empowerment”, a palavra empoderamento possui uma conotação muito mais voltada ao sentido de poder e de aquisição a uma emancipação individual econômica. Empoderamento é uma palavra “nova” na língua portuguesa e ainda não é dicionarizada oficialmente, também não é um termo usado exclusivamente para fins feministas. Como exemplo desta definição, está o que a parte responsável pelas mulheres na Organização das Nações Unidas (ONU) chama de “princípios de empoderamento”. O que é, resumidamente, a tentativa de empoderar as mulheres nas atividades sociais e da economia com o objetivo de promover a equidade de gênero.

Corroborando com isso, Cecília Sardenberg (2012) afirma que esse termo, nos últimos anos, vem sendo utilizado indiscriminadamente, sendo utilizado, inclusive, por políticos de vieses conservadores, fazendo com que o termo adquira novos significados. O mesmo tem se tornado comum no discurso acadêmico, no movimento feminista, em órgãos governamentais e não governamentais.

Cecília Sardenberg (2012, p. 2) sopesa que

[...] o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal.

Para a autora, o empoderamento é processual, logo, não é imediato. Cecília Sardenberg (2012) pondera que, em uma ótica feminista, empoderamento é um processo de conquista da autonomia, da autodeterminação, sendo ele, ao mesmo tempo, um instrumento/meio e um fim em si próprio.

A escritora negra, Joice Berth (2018), no livro “O que é empoderamento?” faz uma rica e minuciosa discussão sobre o conceito de empoderamento:

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, de assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (BERTH, 2018, p. 16).

Uma atitude empoderada se reflete na mudança da realidade dos sujeitos e da comunidade mediante o exercício do protagonismo social.

O protagonismo social está relacionado ao ato de empoderar, que é transformar a si mesmo e aos outros em protagonistas, é sair de uma condição de sujeição, é livrar-se do fardo de estar sujeito a uma subjetividade imposta que dita quem você é e como deve agir, é um processo criativo pelo qual pessoas e coletividades ampliam seu campo de ação (ABEN, 2014, p. 16).

Henriette Gomes (2017) considera que a mediação se configura como uma ação semiótica, dependente de diversas linguagens que, para alcançar êxito, dependem também da consciência de seus agentes. É uma ação ligada ao movimento, ao agir, o encontro com a informação e com quem a produziu, com o outro que disponibiliza os conteúdos informacionais, bem como com os dispositivos que possibilitam a busca e o acesso à informação.

Para Henriette Gomes (2019), as relações entre protagonismo social e mediação da informação indicam que a mediação da informação é a ação central do protagonismo. Desse modo, consideramos que, se a mediação da informação é o epicentro do protagonismo, torna-se imprescindível que os(as) mediadores(as) da informação (profissionais da informação) saibam atuar efetivamente nesse sentido.

Diante do que foi apresentado até então, consideramos que o protagonismo social negro no ENANCIB é um processo que deve ter como epicentro a mediação da informação. Os conteúdos informacionais mediados pelos(as) pesquisadores(as) intencionalmente podem ser elementos promotores do protagonismo social negro na

área. Cada pesquisa desenvolvida sobre a população negra inserida no ENANCIB é um passo em direção ao protagonismo social negro na produção científica.

Mediação da informação é um tema presente nas investigações científicas no campo da Ciência da Informação, de tal modo que a ANCIB possui um Grupo de trabalho (GT) dedicado ao assunto: o (GT) 3, nomeado “Mediação, Circulação e Apropriação da Informação”. O mesmo é coordenado pela Prof^a. Dra. Martha Suzana Cabral Nunes, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e tem como coordenadora adjunta a Prof^a Dra. Gisele Rocha Côrtes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

No último ENANCIB - 2019, no GT 3, foram publicados quinze trabalhos entre resumos expandidos e trabalhos completos. Vale salientar que também foi encontrado um trabalho no GT 2 e outros dois no GT 6 que versam sobre essa temática. Tal cenário demonstra que o tema tem ganhando tomo na CI.

Almeida Júnior (2014) enuncia que muito se ouve sobre mediação, mas nem sempre é feita uma reflexão sobre seu sentido, sua definição, usabilidade e relevância. Na maioria dos casos, a mediação é pensada como uma ponte, no sentido de um objeto estático. Porém, acredita-se que a mediação vai além de uma ponte transmissora.

De acordo com Almeida Júnior (2015), o conceito de mediação da informação pode ser entendido como

toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais – , direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

O exposto acima traz consigo um tema que tem sido levado à baila nos estudos da Ciência da Informação. Dito isso, estamos nos referindo ao conceito de apropriação da informação. Santos Neto e Almeida Júnior (2017) estabelecem o uso do termo “apropriação da informação” ao invés de “uso da informação”. A apropriação da informação não se resume apenas ao uso da informação, mas espera-se que o conteúdo seja de fato assimilado e que o sujeito que se apropriou da informação sofra alguma transformação.

Carmem Batista (2016) sopesa acerca de apropriação, evidenciando as diferenças entre apropriação e uso, deixando escuro que o conceito de apropriação é mais amplo e completo.

Assim, apropriação é um processo no qual o sujeito 'torna seu' um objeto do mundo, ajustando-o, moldando-o a si, atuando afirmativamente nos processos de negociação com os signos, com a cultura. Nesse processo, o objeto, material ou não, sofre um deslocamento espaço temporal promovido pelo sujeito, que pode alterar ou confirmar o sentido dado pelo seu ambiente de origem, ou seja, pode ressignificar o mundo que lhe chega, a partir de suas percepções, suas expectativas e seus interesses das e pelas atividades (BATISTA, 2016, p. 184).

Como pudemos observar, a mediação da informação dar-se-á na interferência de profissionais da informação (arquivistas, bibliotecários[as], museólogos[as] e cientistas da informação) em um atendimento geral ou parcial de uma necessidade informacional.

No que se refere a questões étnico-raciais, por intermédio da mediação da informação em ações implícitas e explícitas, os(as) profissionais da informação supracitados podem atuar de forma a favorecer o protagonismo de sujeitos historicamente subalternizados, por exemplo, os(as) negros(as). Em consonância com Almeida Júnior e Santos Neto (2014), para que isso se torne possível, é necessário que esses profissionais se preocupem com a mediação da informação e não apenas com a informação. Não obstante, é imperativo que esses profissionais deixem de buscar uma suposta neutralidade que foque apenas nos suportes de informação, e não no acesso e mediação da informação.

Valério e Campos (2019b) corroboram com o que foi exposto e exemplificam, na figura dos(das) bibliotecários(as), a atuação mediadora dos(as) profissionais da informação em questões étnico-raciais.

O (A) bibliotecário(a), sendo um mediador de informação, pode corroborar com a educação antirracista em ambientes informacionais analógicos / tradicionais como as próprias bibliotecas e outros tipos de unidades de informação, como também em ambientes informacionais digitais ou híbridos, propondo a divulgação de temas que refletem as relações raciais em bibliotecas digitais ou virtuais, repositórios, blogs, redes sociais, entre outros. À exemplo disso, com o auxílio da informação e tecnologia, esse (a) gestor (a) pode adquirir, em sua unidade informacional, materiais de autores (as) negros (as) que trabalham ou não com as temáticas raciais e

divulgá-los em redes sociais da unidade, atraindo usuários e promovendo direta e indiretamente a educação antirracista (VALÉRIO; CAMPOS, 2019b, p. 120).

É importante salientar, conforme Henriette Gomes (2017), que o(a) mediador(a) da informação é também um(a) protagonista social, pois esse(a) age, constrói e interfere no ambiente informacional. Dessa forma, os(as) profissionais da informação enquanto mediadores(as) são protagonistas que favorecem o exercício do protagonismo social aos(às) usuários(as) da informação.

Nesse sentido, consideramos que o trabalho do(a) profissional da informação não se resume a preencher “lacunas informacionais” dos usuários(as). Muito mais que isso. Esses(as) profissionais atuam ontologicamente na completude dos seres enquanto sujeitos informacionais.

Não obstante o que foi exposto, Valério e Campos (2019a) estabelecem que para que o(a) profissional da informação possa atuar nesse sentido, ele(a) precisa conhecer e possuir competência informacional para tal. Esse processo pode ocorrer mediante leitura ou senso crítico, ou ainda por meio de uma educação antirracista promovida por docentes. Diante disso, Valério e Campos (2019b) sinalizam para a importância da inserção das relações raciais e de gênero nas grades curriculares dos cursos de Biblioteconomia, objetivando que a formação do(a) bibliotecário(a) seja incrementada, pois as bibliotecas possuem um papel social de contribuir em debates e discussões diversas.

Diante do exposto, Henriette Gomes (2019) evidencia que a mediação da informação deve ser consciente para favorecer o protagonismo social. Para a autora, no exercício consciente da mediação da informação, o processo dialógico favorecerá o exercício da crítica e observação mais completa e precisa das incompletudes e lacunas de conhecimentos instituídos e estabilizados, bem como da complexidade dos fenômenos sociais ou naturais.

Henriette Gomes (2019) considera que a mediação da informação também pode ser entendida como uma ação de interferência e, diante disso, considera que as possibilidades de manipulações ficam evidentes. Diante disso, a autora destaca a extrema necessidade de defesa e fortalecimento da ação mediadora consciente, como zelo e empenho em reduzir a violação da ética no trabalho informacional.

No que concerne aos objetivos desta pesquisa, reiteramos que consideramos a atividade científica como uma ação mediadora. Assim sendo, é imprescindível que

os(as) pesquisadores(as) estejam conscientes de que suas produções científicas e os conteúdos informacionais mediados nessas produções podem favorecer ou desfavorecer o protagonismo social de alguns grupos sociais e étnico-raciais. Diante disso, salientamos a importância de um compromisso e zelo ético por parte dos(as) pesquisadores(as) no desenvolvimento de suas pesquisas.

Henriette Gomes (2019, p. 18) reitera que “não se tem efetivamente mediação da informação em favor do desenvolvimento do protagonismo social sem a execução consciente”. Destarte, não basta, por exemplo, que o(a) pesquisador(a) desenvolva pesquisas de cunho étnico-racial. É imprescindível que esses(as) tenham ciência de que o seu fazer científico é também uma atuação política.

Mais adiante, observaremos que o protagonismo social da comunidade negra no ENANCIB é fomentada, especialmente, por autores(as) negros(as). Henriette Gomes (2017) evidencia a própria condição de protagonista dos(as) agentes mediadores(as). Esses(as) agem, constroem e interfere no meio, trazendo consigo a característica de um protagonista social. Nesse sentido, o(a) mediador(a) da informação caracteriza-se como um agente político e os(as) pesquisadores(as) precisam assumir essa postura de agentes mediadores políticos.

A consciência política dos(as) pesquisadores(as) é imprescindível para a construção do protagonismo social negro no contexto do ENANCIB. Os anais do evento são espaços de disputas de capital científico e a inserção de temáticas étnico-raciais com foco na população negra requer esforço político por parte dos(as) cientistas da informação, comprometidos(as) com a luta contra o racismo e o epistemicídio negro na área.

Regivaldo Silva (2018) desenvolveu, em sua dissertação, a mediação da informação na formação docente do pesquisador(a) atuante na consolidação da Ciência da Informação no Brasil. Nesse estudo, ele expõe que a mediação é uma ação que funciona como ponte entre indivíduos ou grupos de pessoas que leva o sujeito a aprender, a adquirir conhecimentos e a interagir de modo mais consciente em sua comunidade e na sociedade como um todo.

Precisamos considerar que as produções científicas podem ser influenciadas pela ação mediadora docente, por exemplo: um(a) orientador(a), os conteúdos apresentados por um(a) tutor(a), a forma como um(a) professor(a) expõe determinado tema que pode aguçar a vontade do(a) discente de conhecer tal temática. Silva (2018) enuncia que as ações dialógicas e mediadoras do professor,

contribuem para o desenvolvimento da autonomia dos(as) discentes, o que significa contribuir para a formação de cidadãos(ãs) críticos(as) e capazes de compreender o contexto no qual estão inseridos(as), oferecendo condições de possibilidades para esses(as) alunos(as) avançarem em suas produções.

À vista disso, reputamos que o desenvolvimento de pesquisas sobre a população negra, além de uma atividade de mediação da informação, é também uma ação que possibilita contribuir para que a comunidade negra ressignifique sua vida, seus princípios e seus costumes, propiciando empoderamento e protagonismo a quem dela faz parte.

Salientamos que, mais adiante, apresentaremos os conteúdos acerca da população negra mediados pelos(as) pesquisadores(as) nos anais do ENANCIB. Veremos que, especialmente, os(as) autores(as) que desenvolveram mais pesquisas sobre a temática possuem uma identificação com a população negra e as temáticas abordadas.

Sem embargo do contexto supracitado acerca das relações entre protagonismo, empoderamento e mediação, consideramos que falar de protagonismo e empoderamento do povo negro em um país que teve um período escravista de mais de três séculos, e que foi um dos últimos países a abandonar esse modelo econômico degradante, é desafiador. Em muitos ambientes, ainda é um tabu falar sobre a escravidão e sobre o racismo no país, de modo que muitas vezes o assunto chega a ser comentado, mas sem levar em consideração suas consequências na composição social contemporânea.

Ao longo deste trabalho, buscamos expor algumas consequências do regime escravista no Brasil e, conseqüentemente, do racismo. No próximo tópico, apresentaremos um breve histórico do movimento negro enquanto movimento social organizado, perpassando por seu início no período pós-abolicionista até a contemporaneidade.

No início da República, diante das privações de direitos e marginalização social, os(as) negros(as) começam a articulação do movimento negro enquanto movimento social e, durante todo período republicano, lutam por direitos em prol da comunidade negra brasileira.

2.2 Breve histórico: Movimento negro enquanto movimento social organizado

Diante da conjuntura apresentada até então, não seria equivocado afirmar que a história dos movimentos negros teve início no período do regime escravocrata e se manifestava na resistência do povo negro na luta por liberdade, nos quilombos e embates de sangue. No entanto, neste tópico iremos nos deter, de forma breve, ao movimento negro enquanto movimento social organizado.

De acordo com a socióloga Maria da Glória Gohn (1997), podemos compreender movimentos sociais como:

ações sociopolíticas construída por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflito, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade (GOHN, 1997, p. 251).

A pesquisadora discorre sobre os 500 anos de luta social no país e considera que “movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de práticas sociais e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação” (GOHN, 2000, p. 12).

Os movimentos sociais são duradouros e articulados. Seus participantes se reúnem com frequência e planejam suas ações. Os modos como os movimentos sociais se organizam são variados, podendo ser formais ou informais, hierárquicos ou horizontais (GONDIM, 2016).

Nesse sentido, conforme Joel Rufino dos Santos (1994), o movimento negro pode ser entendido como

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo, aí compreendidas mesmo aquelas que visam à autodefesa física e cultural do negro, fundadas e promovidas por pretos e negros. Entidades religiosas como terreiros de candomblé, por exemplo; assistenciais como as confrarias coloniais; recreativas como “clubes de negros”; artísticas como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia; culturais como os diversos “centros de pesquisa” e políticas como o Movimento Negro Unificado; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.

(SANTOS, 1994, p. 157).

Domingues (2007) estabelece que o movimento negro é a luta dos povos negros na perspectiva de resolver seus problemas sociais, particularmente os oriundos de preconceitos e discriminações raciais, que os marginalizam no âmbito trabalhista, educacional, político, social e cultural.

Conforme Nilma Lino Gomes (2011), o movimento negro pode ser compreendido como um sujeito coletivo e político. No sentido coletivo, representa uma coletividade em que são constituídas identidades, interesses são defendidos e vontades são expressas. Enquanto sujeito político, o movimento negro gera discursos, readapta enunciados, reorganiza aspirações difusas, possibilitando a seus adeptos reconhecerem-se nesses novos significados.

Para Maria Gohn (2000), as lutas sociais conferem aos movimentos sociais um caráter cíclico e se comparam às ondas e marés, pois vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social.

Nesse sentido, Domingues (2007), ao discorrer sobre o movimento negro organizado durante o período republicano, o divide sistematicamente em três fases:

1. Primeira fase (1889-1937) – Esse período compreende a primeira república ao Estado Novo. Nesse espaço de tempo surgiram clubes, grêmios literários, centros cívicos, associações beneficentes, jornais e entidades políticas, as quais desenvolviam atividades educacionais, sociais, culturais e de lazer voltadas às comunidades negras.

2. Segunda fase (1945-1964) – Essa fase ocorreu no contexto da segunda república até a ditadura militar. Nesse período, o movimento negro se transformou em um movimento de massa, por meio da Frente Negra Brasileira. Houve, portanto, uma retomada a atuação no campo político. Através da União dos homens de cor e o Teatro experimental, ocorreu uma maior intensidade na luta por direitos civis.

3. Terceira fase (1978-2000) – Nessa fase, o contexto de desenvolvimento se deu entre o início da redemocratização até a nova república. Os métodos de lutas por direitos mais utilizados foram as manifestações públicas, formação de comitês de base, formação de um movimento em perspectiva nacional e atuação na imprensa. Destaca-se, nesse período, a atuação do Movimento Negro Unificado (MNU). Nessa fase, boa parte do movimento negro se aproxima de

partidos e sindicatos, diferente das duas primeiras fases, nas quais isso ocorria em menores proporções.

Lélia Gonzalez (1982) afirma que o MNU foi criado para ser um instrumento de luta da comunidade negra. Cabe a esse movimento a denúncia permanente de todo ato de discriminação racial e a constante organização da comunidade negra para enfrentar o racismo.

Rayssa Andrade (2012) destaca que, na primeira fase do movimento negro, havia departamentos de mulheres denominados “Quadro de damas” e organizações formadas apenas de mulheres negras, como por exemplo, o Grupo das Margaridas, em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, no Rio Grande do Sul. Essa última é uma das associações autônomas de mulheres negras e foi fundada em 1908.

Ângela Figueiredo (2018) destaca algumas das principais contribuições do movimento de mulheres negras, dando ênfase ao seu surgimento como organização autônoma, em 1988, no I Encontro nacional de Mulheres Negras, como também a participação de organizações femininas no 13º Fórum social Mundial, no ano de 2018, realizado na Bahia. Além desses acontecimentos, a autora destaca a Marcha das Mulheres Negras, de 2015, que contou com a participação de aproximadamente 35 mil mulheres e as solicitações contidas na Carta Mulheres Negras, que foi encaminhada às autoridades brasileiras.

A presença negra no movimento feminista permitiu ao movimento discutir e enxergar as mais variadas formas femininas e suas particularidades. Mulheres negras e indígenas possuem demandas específicas que diferem de necessidades de mulheres de outros grupos étnico raciais.

Para Natércia Bambirra e Teresa Lisboa (2019, p. 282),

Os movimentos feministas negros vêm prestando um grande serviço as epistemologias feministas e aos estudos sobre racismo. Isso porque tensionam as inúmeras formas de se experienciar “ser mulher” e desafiam os movimentos feministas e antirracistas, bem como o próprio Estado a incluir, respectivamente, em suas pautas e políticas públicas demandas e especificidades direcionadas a um público historicamente marcado.

Nesse aspecto, é oportuno destacar que estas também precisaram buscar seu espaço e visibilidade nos movimentos feministas. Conforme Sueli Carneiro

(2003, p. 118), “em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres”.

A professora Sônia Beatriz dos Santos (2009) destaca o Conselho Nacional de Mulheres Negras, criado em 18 de maio de 1950, no Rio de Janeiro. Ele é considerado como a primeira organização autônoma de mulheres negras. De acordo com matéria publica no site²¹ *Geledés*, suas fundadoras eram mulheres vinculadas ao Teatro Experimental Negro e, dentre as principais lutas do conselho, estava a defesa de direitos das empregadas domésticas, posto ocupado majoritariamente por mulheres negras.

Conforme Claudia Cardoso (2017), os coletivos, as associações, as organizações e as redes têm constituído os principais espaços políticos, mobilizados pelas mulheres negras, a fim de levarem seu projeto de justiça social e garantir participação na sociedade. A autora destaca que novos espaços estão sendo percebidos e construídos para denúncia do racismo, por exemplo, o site *Blogueiras Negras*²², que tem por objetivo aumentar a visibilidade da produção de blogueiras negras.

Em conformidade com Djamila Ribeiro (2016), o feminismo negro começa a ganhar força no Brasil nos anos 1980, época em que surgiram os primeiros coletivos de mulheres negras. No entanto, o movimento feminista acabou estruturando o discurso das mulheres brancas como discurso dominante, tornando invisíveis as mulheres negras dentro do movimento. A invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista fazia com que essas mulheres tivessem seus problemas sequer mencionados, tornando impossível a reflexão sobre esses problemas. No entanto, muitas feministas negras pautaram o rompimento desse silêncio como pauta primordial para a expressão das especificidades de mulheres negras.

No contexto brasileiro, o termo “enegrecendo o feminismo” tem sido utilizado para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista, objetivando, por meio desse termo, desconstruir a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, assim como revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões femininas construídas em uma

²¹ Notícia disponível em: <<https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-18-de-maio-de-1950-acontecia-criacao-conselho-nacional-de-mulheres-negras-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

²² <http://blogueirasnegras.org/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

sociedade multirracial e pluricultural (CARNEIRO, 2003).

Como pudemos observar, os movimentos negros estão entre os primeiros movimentos sociais do Brasil. O movimento negro, enquanto movimento social, precisou conviver não apenas com a necessidade de lutar por mudanças para melhorar a situação social da população negra, mas também resistir e combater políticas públicas que poderiam asseverar ainda mais as assimetrias sociais entre a população negra e outros povos. Maria Gohn (1997, p. 62) fala desse caráter duplo dos movimentos sociais e estabelece que “os movimentos sociais são, em larga escala, esforços coletivos em busca de mudanças ou para resistir a elas”.

Quando se fala em movimentos sociais, há uma tendência em avaliar positivamente a sua atuação mediante a quantidade de conquistas adquiridas por esse grupo. Desse modo, vale ponderar que as conquistas do movimento negro ao longo da história foram imprescindíveis, mas ainda é necessário comprometimento dos estados no nível municipal, estadual e federal, no contexto político, socioeconômico e cultural, para a alteração da estrutura racista que sedimenta nossa sociedade.

Apesar disso, vale destacar que o povo negro, ao longo de sua história de luta por direitos e resistência a diversas opressões, conseguiu conquistas importantes no período republicano, especialmente na educação, com governos de um espectro político mais progressista, a exemplo do governo do ex-presidente, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), e da ex-presidenta, Dilma Rousseff (2011-2016).

Em conformidade com Raquel Goularte e Karoline Melo (2013), no ano de 2003, o governo federal promulgou a Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394/1996 que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional. A Lei nº 10.639/2003 passou a instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio, bem como foi inserido no calendário escolar a celebração do Dia Nacional da Consciência Negra. Posteriormente, houve nova modificação na legislação por meio da Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino sobre a formação da população brasileira a partir dos grupos étnicos, os negros e os indígenas, em todo currículo escolar, especialmente nas disciplinas de educação artística, literatura e história do Brasil.

No ano de 2012, foi instituída no país uma política pública de ações afirmativas para ingresso nas universidades públicas e institutos federais por meio

da lei²³ conhecida popularmente por “lei de cotas”. Esse dispositivo legal passou a garantir a reserva de 50% das matrículas para alunos(as) oriundos(as) de escolas públicas com renda inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*. Em cada faixa de renda são reservadas vagas para pessoas pardas, negras, indígenas e pessoas com deficiência.

Os ordenamentos jurídicos apresentados foram uma conquista do movimento negro e de outros movimentos sociais que buscam estabelecer a inclusão de povos marginalizados socialmente. Todavia, somente as ações afirmativas e a inclusão de temáticas afro-indígenas nos currículos escolares ainda não são suficientes para diminuir as assimetrias de oportunidades de ascensão social entre os povos brasileiros.

Podemos perceber, no texto de Marcia Contins e Luiz Santana (1996), que alguns eventos no movimento negro influenciaram a implantação de ações afirmativas no país. São eles: o “ressurgimento do movimento negro” na década de 1970, que trouxe à tona, com palestras e outras formas de conscientização da população, as desigualdades entre brancos e negros no país; a reformulação das práticas do movimento negro, na década de 1990, que colocou no centro do movimento negro, de forma revitalizada, a discussão sobre ação afirmativa, política de cotas e discriminação positiva; o surgimento de organizações não governamentais, que reivindicavam o caráter das ações afirmativas em seus projetos; projetos de lei de ação antidiscriminatória e o texto “Combate ao racismo”, organizado pelo deputado Abdias do Nascimento; por fim, as iniciativas experimentais de ações afirmativas no estado do Rio de Janeiro.

Conforme Gomes (2001, p. 6), podemos considerar que as ações afirmativas “consistem em políticas públicas [...] voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física”.

Para Izabel Lima, Stella Santiago e Mirian Aquino (2010, p. 82), “as políticas educacionais precisam intensificar e fortalecer as ações afirmativas para combater as desigualdades sociais, focando as principais fontes de discriminação – a pobreza e o racismo”.

Em 2019, o IBGE constatou, por meio do estudo “Desigualdades sociais por

²³ Lei 12.711/2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 05 nov. 2019.

cor ou raça no Brasil”, que pela primeira vez o número de matrículas de estudantes negros(as) e pardos(as) nas universidades públicas foi maior que a de estudantes brancos(as). Todavia, os(as) negros²⁴(as) permanecem com baixa representação, pois eles(as) representam a maior parte da população (55,8%).

No âmbito universitário, vale destacar como conquista do povo negro a criação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB)²⁵ vinculados às Instituições de Ensino Superior. Posteriormente, foi incluindo nos NEAB's os estudos indígenas, em consonância com a Lei nº 11.645/2008, passando, então, a se denominar como Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e indígenas (NEABI). Os NEABI's produzem eventos como o Congresso Nacional de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE) e conhecimento científico com foco nos afro-brasileiros e indígenas.

Os NEABI's²⁶ foram e vêm sendo criados em diversas regiões do país e instituições universitárias. O objetivo deles é facilitar a interlocução entre pesquisadores(as) que trabalham com questões étnico-raciais, promover pesquisas e difundir o conhecimento científico acerca da África, povos africanos na diáspora e sociedades e povos indígenas do Brasil.

Nas universidades, as ações de combate ao racismo ainda se manifestam de maneira tímida. Essas ações não se configuram como suficientes para promover a igualdade social e eliminar as injustiças que afligem mulheres e homens negros em toda a sociedade. É necessária uma luta efetiva do Estado, sociedade civil, universidades e do movimento negro nessa luta por igualdade que se iniciou durante a escravidão (SANTANA; AQUINO, 2009).

Como pudemos observar, a história dos(as) negros(as) brasileiros(as) é uma história de luta por direitos e resistência a diversas formas de opressão. O caminho de construção de um povo protagonista perpassa pelo embate e relutância frente às desigualdades socioeconômicas, de classe, raça e/ou gênero.

A comunidade negra busca seu espaço em meio à comunidade acadêmica, buscando reverter os efeitos do elitismo socioeconômico e étnico-racial nesse campo. Para isso, é importante o enegrecimento da academia vide a mediação de

²⁴ Informação disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 13 nov. 2019.

²⁵ Esse parágrafo foi escrito com base nas informações do site: <https://eventos.unipampa.edu.br/forumneabis/historia-dos-neabis/> e de outros sites de NEABI's. Acesso em: 15 nov. 2019.

²⁶ Esse parágrafo foi escrito com base nas informações do site: <http://www.cchla.ufpb.br/neabi/index.php/institucional>. Acesso em: 18 nov. 2019.

conteúdos étnico-raciais que respondam às demandas dos povos negros. Essa mediação informacional é o principal vetor promotor do protagonismo social negro no ensino superior.

No contexto acadêmico, o povo negro exerce sua luta e resistência buscando ocupar espaços de poder na ambiência acadêmica, participando do debate público e discutindo as temáticas étnico-raciais nas produções científicas. Essa resistência rompe os imperativos hegemônicos na construção de epistemologias.

Sobre isso, Almeida Júnior (2017, p. 56) considera que

apenas a resistência pode quebrar ou minimizar a imposição de formas de vida que atendam apenas a determinados grupos, apenas a concepções hegemônicas. O protagonismo só se faz presente como fruto de resistência, como forma de consciência, mesmo que não plenamente, das formas de dominação presentes na sociedade capitalista (ALMEIDA JÚNIOR, 2017, p. 56).

O protagonismo dos povos negros está sendo construído em torno de uma história de muita luta e resistência, história essa que contribui para que a luz dos conhecimentos dos(as) negros(as) liberte a comunidade científica de uma cegueira monoepistêmica clarificada. Assim, no próximo tópico, iremos discorrer acerca da produção científica sobre a população negra no contexto da ciência da informação, expondo alguns de seus desdobramentos.

3 PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA: RESISTÊNCIAS, PODER E CONHECIMENTO

O protagonismo negro, em diversos campos sociais, se torna difícil muito em razão de uma herança escravocrata que pavimentou a condição de estruturas condicionantes do regime capitalista. O eurocentrismo, o colonialismo e o antropocentrismo garantiram ao homem europeu um *status* de superioridade e relegou a outros povos uma condição de subalternidade ou de segunda grandeza.

Cida Bento (2002 apud Said, 1990) discorre que a hegemonia das minorias possuidoras e o antropocentrismo são seguidos pelo eurocentrismo nas ciências sociais e humanas, mas também naquelas mais diretamente não relacionadas com os povos não-europeus. Desse modo, o homem europeu cresceu em força e identidade, colocando-se como “homem universal” em detrimento com não-europeus.

Graziela dos Santos Lima (2019) discorre acerca de uma atitude crítica ao eurocentrismo. Para autora, tal atitude implica em questionar e desnaturalizar o “universal”. No contexto da Ciência da Informação, tal legitimidade se manifesta via uma representação dicotômica e hierarquizada que submete gênero, raça e culturas fora do contexto das civilizações ocidentais a uma sub-representação.

Para superação desse cenário, a autora, no mesmo estudo, destaca a importância de uma abordagem multiculturalista que busque contemplar a presença de diversas culturas em determinado lugar. Essa abordagem é expressão, em termos acadêmicos e políticos, de um reconhecimento das epistemologias produzidas por atores diferentes que são representados(as) como categorias subalternas em relação a grupos dominantes.

Diante disso, é importante investigar as produções científicas no contexto da Ciência da Informação e descortinar o protagonismo negro na literatura científica nessa área do conhecimento. Conforme Eliane Paiva e Francisca Ramalho (2017), o estudo da produção científica é um indicador de tendências de qualquer área do conhecimento. Na Ciência da Informação, além disso, a produção científica apresenta rumos dessa área do conhecimento.

Desse modo, revela-se necessário conhecer a produção científica e, no que concerne à população negra, é primordial conhecer fontes informacionais voltadas à comunidade negra. Thais Santos e Mirian Aquino (2016) consideram que fontes

informacionais que abordam as temáticas étnico-raciais desvelam artefatos capazes de representar enunciados que configuram a formação sociocultural, bem como a história, a educação, a saúde e outros aspectos relacionados à comunidade negra e a cultura afrocêntrica.

A Ciência da Informação enquanto ciência social deve contribuir na elucidação de demandas sociais: isso revela a sua responsabilidade social enquanto campo do conhecimento. Conforme Joana Garcia, Maria Targino e Esdras Dantas (2012), a Ciência da Informação é aceita como ciência essencialmente social, derivada de um processo evolutivo da Biblioteconomia e da Documentação. A responsabilidade social, que antes era restrita a áreas como Administração, Gestão e Marketing, atualmente tende a se expandir para outras áreas, inclusive a Ciência da Informação. Em qualquer instância, a intenção é de uma maior aproximação entre os interesses das áreas e os das coletividades, com vistas a somar esforços para obtenção de objetivos compartilhados.

Entendemos que, se há na sociedade um esforço de desconstrução do racismo e de fortalecimento do protagonismo negro em diversas áreas, a Ciência da Informação, mediante a sua responsabilidade social, não pode e não deve ficar omissa diante desses anseios sociais.

Joana Garcia, Maria Targino e Esdras Dantas (2012) dissertam sobre a Ciência da Informação enquanto campo do conhecimento e sua responsabilidade social (RS).

[...] considerando a CI campo estritamente social, em seu contexto, a RS da Ciência da Informação refere-se à capacidade de priorizar a informação em suas diferentes nuances, como elemento precípua da comunicação, com enfoque sociológico que justifica o ciclo informacional sempre em prol da humanidade, mediante ações contínuas, sistemáticas e que expressem comprometimento das organizações envolvidas. Para tanto, por sua abrangência, o papel da RS da CI se apoia em atividades, sobretudo, da Biblioteconomia (sem deixar de lado Documentação, Arquivologia e Museologia), indo além da armazenagem, transmissão e recuperação da informação para alcançar produção / geração de conhecimentos, uma vez que todas essas diligências constituem responsabilidade social, fundamento intrínseco à CI (GARCIA; TARGINO; DANTAS, 2012, p. 19-20).

Em certa medida, a Ciência da Informação já assumiu essa responsabilidade social. Sobre isso, Joana Garcia, Maria Targino e Esdras Dantas (2012) consideram

que isso já é uma realidade para a área no Brasil e no mundo. Isso justifica sua inserção gradativa nos ENANCIB's, como, por exemplo, a décima edição realizada em João Pessoa – Paraíba, em 2009, que teve como tema central a responsabilidade social. São tendências que envolvem os cursos de pós-graduação com a responsabilidade social, conforme feito pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UFPB). Também foi destacada na pesquisa a décima edição do Encontro Nacional de Ensino Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação (CINFORM), que ocorre em Salvador – Bahia. Essa edição focalizou a responsabilidade social na representação, preservação e disseminação de conteúdos.

Tão importante quanto a produção científica é a disseminação dessa produção. É importante que os(as) pesquisadores(as) que desenvolvem pesquisas sobre questões étnico-raciais compreendam que a disseminação das informações são imprescindíveis, pois essa ação está diretamente ligada à inserção social da comunidade negra em diversos espaços. Diante disso, a disseminação de conteúdos étnico-raciais deve ser vista como exercício da responsabilidade social da área.

No que tange a responsabilidade social da Ciência da Informação, corroboramos com Alba Silva e Mirian Aquino (2011) que consideram que área enquanto ciência social não pode ficar alheia aos interesses dos grupos sociais, especialmente, da população negra. Diante disso, evidencia-se a importância da disseminação de informações étnico-raciais nas produções científicas.

Por meio da produção científica e da disseminação da informação étnico-racial, os sujeitos possuem condições para modificar suas ações e mobilizam esforços para ter maior inserção e integração com as instituições sociais de forma mais democrática (SILVA; AQUINO, 2014).

Apesar do contexto apresentado, ao longo desta pesquisa buscamos demonstrar que ainda há lacunas na produção científica da área no que concerne à população negra. Desse modo, faz-se necessário desenvolver pesquisas que levem em consideração variáveis presentes nos mais diversos contextos sociais.

A pesquisa científica tem um caráter dinâmico e que pode variar conforme o contexto social. Sobre isso, Leilah Bufrem (2013, p. 1) sopesa que

A pesquisa científica, como prática em constante transformação, é

resultante de um contexto dinâmico de produção e reprodução de conhecimentos que se alternam, transformam a realidade e se transformam, contribuindo para a dinâmica das ciências na medida em que estas se ramificam e requerem processos mais complexos para o estudo de seus objetos. Assim como a ciência, as práticas de pesquisa são determinadas tanto pelo contexto social e histórico quanto pelas referências teóricas que orientam conceitos e pressupostos científicos. Isso porque, como produtos da vida social, as ciências seguem a evolução dessa vida em constante renovação.

Destarte, conforme o que foi exposto até então, podemos considerar que é necessário conhecermos o contexto sócio-histórico da produção científica, identificar seus(uas) produtores(as), as estruturas socioeconômicas, entre outros fatos que incidem na produção científica.

Para Maria Targino (2000), a ciência busca desvendar e compreender a natureza e seus fenômenos por meio de métodos confiáveis. Porém, mediante o seu caráter dinâmico, seus resultados são sempre provisórios. Logo, esses sistemas explicativos não possuem caráter permanente.

Levando em conta o caráter dinâmico dos resultados científicos e dos modelos explicativos, é possível desconstruir visões depreciativas e preconceituosas acerca do negro a partir de uma construção epistemológica fundamentada nas produções científicas dotadas de uma perspectiva decolonial.

Tão importante quanto a produção científica é a comunicação dos resultados das pesquisas, essa acontece mediante a comunicação científica. Dentre outras categorizações de comunicação científica, Maria Targino (2000, p. 18) destaca a comunicação formal e a comunicação informal. A primeira ocorre por meio de “livros, periódicos, obras de referência em geral, relatórios técnicos, revisões de literatura, bibliografias de bibliografias etc”. A comunicação informal, segundo a autora, ocorre “através de contatos interpessoais e de quaisquer recursos destituídos de formalismo, como reuniões científicas, participações em associações profissionais e colégios invisíveis” (TARGINO, 2000, p. 20).

Nesse segmento, sobre os anais de evento, Aline Arboit e Leilah Bufrem (2011, p. 215) consideram que

embora este tipo de canal de comunicação científica não seja o mais valorizado na área pelas agências de fomento, ele constitui uma fase intermediária no processo de legitimação do conhecimento científico. Ou seja, os eventos refletem a tendência das pesquisas baseada nos anseios e discussões da comunidade científica durante o evento. Deste modo, constituem-se em uma valiosa fonte de informação para

a realização de estudos retrospectivos da CI (ARBOIT; BUFREM, 2011, p. 215).

Por se tratar de uma ciência recente, em que os limites que a formam como componente curricular estão tangenciados pela interdisciplinaridade, acredita-se que os canais de comunicação formais da Ciência da Informação não se restringem apenas aos periódicos científicos: igualmente os trabalhos apresentados e materializados em anais de eventos científicos também compõem a comunicação formal da área (LIMA; CAPRIOLI; XAVIER; MORAES, 2016).

Gustavo Freire e Isa Freire (2015) discorrem sobre a importância dos anais dos eventos da Ciência da Informação no Brasil e afirmam que quatro deles possuem uma característica de “iluminar” a literatura cinzenta por meio da disponibilidade para busca e acesso livre na internet. Os eventos são:

- Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cienciometria (EBBC), produzido por grupos de pesquisadores de diferentes áreas da ciência que desenvolvem pesquisa sobre o tema;
- Seminário em Ciência da Informação, realizado pelo Departamento de Ciência da Informação e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina;
- Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa da Informação (CINFORM), promovido pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia desde 1998;
- Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), que tem se constituído em foro privilegiado de apresentação e discussão da pesquisa na área, congregando o conjunto de pesquisadores e dos PPGCI's do país.

Neste estudo, daremos uma atenção especial à produção científica do ENANCIB, entre os anos de 1994 e 2019, analisando o protagonismo social negro na Ciência da Informação (CI). De acordo com Melo (1996, p. 53), “os encontros científicos são considerados meios altamente eficientes de comunicação oral do conhecimento, tendo em vista o ritmo crescente da ciência”.

Souza, Júnior e Souza (2019, p. 2) corroboram com o exposto e dissertam sobre a comunicação científica no contexto do ciberespaço.

Com crescente volume de informações disponibilizados no ciberespaço, tem sido cada vez mais necessário o uso de ferramentas computacionais para organizar, recuperar e compreender tal quantitativo de informações. A comunicação científica tem a sua parcela de contribuição na produção e disseminação de informações científicas por meio de canais formais ou informais. São exemplos desses canais: teses e dissertações publicadas em bibliotecas digitais; resumos; resumos expandidos; artigos completos publicados em anais de eventos ou periódicos científicos; livros disponibilizados em diferentes plataformas; atas de reuniões; relatórios de pesquisas; trabalho de conclusão de curso; dentre outros formatos (SOUZA; JÚNIOR; SOUZA, 2019, p. 2).

Após nos apropriarmos um pouco acerca da noção de literatura branca e literatura cinzenta, ficam alguns questionamentos. O primeiro é por que o uso da cor cinza para caracterizar a literatura cinzenta? Alguns autores advogam que isso se deve à dificuldade de localização desse tipo de informação. Población (1992, p. 243) disserta que “[...] a cor cinzenta não traz em si uma conotação negativa que poderia ser interpretada como imprecisa, vaga ou pouco consistente [...]”. Apesar do contexto supracitado, é inescusável questionar de onde surgiu a monomania de usar as cores mais escuras para representar coisas obscuras, difíceis, negativas? Por qual motivo o termo branco(a) é utilizado linguisticamente para passar uma ideia de esclarecimento, facilidade, positividade?

Em uma tentativa de compreender o cerne da questão levantada, recorreremos a Gabriel Nascimento, em obra “Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem do racismo”. Ele discorre acerca das raízes do racismo no país e como a linguagem foi usada como instrumento de difusão do ideário racista no território. O autor expõe que o termo “negro(a)” passa a ser usado de modo intensificado no contexto da expansão marítima e dos últimos séculos de escravidão. Nascimento (2019b) ainda complementa que

é preciso entender, portanto, o signo ‘negro’ como um conceito novo, criado pela branquitude e não como um conceito natural. Ou seja, os negros africanos, antes de serem colonizados e sequestrados, não se chamavam ‘negros’ ou reivindicavam para si a identidade ‘negra’ como ‘naturalmente deles’ (NASCIMENTO, 2019b, p. 11).

Nascimento (2019b) considera que a língua, como todo produto ou subproduto criado pela colonialidade, é um espaço de atuação do epistemicídio. Ao serem politizadas, as línguas passam a ter cor, gênero, orientação sexual e classe,

visto que elas funcionam como lugares de desenhar o poder. O autor lembra que as populações negras e indígenas foram obrigadas a falar o Português de Portugal como sua primeira língua no Brasil. O combate à língua desses povos gerou, ao mesmo tempo, epistemicídio e linguicídio. O linguicídio tem uma relação muito próxima com o epistemicídio, pois figura como um epistemicídio mediado pela linguagem ou pelas políticas linguísticas.

À face do exposto, consideramos que a associação do negativo ao negro, à cor preta, e o positivo ao branco, ao claro, nada mais que é uma prática epistemicida materializada e mediada na linguagem. Portanto, trata-se de um linguicídio ao povo negro, que remonta um projeto de poder iniciado na colonialidade e que se estende e se atenua em uma sociedade de mercado democrática.

O professor Eduardo de Assis Duarte buscou, ao longo de sua carreira, evidenciar a existência de uma literatura afro-brasileira. De acordo com Duarte (2010), no século XXI, essa literatura passa por um momento de ampliação do seu *corpus*, na prosa e na poesia, concomitantemente ao debate em prol de sua consolidação acadêmica enquanto campo específico de produção literária. Enquanto muitos refletem sobre sua existência, a cada dia mais pesquisas apontam o vigor dessa escrita.

Embora Duarte (2010) esteja falando de literatura afro-brasileira em sentido restrito à linguística e à literatura brasileira, é possível ampliarmos o debate para a existência de uma literatura afro-brasileira acadêmica como um todo, inclusive na ambiência da CI. Os(as) pesquisadores(as) negros(as) e os(as) pesquisadores(as) de outros eixos étnico-raciais que desenvolvem pesquisa sobre a população negra, no âmbito da CI, não compõem uma literatura afro-brasileira na área?

A Ciência da Informação brasileira e os(as) pesquisadores(as) da área não estão imunes à reprodução de estruturas sociais que condicionam, influenciam e repercutem em seu contexto, inclusive na produção científica. Para Valério, Bernardino e Silva (2012), a produção do conhecimento é um dos principais objetivos primordiais das Universidades e, para que seu progresso ocorra, é necessário pesquisar, produzir, disseminar, etc.

De acordo com Vechiato (2011, n. p.),

a produção científica em Ciência da Informação busca, por um lado, potencializar as possibilidades de organização, representação e gestão da informação e do conhecimento e, por outro, possibilitar

aos usuários, interagentes e/ou leitores potenciais e reais o acesso ao universo informacional e o uso da informação com autonomia, posicionamento crítico e responsabilidade, com vistas a uma sociedade da informação equitativa e transformadora (VECHIATO, 2011, n. p.).

Além dos imperativos históricos e sociais, a produção científica no âmbito da CI é influenciada por uma característica da área já mencionada nesta pesquisa: seu caráter interdisciplinar. Sobre isso, Autran (2015, p. 107) enuncia que “Em se tratando de uma ciência em maturação, carente de uma identidade própria, definida, a CI permeia as mais diversas áreas do conhecimento em busca de constructos e fundamentos teóricos necessários à sua consolidação”.

Após a apresentação do contexto supracitado, destacaremos, no próximo tópico, o epistemicídio étnico-racial na Ciência da Informação enquanto violência simbólica da população negra.

3.1 O Epistemicídio étnico-racial na Ciência da Informação como violência simbólica à população negra

A Ciência da Informação enquanto ciência social tem como *múnus* exercer um papel de responsabilidade social perante a população, atuando na luta por uma sociedade mais justa e igualitária a partir de projetos de pesquisa, projetos de extensão e produções científicas. Nesse sentido, Silva (2009, n. p.) considera que

A responsabilidade social aparece como uma categoria a ser representada com base no princípio ético do fazer universitário, e o dever das universidades para com os (as) alunos (as) e diversos grupos sociais (comércio, imprensa, sindicatos, indústria, etc), o Estado, a Igreja e a sociedade como um todo. Ao que parece, é também dever das universidades públicas a busca por soluções para combater preconceitos, discriminações e racismos mediante um trabalho sério com sua comunidade acadêmica, visto que é função dessas instituições transmitirem um saber que colabore para formar mentes mais abertas, flexíveis e críticas (SILVA, 2009, n. p.).

Todavia, Santana e Aquino (2009, n. p.) expõem que “nas universidades – lugares de saberes, críticas e questionamentos, as ações de combate ao racismo ainda se manifestam timidamente”. É preciso, portanto, que essas ações ocorram com maior frequência e de modo mais contumaz.

Alba Lígia Silva (2009) avança nesse sentido e considera que, para além de

uma responsabilidade social, a academia tem uma “responsabilidade ét(n)ica”. Na visão da autora, ambas as responsabilidades não se restringem apenas a parte administrativa das universidades, mas é também dever do corpo docente e discente. O apoio das universidades pode contribuir para a produção de conhecimento acerca de grupos socialmente vulneráveis, desenvolvendo pesquisas interdisciplinares e contribuindo na formação de profissionais atualizados e atentos às mudanças sociais.

Santana e Aquino (2009, n. p.) enunciam que os(as) profissionais da informação devem assumir uma responsabilidade ética e social.

[...] a responsabilidade social implica formar profissionais da informação a partir de uma formação ética, atentando para o fundamento ético da educação no sentido da definição dos conteúdos, dos métodos, dos objetivos do ensino, que visem o respeito aos grupos sociais socialmente vulneráveis.

Assumir a responsabilidade ética e social não significa que o profissional da informação (bibliotecário (as)) somente deixe prevalecer o conhecimento técnico ou mesmo o tradicional conceito de “guardião de livro”. Diversas habilidades podem e devem ser atribuídas a esse (a) profissional. Novas formas de conhecimento e disseminação da informação são desafios a serem enfrentados frente às diversas situações/problemas com as quais defrontamos nessa sociedade da informação e do conhecimento, cuja dinâmica revela o quadro de desigualdade racial em que se colocam inúmeros cidadãos/ãs no território brasileiro (SANTANA; AQUINO, 2009, n. p.).

Por esse ângulo, tem se destacado, na Ciência da Informação, os estudos desenvolvidos sob o viés do paradigma social, já mencionado neste trabalho, proposto por Rafael Capurro. Desse modo, na perspectiva de Capurro (2003), a informação é tida como um fenômeno social, estando presente não apenas em suportes físicos, mas podendo estar presente, também, nas relações sociais.

Segundo Araújo (2010), a inspiração de Capurro para a formulação do paradigma social foi o autor Shera e sua proposta de uma “epistemologia social”. Araújo destaca também outros atores que seguiram nessa direção, como Frohman, Rendón Rojas e Hjørland.

No paradigma social, o sujeito não é visto como um ser isolado, separado das relações sociais e de um contexto sociocultural mais amplo, nem tampouco o sujeito é visto como um ser cognoscente, que se relaciona com o mundo para preencher lacunas de conhecimento. No paradigma social, a informação é vista como uma construção social, algo que é estabelecido nas interações sociais (ARAÚJO, 2012).

O paradigma social enfoca a recuperação dos elementos subjetivos dos sujeitos para a configuração dos sistemas de recuperação da informação. Logo, a CI volta-se para um enfoque interpretativo, centrado no contexto onde o usuário da informação e o sistema de recuperação estão inseridos (ALMEIDA et al, 2007).

Araújo (2012), para demonstrar a presença do paradigma social nas produções científicas, apresentou cinco pesquisas de mestrado, com caráter social, defendidas entre 2008 e 2010. As pesquisas apresentadas foram sobre o estudo de profissionais do sexo, fãs de histórias em quadrinhos, bailarinos, presidiários e ouvintes de rádio. Isso demonstra que o paradigma social contribuiu para o desenvolvimento científico da área por meio de uma maior atenção, nas pesquisas científicas, a grupos mais vulneráveis socialmente.

Silva e Freire (2015) consideram que parte do desenvolvimento científico da Ciência da Informação, no Brasil, é decorrente da criação de associações científicas que respaldam a produção científica da área. A associação científica da área é Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), que busca fortalecer a identidade científica e institucional da área.

Aldo Barreto (2009), um dos fundadores da ANCIB, relata que ela foi criada em 1989 e não nasceu, unicamente, pela vontade e afinidade de seus membros pertencentes a uma área do conhecimento autônoma. Não foi resultado de um movimento de agregação para representar os interesses de pesquisa ou associação com interesses comuns compartilhados. Todavia, desde sua gênese, a associação tem procurado conhecer e dar diretrizes da área. Seus encontros nacionais são reuniões relevantes para tomar conhecimento dos rumos da informação enquanto campo do conhecimento.

De acordo com site²⁷ da ANCIB, a agência possui 29 (vinte e nove) programas de pós-graduação nas modalidades *stricto sensu* e *lato sensu* vinculados a ela. A Plataforma Sucupira, no entanto, considera apenas 27 (vinte e sete) programas de pós-graduação na área. Para efeitos deste estudo, abordaremos apenas os programas da modalidade *stricto sensu* (acadêmicos) e que são denominados especificamente como Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI's), pois os demais incluem outras áreas, como Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia. Chegamos, portanto, conforme os critérios apresentados, a 17 (dezessete) Programas de Pós-Graduação em Ciência da

²⁷ Site da ANCIB: <https://www.ancib.org.br/menu-lateral/revistas-da-ancib>.

Informação (PPGCI's). No quadro 1, disposto a seguir, apresentamos os 17 PPGCI's, divididos por região geográfica.

Quadro 1 – PPGCI's na modalidade *stricto sensu* divididos por região geográfica

LEVANTAMENTO DOS PROGRAMAS DE POS-GRADUAÇÃO EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO NA MODALIDADE <i>STRICTO SENSU</i>	
REGIAO	PROGRAMAS DE POS-GRADUAÇÃO
REGIAO NORDESTE	1. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Ciência da Informação - Mestrado/Doutorado
	2. Universidade Federal do Ceará (UFC) - Ciência da Informação - Mestrado
	3. Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Ciência da Informação - Mestrado/Doutorado
	4. Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Ciência da Informação - Mestrado
	5. Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - Ciência da Informação - Mestrado e Doutorado
	6. Universidade Federal de Sergipe (UFS) - Ciência da Informação (Gestão da Informação e do Conhecimento) - Mestrado
REGIAO NORTE	1. Universidade Federal do Pará (UFPA) - Ciência da Informação - Mestrado
REGIAO CENTRO OESTE	1. Universidade de Brasília (UnB) - Ciências da Informação - Mestrado/Doutorado
REGIAO SUDESTE	1. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRRJ) - Ciência da Informação - Mestrado/Doutorado
	2. Universidade de São Paulo (USP) - Ciência da Informação - Mestrado/Doutorado
	3. Universidade Estadual Paulista (Unesp) - Ciência da Informação - Mestrado/Doutorado
	4. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Ciência da Informação - Mestrado
	5. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Ciências da Informação - Mestrado/Doutorado
	6. Universidade Federal Fluminense (UFF) - Ciência da Informação - Mestrado/Doutorado
	7. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - Ciência da Informação - Mestrado
REGIAO SUL	1. Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Ciência da Informação - Mestrado
	2. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Ciência da Informação - Mestrado/Doutorado

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

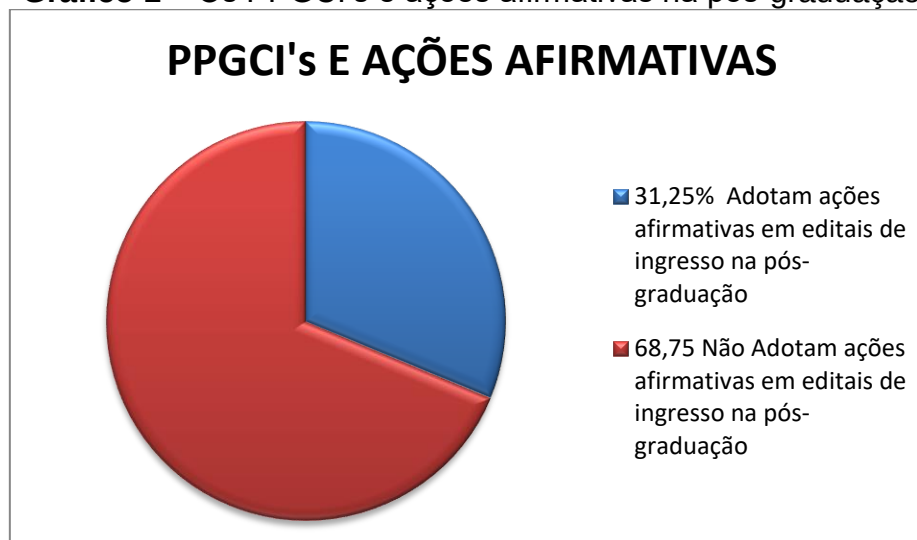
Mediante o podemos divisar que a região Sudeste é a que mais tem PPGCI's no Brasil, seguidas de Nordeste, Sul, Centro Oeste e Norte. Isso demonstra que ainda há muito a ser feito, embora a área tenha se expandido no país desde os anos 70 com o advento dos primeiros programas de pós-graduação.

Após análise dos últimos editais²⁸ de processo seletivo para ingresso no mestrado e/ou doutorado, nos programas de pós-graduação supracitados, observou-

²⁸ Verificamos os editais dos anos 2018 e 2019. Salientamos que nem todos os programas de pós-graduação abriram novos editais em 2020 e 2021 em virtude da pandemia global do coronavírus. Deste modo, optamos por utilizar apenas os dois anos anteriores ao início da pandemia.

se que apenas cinco PPGCI's do Brasil possuem ações afirmativas para negros(as), que equivale a menos de 1/3 do total de programas de pós-graduação da área. A região com PPGCI's que mais se destacou positivamente foi a região Nordeste, com três universidades estabelecendo ações afirmativas em seus editais, sendo elas: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Na região Sudeste, apenas a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ) possuem ações afirmativas em seus PPGCI's. Vale destacar que nenhum PPGCI das regiões Sul, Centro Oeste e Norte possuem, em seus editais de processos seletivos de discentes, vagas reservadas para negros(as). O gráfico abaixo ilustra os dados apresentados:

Gráfico 1 – Os PPGCI's e ações afirmativas na pós-graduação



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

É importante destacar que as ações afirmativas são importantes para o ingresso na pós-graduação, porém, mesmo com as ações afirmativas, a população negra enfrenta outras barreiras para ingressar na ambiência da pós-graduação. Durante a análise dos editais dos PPGCI's, foi possível verificar a exigência de proficiência em ao menos uma língua estrangeira para ingresso no mestrado, e no mínimo duas para o doutorado. Na maioria dos casos, essa é a primeira etapa dos processos seletivos e faz com alguns(mas) negros(as) sejam eliminados(as) do certamente já na primeira fase.

Conforme Luciana Barreto (2014), as ações afirmativas atuam na promoção de direitos negados a determinadas populações. São políticas que buscam garantir acesso e oportunidade para grupos privados de direitos. O tratamento diferenciado justifica-se, uma vez que o princípio universal de igualdade “sem distinção” só se torna efetivo quando aplicado em sua particularização. Para que um direito seja materializado e usufruído de modo imediato, as ações afirmativas configuram-se como remédio jurídico particular.

De acordo com notícia veiculada no site²⁹ da Agência Brasil em 2015, embora a população negra represente a maior parte da população, apenas 28,9% do total de pós-graduandos são discentes negros(as). Artes (2018), com base nos Índices de Paridade Racial (IPR), constatou que a maioria dos negros está mais presente na área de predomínio das mulheres (Educação e Saúde), sendo que, no melhor cenário, são 56 negros para 100 brancos na Educação. Quanto mais alta a titulação, menos negros: são 15 negros(as) doutores(as) nas áreas de Serviço e Saúde para cada 100 brancos.

O cenário se desenha dessa forma, apesar de em maio de 2016, o Governo Federal ter emitido a Portaria Normativa nº 13, que dispunha sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação. De acordo com a portaria, em seu art. 1º, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tinham um prazo de até noventa dias para apresentar propostas de ações afirmativas para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência em programas de pós-graduação como políticas de ações afirmativas. A mesma portaria ainda estabelecia que essas instituições deveriam formar comissões para discutir e aperfeiçoar as ações afirmativas na instituição.

De acordo com Ana Vanali e Paulo Silva (2019), no mesmo ano a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) foi notificada sobre a suspensão do grupo de trabalho “Inclusão social na pós-graduação” da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), que objetivava, ao longo de três meses, analisar e propor políticas de inclusão de estudantes negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência em programas de mestrado e doutorado e em programas de mobilidade internacional. Todavia, antes mesmo da portaria ser publicada, alguns programas de pós-graduação já haviam estabelecido ações afirmativas nesse sentido, como por

²⁹ Notícia disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/negros-representam-289-dos-alunos-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 22 de abril de 2020.

exemplo, a Universidade Federal de Goiás (UFG).

Marta Quintiliano (2018, p. 64) discorre sobre a educação brasileira e pondera que “se o viés do ensino brasileiro insistir na perspectiva monoepistêmica, avançaremos pouco com a inserção dos estudantes indígenas, pretos, pardos e quilombolas, porque seus conhecimentos não seriam acionados”.

Os indicadores apresentados acerca das ações afirmativas no âmbito dos PPGCI's brasileiros demonstram que há um obstáculo notável ao protagonismo social negro na área, bem como os dados expostos podem causar um baixo número de produções científicas referentes a questões étnico-raciais voltadas ao povo negro, constituindo, assim, um cenário de violência epistêmica à população negra e silenciamento do conhecimento desse povo no contexto da CI.

Alves et al (2019), na pesquisa “Em busca do Protagonismo negro na Ciência da Informação”, que serviu de norte para o presente estudo, expõe que

no campo científico, visibilizar a produção intelectual de grupos historicamente oprimidos e produzir conhecimentos questionadores de conteúdos informacionais pautados na inferiorização e na legitimação da população negra implica em fortalecer o protagonismo negro e enfrentar o epistemicídio na ciência (ALVES et al, 2019, n. p.).

A constituição de novos modelos de sociedade e de novas formas de produção econômica criam demandas sociais novas que produzem processos de inclusão e exclusão sociais que atendam a um sistema econômico que produz altas concentrações de renda e aumento da pobreza. Nesse processo de inclusão e exclusão, o crivo é racial (PESSANHA, 2019).

“A morte do pensamento, o epistemicídio, é utilizado como estratégia de proteção do grupo hegemônico, pertencentes da raça branca, em detrimento daqueles que são deixados para morrer, a raça negra” (PESSANHA, 2019, p. 169).

O campo científico e, conseqüentemente, as produções científicas não têm uma posição de neutralidade ou estão desanexadas desse contexto. Pelo contrário, o campo científico também é um espaço de disputas políticas e relações de poder.

Para Bourdieu (2004, p. 22-23), “todo campo, o campo científico por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. Nos diversos campos sociais, os agentes disputam por capitais intelectuais simbólicos que servem para sua ascensão nesse contexto.

No interior dos campos, existem disputas por controle e legitimação dos bens produzidos. Dessa forma, também são estabelecidas diferentes relações e os agentes que fazem parte desse campo assumem diferentes posturas. Uma atitude possível é uma boa aceitação das normas com uma aceitação plena das regras estabelecidas; outra posição, Bourdieu a chama de herética, contesta às regras e posições (PEREIRA, 2015).

No campo científico ocorrem disputas de poder que são representadas por meio de capitais simbólicos. Bourdieu (2004) afirma que existem duas espécies de capital científico. O primeiro estaria ligado a um poder político: ocupação de cargos importantes, direção de laboratórios, participação em comitês e comissões, entre outros; o segundo, a um poder específico ligado à satisfação e ao reconhecimento junto aos pares.

Dentro do campo científico, os agentes trazem consigo elementos sociais que foram introduzidos e apreendidos ao longo da vida. Bourdieu problematiza a constituição do ser no conceito de *habitus*.

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas' sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 1983, p. 15).

O *habitus* é propenso a confirmar e orientar ações, mas na medida em que o mesmo fruto das relações sociais, ele tende a buscar assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o produziu (BOURDIEU, 1983). Logo, os pesquisadores e as pesquisadoras podem reproduzir, mediar, em suas pesquisas, elementos culturais, sociais, regionais, entre outros constituintes interiorizados e dinamizados no *habitus*. No caso do racismo, citamos como exemplo a ausência de inclusão e do efetivo trabalho sobre a temática étnico-racial com foco na população negra, em todos os níveis de ensino; a naturalização e a banalização de práticas racistas, em diversas instâncias sociais, a exemplo da produção científica.

É possível perceber a representatividade de uma determinada classe, grupo ou etnia em um espaço social de inúmeras formas: composição do grupo, divisão de

trabalhos, temáticas de interesse de discussão, entre outros. No contexto científico, podemos mensurar a representatividade dos(as) negros(as) pela quantidade de negros(as) docentes, discentes, pesquisadores, temáticas sobre a população negra no escopo da produção científica de uma determinada área, entre outros.

Alguns estudos no âmbito da Ciência da Informação evidenciam as dificuldades que a comunidade negra enfrenta na área e que as temáticas étnico-raciais, especialmente sobre a população negra, ainda não assumiram uma centralidade na área. A título de exemplificação, citamos: Alves et al (2019); Silva e Paiva (2018); Silva, Pizarro e Saldanha (2017); Ortolan et al (2017); Júnior; Severo e Aquino (2013); Oliveira e Aquino (2012); Valério, Bernardino e Silva (2012); Silva (2010), Lima, Santiago e Aquino (2010); Santana e Aquino (2009);.

O contexto exposto evidencia que a marginalização social do negro é refletida no campo científico e, conseqüentemente, na produção científica da área, resultando no epistemicídio de saberes africanos e afro-brasileiros. De acordo com Elisabete Santos, Eliane Pinto e Andréia Chirinéa (2018),

O extermínio de saberes africanos e afro-brasileiros é garantido por meio de arranjos que cerceiam a produção e divulgação de conhecimentos negros por meio de diferentes artimanhas: pela contestação e invalidação de epistemologias e formas de conhecimentos africanos; por meio da escassez de negras e negros nos postos de saber institucionalizados (branqueamento da educação); através da ausência/escassez de conteúdos relacionados às questões negras/africanas nos currículos oficiais e trabalhos de formas coerentes; e, por fim e, como consequência das artimanhas anteriores, pelo não desenvolvimento de tecnologias, soluções e conhecimentos voltados para as demandas da população negra (SANTOS; PINTO; CHIRINÉA, 2018, p. 955).

O epistemicídio negro tem prosperado na história por meio de um processo contínuo de segregação socioeconômica da população negra. Produzir conhecimento sobre a população negra vai de encontro ao *status quo* que deseja incessantemente a manutenção dos privilégios dos grupos hegemônicos e o subdesenvolvimento das populações em condição de vulnerabilidade social.

Conforme Sueli Carneiro (2005, p. 97),

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização

intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.

O desenvolvimento da ciência sob um viés hegemônico do ponto de vista epistemológico é uma forma de dominação étnico-racial que busca deslegitimar conhecimentos oriundos de povos negros e outros povos em situação de vulnerabilidade social. Sueli Carneiro (2018, p. 96) define epistemicídio como um

[...] dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, [...] de seus membros como sujeitos do conhecimento.

Assim como o racismo pode ocorrer de forma velada, o epistemicídio pode se desenvolver de modo taciturno. Porém, as consequências da supressão de conhecimentos são retumbantes. A falta de representatividade é só uma delas, dentre outras, vale mencionar as desconstruções de cunho cultural, linguístico e religioso. Tal cenário é propício para a marginalização social dos povos negros.

Boaventura de Sousa Santos (1995) considera que o epistemicídio foi maior que o genocídio no contexto do expansionismo europeu por meio do processo de colonização. Para o autor,

o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (SANTOS, 1995, p. 328).

Sueli Carneiro (2005) aponta como impactos do epistemicídio a morte ou o sequestro da racionalidade, a mutilação da capacidade de aprender. Sequestro em duplo sentido: negação da racionalidade do Outro ou pela apreensão cultural que

em muitos casos lhe é imposta. Dessa forma, consideremos que o epistemicídio se materializa no sequestro ou no cárcere das subjetividades de outrem, quase sempre mediante a imposição de culturas, costumes e valores de um grupo dominante em agravo a grupos subalternizados.

Nesse sentido, Pessanha (2018) destaca que o epistemicídio serve para embrutecer o negro, que, uma vez embrutecido e levado à ignorância, sua ascensão social torna-se cada vez mais difícil, pois a estrutura do sistema em que ele se encontrada foi organizada para que ele se tornasse uma mão de obra barata antes mesmo do serviço remunerado.

Nogueira, Duarte e Ribeiro (2019) discorrem acerca da desqualificação do povo negro em diferentes âmbitos.

O epistemicídio perpetrou uma desqualificação estética, ética, intelectual e espiritual de todos os povos não-europeus. Afinal, além do domínio e colonização dos corpos e das terras, os europeus se esforçaram por efetivar o domínio e a colonização da informação e do conhecimento. Todos esses processos estabeleceram relações assimétricas que favoreceram a discriminação negativa e a desqualificação das produções intelectuais dos povos africanos e de seus descendentes (NOGUEIRA; DUARTE; RIBEIRO, 2019, p. 440-441).

A desqualificação do povo negro na sociedade não é obra do acaso ou algo que eclodiu recentemente. Pelo contrário, o epistemicídio da população negra vem sendo sistematicamente construído e reproduzido no decorrer da história brasileira, compelindo os negros e as negras brasileiras a uma situação de sujeitos subalternizados. Sueli Carneiro (2005, p. 97) observa que [...] “não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes”.

Na visão de Gayatri Spivak (2010, p. 12), o sujeito em condição de subalternidade é pertencente “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

Para Ariane Silva e Camila Pinho (2018, n. p.),

O epistemicídio se desvela como um mecanismo de apagamento epistemológico de povos secularmente oprimidos que corrobora com

o cenário de marginalização social que se perpetua até a atualidade. Na disputa de relações de poder, negar a narrativa autônoma de povos que não correspondam ao grupo étnico da supremacia hegemônica é garantir que eles se mantenham à margem da emancipação subjetiva/coletiva num período pós-colonial e demonstra os *modus operandi* da racialidade vigente (SILVA; PINHO, 2018, n. p.).

O epistemicídio, enquanto mecanismo de censura dos saberes, é resultado de um *modus operandi* da produção científica global. O sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos, e a pesquisadora moçambicana, Maria Paula Meneses, organizaram o livro “Epistemologias do Sul”, que desnuda a centralidade das construções epistemológicas em países colonizadores e traz a tona uma proposta de descolonialidade dos saberes. Logo na introdução do estudo, os autores lançam a seguinte reflexão:

Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias? (SANTOS; MENESES, 2009, p. 7).

As questões levantadas pelo autor e pela autora são bastante pertinentes, especialmente a última. O epistemicídio segue atuante no século XXI e a produção de epistemologias negras e outras epistemologias de cunho contra hegemônico seguem sendo um desafio a quem se obstina por tal tarefa.

O filósofo sul-africano, Mogobe Ramose, um dos principais pensadores da filosofia africana, aponta pistas para as questões acima. O autor concebeu o epistemicídio como “o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados” (RAMOSE, 2011, p. 6). Quando Mogobe Ramose menciona “povos africanos conquistados”, ele está tecendo uma crítica ao período colonial. Para o autor, foi nesse período que o ocidente passou a ter injustamente a primazia em definir o que é conhecimento, experiência e verdade.

O epistemicídio não nivelou e nem eliminou totalmente as maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados, mas introduziu, entretanto, - e numa dimensão muito sustentada através de meios ilícitos e “justos” - a tensão subsequente na relação entre as filosofias africana e ocidental na África. Um dos pontos fundamentais da argumentação neste ensaio é investigar a fonte de autoridade que supostamente pertence ao Ocidente para definir e

descrever, em última instância, o significado de experiência, conhecimento e verdade em nome dos povos africanos (RAMOSE, 2011, p. 9).

Pessanha (2018) expõe que, no âmbito ontológico do conhecimento, o epistemicídio continua sendo posto em prática atualmente pela epistemologia hegemônica. Mesmo que a produção acadêmica tenha abandonado a perspectiva de tratar o negro como ser destituído de racionalidade, como fazia outrora, a produção intelectual africana e afrodiaspórica de pensadores(as) negros(as) ainda são muito raras, tanto nas ementas quanto nas referências bibliográficas. A produção epistemológica dos(as) intelectuais negros(as) ainda figuram como exótica, a não ser quando se mantém sob o viés da epistemologia hegemônica.

Santos e Meneses (2009) consideram que o capitalismo e o colonialismo modernos impactaram diretamente na construção de epistemologias dominantes. O colonialismo, especialmente, foi, sobretudo, uma forma de dominação epistemológica, que conduziu a supressão de vários conhecimentos dos povos e nações colonizadas, empurrando esses saberes a uma ambiência de subalternidade.

Pessanha (2018) discorre que matar o pensamento do outro transforma o outro em “coisa”, em uma ferramenta para gerar lucro ao sistema capitalista. Essa é uma estratégia determinante para relegar à população negra uma condição de subalternidade e inferioridade.

O pensamento colonial segrega, destitui o “ser” de alguns indivíduos e cerceia a produção de conhecimento de grupos tidos como subalternizados, resultando no epistemicídio. Claudia Cardoso (2017) considera que o colonialismo essencializou, classificou e inventou corpos colonizados, tornando-os alvo de estereótipos e versões racializadas. O discurso colonial, sobretudo, o racismo científico do século XIX, construiu corpos destituídos do ser, excluídos da condição de sujeitos sociais, tendo suas habilidades intelectuais negadas a fim de evitar a produção de conhecimentos.

Para Boaventura de Sousa Santos e Maria Meneses,

o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados,

relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS; MENESES, 2009, p. 7).

Quijano (2005) discorre que o êxito da Europa em transformar-se no centro do moderno sistema-mundo se deu com base no etnocentrismo. No caso europeu, havia justificação peculiar: a classificação racial do mundo depois da América. A associação entre o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal ajuda a explicar o porquê que os europeus foram levados a sentirem-se naturalmente superiores aos demais povos do mundo.

As ciências, em linhas gerais, se desenvolveram com base na lógica hegemônica europeia. O desenvolvimento do eurocentrismo se deu alicerçada na imposição hegemônica mundial no sentido do expansionismo colonial. Quijano (2005, p. 111) expõe que

[...] a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. Mesmo assim, a única categoria com a devida honra de ser reconhecida como o Outro da Europa ou “Occidente”, foi “Oriente”. Não os “índios” da América, tampouco os “negros” da África. Estes eram simplesmente “primitivos”. Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica. Essa perspectiva binária, dualista, de conhecimento, peculiar ao eurocentrismo, impôs-se como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo. Não seria possível explicar de outro modo, satisfatoriamente em todo caso, a elaboração do eurocentrismo como perspectiva hegemônica de conhecimento, da versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais mitos fundacionais: um, a idéia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p. 111).

Conforme observamos, o eurocentrismo influenciou/influencia o conhecimento científico, diminuindo e minando conhecimentos que não se enquadram em sua lógica dominante. A ciência hegemônica não valoriza os conhecimentos produzidos por grupos localizados “à margem”. Entenda-se como margem todo e qualquer lugar

que esteja fora geograficamente e epistemologicamente da mentalidade colonial e hegemônica.

A filósofa Grada Kilomba, em seu livro “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, apresenta episódios de racismo cotidiano enquanto uma realidade psicológica, a partir de relatos da autora e outras mulheres negras. Em um tópico dessa obra, Grada Kilomba (2019), baseada em Bell Hooks, discorre acerca da margem e do centro. Para a autora, negros(as) na margem enxergam a realidade tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora. Margem não deve ser vista apenas como um lugar periférico, de perda e de privação, mas sim como um lugar de resistência.

Nesse tom, Grada Kilomba continua discorrendo sobre a margem, afirmando que

É aqui que as fronteiras opressivas estabelecidas por categorias como “raça”, gênero, sexualidade e dominação de classe são questionadas, desafiadas e desconstruídas. [...] Assim, a margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos (KILOMBA, 2019, p. 68).

Grada Kilomba (2019) deixa escuro que tais afirmações não servem para romantizar a margem. Para a autora, um profundo niilismo e destruição nos invadiriam se a margem fosse tomada apenas como um lugar de ausência de fala, em vez de um lugar de possibilidade. “É preciso criar novos papéis fora dessa ordem colonial” (KILOMBA, 2019, p. 69).

O pensamento colonial estruturou as bases da modernidade e de uma ciência moderna. Para Mignolo (2017), a pauta oculta da modernidade é a colonialidade. Para o autor, a colonialidade nomeia a lógica subjacente da criação e do desdobramento da civilização ocidental desde o renascimento aos dias atuais.

Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (2007) considera o pensamento moderno ocidental como um pensamento abissal. O pensamento abissal consiste em um sistema de distinções visíveis e invisíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas por linhas que dividem a realidade social em dois universos: o “deste lado da linha” e o do “outro lado da linha”. Esse outro lado da linha é tido como inexistente e tudo aquilo que lá é produzido é considerado inexistente. Como distinções visíveis, o autor destaca a tensão entre regulações e emancipações

sociais. Sintetizando o exposto, o autor considera que o pensamento moderno ocidental tem tratado de modo abissal os pensamentos não-ocidentais.

Para o autor supracitado, existem linhas abissais que

separam o mundo humano do mundo subumano, de tal modo que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece no pensamento e nas práticas modernas ocidentais tal como no ciclo colonial (SANTOS, 2007, p. 76).

Diante disso, consideramos que o colonialismo é uma forma de dominação que nega a plenitude dos povos e nações colonizadas, uma vez que esses estão com seu desenvolvimento ontológico e epistemológico cerceados, de tal modo que ponderamos que os racismos, os epistemicídios, as xenofobias, as discriminações religiosas, de gênero, entre outras, podem ser tomadas como expressões coloniais contemporâneas.

Para enfrentamento desse cenário, Santos e Meneses (2009) propõem como alternativa as Epistemologias do Sul.

Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam a condição de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologia de saberes (SANTOS; MENESES, 2009, p. 07).

Santos (2009) declara que um epistemicídio maciço tem ocorrido nos últimos cinco séculos, e uma vasta riqueza cognitiva tem sido desperdiçada. Ele destaca, ainda, a existência de um fascismo epistemológico que constitui uma violenta destruição ou supressão de outros saberes. O fascismo epistemológico está no epistemicídio, cuja versão mais violenta se materializou na conversão forçada e na supressão de conhecimentos não ocidentais impostas pelo colonialismo europeu que continuam até os nossos dias.

Assim, é imperativo refletir o epistemicídio negro na Ciência da Informação sob um viés pós-colonial. De acordo com Costa (2006, p. 117),

Os estudos pós-coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica única. Trata-se de uma variedade de contribuições com

orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade. Iniciada por aqueles autores qualificados como intelectuais da diáspora negra ou migratória – fundamentalmente imigrantes oriundos de países pobres que vivem na Europa Ocidental e na América do Norte –, a perspectiva pós-colonial teve, primeiro na crítica literária, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos, a partir dos anos de 1980, suas áreas pioneiras de difusão. Depois disso, expande-se geograficamente e para outras disciplinas, fazendo dos trabalhos de autores como Homi Bhabha, Edward Said, Gayatri Chakravorty Spivak ou Stuart Hall e Paul Gilroy referências recorrentes em outros países dentro e fora da Europa (COSTA, 2006, p. 117).

Inocência Mata (2014) corrobora com o exposto por Costa (2006) no que se refere a não existência de uma teoria pós-colonial. A autora afirma que o que há, de fato, são aproximações de estudos que visam à construção de epistemologias que potencializem outras formas de racionalidade, racionalidades alternativas, outras epistemologias, por exemplo, as epistemologias do sul, diferentes dos “clássicos” na análise cultural e literária.

Diante disso, consideramos que, para desconstruir as raízes coloniais entranhadas na cultura brasileira, é imprescindível refletir sobre o racismo e o silenciamento de conhecimentos negros na CI fora de uma perspectiva predominantemente eurocêntrica e norte-americana, estimulando construtos epistemológicos que rompam uma lógica hegemônica-imperialista e que desmistifiquem incoerências nos discursos dos “vencedores”.

O epistemicídio negro na Ciência da Informação é um epistemicídio étnico-racial. Esse tipo de epistemicídio se configura no cerceamento do conhecimento de uma etnia, de um povo, de uma raça. Esse cerceamento se reflete na baixa representatividade étnico-racial em um campo do conhecimento, na sua produção científica e em sua estrutura epistemológica.

Alguns(mas) pesquisadores(as) introjetam o *habitus* da estrutura social racista, repercutindo na produção científica da área. À luz de Bourdieu (2003), consideramos que a incipiente produção científica no contexto da Ciência da Informação constitui uma violência simbólica à comunidade negra.

Pierre Bourdieu (2003), em “A dominação masculina”, apresenta violência simbólica como

violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2003, p. 7-8).

Maria Vasconcellos (2002, p. 80) explica que “a violência simbólica é desenvolvida pelas instituições e pelos agentes que as animam e sobre a qual se apoia o exercício da autoridade”. Nesse ponto, evidencia-se a violência simbólica em nível institucional, praticada por seus(as) agentes. Trazendo para o contexto da pesquisa, destaca-se que violência simbólica na ambiência acadêmica é institucionalizada e reproduzida por seus membros.

Rosa (2007, p. 40) amplia o entendimento de violência simbólica ao discorrer que

A violência simbólica representa uma forma de violência invisível que se impõe numa relação do tipo subjugação-submissão, cujo reconhecimento e a cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa que se manifesta sutilmente nas relações sociais e resulta de uma dominação cuja inscrição é produzida num estado dóxico das coisas, em que a realidade e algumas de suas nuances são vividas como naturais e evidentes. Por depender da cumplicidade de quem a sofre, sugere-se que o dominado conspira e confere uma traição a si mesmo.

Em vista disso, discorreremos que a violência simbólica não ocorre totalmente de uma forma “invisível” ou “silenciosa”, pois ela fere a representatividade do povo negro no campo científico e encarcera as subjetividades da população negra.

Desse modo, consideramos que os(as) cientistas da informação deveriam, conforme Bourdieu (2003), assumir uma postura herética e de combate ao *status quo* que mantém o negro à margem das discussões científicas na área. Logo, é necessário um maior engajamento das universidades no assunto. A ANCIB, os PPGCI's precisam incentivar a produção de pesquisas que descortinem as diferentes formas de epistemicídio na área.

Todavia, essa postura herética ainda é uma realidade distante no universo acadêmico. Segundo Mireile Martins e Júlia Moita (2018), as universidades têm corroborado para a manutenção do epistemicídio quando se propõe a trabalhar sob uma visão única e uma epistemologia universal, ao excluir intelectuais negros(as) nas referências bibliográficas das disciplinas.

Na Ciência da Informação brasileira há indícios do contexto exposto na produção científica da área e também na distribuição temática de eventos da área. Desde o ano 2000, quando teve início a escolha de temas³⁰ centrais do ENANCIB, nunca houve um encontro com tema voltado especificamente para as questões étnico-raciais.

É preciso reverter o epistemicídio negro no contexto da Ciência da Informação, pois “as pesquisas acadêmicas participam da construção de problemas sociais, bem como da constituição da agenda de políticas públicas e de táticas de intervenção” (SILVA; PINHO, 2018, n. p.).

À vista disso, vale salientar que o epistemicídio na CI não é um problema exclusivamente científico, pois observamos, ao longo deste estudo, suas consequências na sociedade. Corroboramos com Mireile Martins e Júlia Moita (2018) que apontam que a descolonização do conhecimento é uma necessidade, pois a academia precisa enxergar diversas epistemologias. Assim sendo, consideramos que a Ciência da Informação brasileira precisa construir epistemologias étnico-raciais, voltadas, sobretudo, à comunidade negra.

³⁰ Informação disponível em: <https://www.ancib.org.br/enancib>. Acesso em: 14 jan. 2020.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico é uma das fases mais importantes do processo de elaboração da pesquisa científica, pois a metodologia pode ser compreendida como “um instrumento útil e seguro para a gestação de uma postura amadurecida frente aos problemas científicos, políticos e filosóficos que nossa educação universitária enfrenta” (SEVERINO, 2000, p. 18).

Godin e Lima (2006 apud Mills, 1975), consideram a pesquisa como uma espécie de artesanato intelectual que exige o empenho e compromisso do(a) pesquisador(a) para o desenvolvimento contínuo da pesquisa. As qualidades necessárias para o desenvolvimento de uma investigação científica, portanto, envolvem a disciplina em relação aos métodos e à vontade de aprender mais sobre o objeto de estudo.

A fim de responder a questão de pesquisa e atender os objetivos propostos por este trabalho, este estudo é uma pesquisa de caráter bibliográfico. De acordo com Fonseca (2002), qualquer trabalho científico é iniciado pela pesquisa bibliográfica, realizada em diversos meios, como *websites*, artigos científicos, livros, dissertações e teses, entre outros.

No que se refere à abordagem, esta exploração científica pode ser caracterizada como qualitativa e quantitativa em face dos objetivos propostos nesse estudo. Conforme Maria Minayo e Odécio Sanches (1993), a abordagem qualitativa propicia uma proximidade íntima entre sujeito e objeto, pois ela se envolve com empatia às motivações, aos projetos dos(as) atores(atrizes), a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas. Para os(as) autores(as), a abordagem quantitativa busca trazer à luz dados, indicadores e tendências.

No que concerne aos procedimentos, esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica. Segundo Vera Boccato (2006. p. 266),

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão

da sua forma de comunicação e divulgação.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva e exploratória. Segundo Edna Silva e Estera Menezes (2000, p. 21), “pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa proporciona maior conhecimento do problema de pesquisa, objetivando explicitá-lo ou favorecer a construção de hipóteses.

O *corpus* da pesquisa foi extraído dos anais do ENANCIB, desde o surgimento do evento em 1994 até o ano de 2019. Os anais estão inseridos no site³¹ da ANCIB e compreende trabalhos nas seguintes modalidades: artigos completos, resumos expandidos e pôsteres. Visando aumentar a revocação de estudos encontrados, foram utilizadas para busca nos títulos, resumos e palavras-chave as seguintes expressões: negro(a), afrodescendentes, pretos(as), população negra, cotas, ações afirmativas, raça, etnia, preconceito racial, discriminação racial, racismo, movimento negro e informação étnico-racial.

A predileção pelo ENANCIB como fonte de pesquisa se deu em virtude de se tratar de um evento de grande tomo, sendo considerado pelos(as) pesquisadores(as) um evento de significativa importância na Ciência da Informação do país. O encontro reúne docentes, pesquisadores(as) profissionais, mestrandos(as) e doutorandos(as) vinculados(as) a algum Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI).

Joana Garcia e Edilene Silva (2015, p. 361) se referem ao ENANCIB como

O principal evento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), no qual se apresentam e discutem os temas que constituem a área, é integrado por pesquisadores da Ciência da Informação que, por sua vez, são partícipes no Fórum de Coordenadores e nos Grupos de Trabalho com sua diversidade temática.

A Ciência da Informação, desde sua gênese, esteve preocupada em conhecer e analisar os fluxos da informação científica, de tal modo que chegou a ser denominada Ciência da Informação Científica. Araújo (2014, p. 58) afirma que esse campo pode ser considerado “pioneiro da Ciência da Informação justamente por

³¹ Sítio eletrônico de referência a dados da ANCIB: <https://www.ancib.org.br/>. Acesso em: 11 out. 2020.

estar já colocado como temática desde suas manifestações precursoras. A temática da produção científica dava a tônica das discussões sobre informação”.

O autor enuncia que, no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, as atividades científicas e tecnológicas ganharam uma importância maior e os(as) cientistas deparavam-se com dificuldades de acesso à informação em vista da explosão informacional. Logo, a informação passou a ser entendida como um recurso de produtividade. Os estudos dos fluxos de informação científica enquanto subárea da CI buscam conhecer e caracterizar as fontes, os sistemas e os serviços de informação.

Outro campo de pesquisa da Ciência da Informação que se empenha nos estudos da informação científica são os estudos métricos da informação. Todavia, os estudos métricos têm uma abordagem diferente, pois estão ligados a uma perspectiva de mensurar a informação. “Os estudos métricos são exercícios estatísticos cujo objetivo é medir a informação em ciência e em tecnologia” (MUELLER, 2013, p. 7-8).

De acordo com Araújo (2014), os estudos métricos têm origem com a Bibliometria, que consistia na aplicação de técnicas estatísticas para a contagem de itens informacionais. Os estudos contemporâneos de métricas da informação têm buscado colocar os resultados dos estudos quantitativos em quadros mais amplos, em busca de entendimentos globais dos fenômenos estudados, lançando mão da Cientometria que considera o caráter coletivo da construção da ciência.

“A cientometria preocupa-se com a dinâmica da ciência, como atividade social, tendo como objetos de análise a produção, a circulação e o consumo da produção científica” (SANTOS; KOBASHI, 2009, p. 159). Diante disso, os estudos cientométricos podem ser apontados como bons percursos metodológicos para analisar os(as) pesquisadores(as) protagonistas em um determinado campo do conhecimento, bem como os principais eixos temáticos abordados, mediante as relações tecidas entre os dados estatísticos e as imbricações contextuais e sociais.

Para extrair os resultados da produção científica que compõe o *corpus* do trabalho, utilizamos as bases dos estudos métricos da informação, especialmente da cientometria. Conforme Valério, Bernardino e Silva (2012, p. 164), “A cientometria ou cienciometria como preferem alguns autores preocupa-se com os campos científicos, assuntos, disciplinas, atentando-se a produção e a circulação da literatura científica”.

Objetivando facilitar a análise dos dados, as pesquisas localizadas nos anais do ENANCIB a partir dos descritores supracitados foram organizadas e tabuladas em planilha do *software Microsoft Excel*. Para demonstração dos dados serão usadas tabelas, gráficos, figuras e infográficos.

4.1 Campo de Pesquisa: Anais do ENANCIB

A propensão à escolha do ENANCIB como fonte de coleta de dados se deu em virtude de sua forte relevância para a área no cenário nacional. O Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação tem se notabilizado por ser o evento mais importante da Ciência da Informação no Brasil. Conforme Silva (2019, n. p.), o evento “constitui-se no principal evento de pesquisa e pós-graduação do país que visa à discussão e reflexão da produção científica na área de Ciência da Informação”.

Conforme Isa Freire e Lilian Alvares (2013), a idealização do ENANCIB surgiu em reunião da ANCIB, em março de 1992, durante o XII Encontro dos Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Após uma discussão teórica e política acerca das linhas de pesquisas e constituição da área, a professora Marlene de Oliveira sugeriu que a ANCIB promovesse um encontro periódico de caráter científico e a sugestão foi aceita pelos(as) participantes da reunião.

Vale salientar que o evento é organizado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ANCIB. Isa Freire e Lilian Alvares (2013) discorrem que a fundação da associação ocorreu em 23 de junho de 1989, durante o décimo Encontro Nacional de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, quando foi aprovado o estatuto da primeira diretoria da instituição, sendo a primeira diretora a professora Dra. Dinah Aguiar Población, da Universidade de São Paulo.

A partir de 1994, a ANCIB passou a realizar o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), a fim de incentivar à pesquisa em Ciência da Informação no país. O ENANCIB tem se destacado como principal evento da Ciência da Informação no Brasil. Aldo Barreto (2009) revela que ideia inicial era que o evento fosse denominado Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENPECI. Porém, ficou estabelecido mesmo como ENANCIB que, a priori, significava Encontro Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia.

De acordo com Gracy Martins (2014), as atividades da ANCIB centram-se no Fórum de Coordenadores(as) dos Programas de Pós-Graduação e no Fórum de debates e reflexões do ENANCIB que reúne pesquisadores(as) divididos em grupos de trabalho (GTs) que tratam de temas relacionados a Ciência da Informação.

Conforme Suzana Mueller et al (2000), a ANCIB é reconhecida como a sociedade científica de âmbito nacional mais importante da área. A maior parte de seus(uas) associados(as) são docentes e pesquisadores(as) ligados aos cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação do país. O conjunto de trabalhos apresentados em seus encontros pode ser considerado representativo do estado da arte da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil.

“A ANCIB é composta por Grupos de Trabalho que foram criados como resultado de discussões que atravessam a história da Associação e que desembocam no fórum de coordenadores de Grupos de Trabalho” (OLIVEIRA; XAVIER, 2017, p. 77).

Os grupos de trabalho do ENANCIB são criados e reorganizados mediante o contexto socioeconômico e político. Em 1994³², existiam apenas sete grupos de trabalho: Informação tecnológica; Informação e sociedade/ Ação cultural; Representação do conhecimento, Indexação e Teoria da classificação; Administração, Gestão, Avaliação e estudo de usuário; Formação profissional/ Mercado de Trabalho; Produção científica/ Literatura Cinzenta; Políticas de pesquisa dos cursos de pós-graduação. O número de GT's oscilou durante as edições do evento, tendo o último, em 2019, 11 grupos de trabalho.

Conforme o site³³ do Fórum de Coordenadores(as) de Trabalhos da ANCIB, a composição dos atuais Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) é resultado da discussão realizada pelo Fórum dos(as) Coordenadores(as) de Grupos de Trabalho, ocorrida durante o VI ENANCIB, em Florianópolis, no dia 30 de novembro de 2005.

De acordo com Gracy Martins (2014), outros eventos assumem suas temáticas de forma mais restrita, mas o ENANCIB configura-se como principal evento para reunião e divulgação das produções científicas da área. Os grupos de trabalho atualmente são:

³² Parágrafo escrito com base nas informações obtidas no site do Fórum de Coordenadores(as) de Trabalhos da ANCIB. <http://gtancib.fci.unb.br/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

³³ Informação disponível em: <http://gtancib.fci.unb.br/index.php/mais-noticias-gt-06/703-encontro-de-coordenadores-de-gt-do-enancib>. Acesso em: 11 nov. 2020.

- GT 01 – Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação;
- GT 02 – Organização e representação do conhecimento;
- GT 03 – Mediação, circulação e apropriação da informação;
- GT 04 – Gestão da informação e do conhecimento;
- GT 05 – Política e economia da informação;
- GT 06 – Informação, educação e trabalho;
- GT 07 – Produção e comunicação da informação em ciência, tecnologia & inovação;
- GT 08 – Informação e Tecnologia;
- GT 09 – Museu, patrimônio e informação;
- GT 10 – Informação e memória;
- GT 11 – Informação e Saúde.

Diante da diversidade e completude dos grupos de trabalho do evento, o ENANCIB acaba se tornando uma rica fonte de pesquisa e coleta de dados da área. “Nesse contexto o Enancib, por meio dos GTs, é uma arena fértil de análise e discussão” (SILVA; EIRÃO, 2019, n. p.).

Sobre os grupos de trabalho do ENANCIB e as implicações de características da Ciência da Informação, Silva e Eirão (2019, n. p.) concebem que

A Ciência da Informação é uma área que já nasce multidisciplinar, assim configurada pela própria natureza do fenômeno informação, que é multidisciplinar, polissêmico e muitas vezes polêmico. Os grupos de trabalho do Enancib funcionam da mesma forma, eles refletem a natureza multidisciplinar do objeto da Ciência da Informação, e, logicamente, trazem para a arena de discussão as várias áreas que contribuem para a Ciência da Informação na tentativa de entendimento de seu objeto (SILVA; EIRÃO, 2019, n. p.).

Os grupos de trabalho do ENANCIB refletem as contradições sociais, políticas e culturais da sociedade. Verifica-se a reprodução das hierarquias de raça, gênero e orientação sexual ao depararmos com a tímida produção científica sobre tais temas presentes nos GTs. Entretanto, há disputas epistemológicas no tocante aos conteúdos mediados nas produções científicas. Dessa forma, este trabalho busca analisar **a relação entre a mediação da informação e o protagonismo social negro**, por meio das produções científicas sobre a população negra nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), promovido

pela Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), no período entre 1994 a 2019.

Apresentamos, abaixo, o quadro 2, que dispõe todas as edições do ENANCIB, descritas com o ano de realização e as respectivas instituições organizadoras.

Quadro 2 – Edições do ENANCIB (1994-2019)

EDIÇÃO	ANO	INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS
01	1994	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
02	1995	Pontifícia Universidade Católica (PUC) – Campinas
03	1997	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
04	2000	Universidade de Brasília (UNB)
05	2003	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
06	2005	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
07	2006	Universidade Estadual Paulista (UNESP)
08	2007	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
09	2008	Universidade de São Paulo (USP)
10	2009	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
11	2010	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Fundação Owsvaldo Cruz (FIOCRUZ) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
12	2011	Universidade de Brasília (UNB)
13	2012	Fundação Owsvaldo Cruz (FIOCRUZ)
13	2013	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
15	2014	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
16	2015	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
17	2016	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
18	2017	Universidade Estadual Paulista (UNESP)
19	2018	Universidade Estadual de Londrina (UEL)
20	2019	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Para Valério, Bernardino e Silva (2012, p. 158), “trata-se de um evento que reúne os pesquisadores mais renomados da área e os discentes dos diversos programas de pós-graduação das instituições do nosso país”.

Em conformidade com Ferreira, Zocal, Silva e Martins (2019) o evento tem como característica estimular o intercâmbio de experiências acadêmicas, promover a comunicação científica e favorecer a evolução da Ciência da Informação. Objetiva difundir pesquisas em andamento ou concluídas na CI, em especial aquelas provenientes dos PPGCI's. Vale complementar que o ENANCIB só é sediado em locais que possuem PPGCI's, logo, isso impacta diretamente na escolha dos locais

sedes do evento.

Diante do exposto, alguns pontos merecem ser destacados. O ENANCIB, ao longo de sua história, foi realizado majoritariamente na região Sudeste. Das 20 edições do evento, metade ocorreu nessa região. Vale ressaltar que, nessa região, estão concentrados os cursos mais antigos³⁴ da área e também essa é a região que mais possui PPGCI's³⁵. A região Sul e Nordeste sediaram quatro edições cada uma. É importante destacar que, mesmo com um número maior de PPGCI's, a região Nordeste recebeu a mesma quantidade de edições do evento em comparação com a região Sul. Tal cenário evidencia que ainda há uma centralidade do evento no eixo Sudeste-Sul. É importante, porém, ponderar que, mesmo com apenas um PPGCI na região Centro-Oeste, o ENANCIB foi realizado duas vezes nessa parte do país.

Na região Norte ainda não houve realização de nenhuma edição do ENANCIB. No entanto, é preciso salientar que essa foi a última região do país a ter um PPGCI. O primeiro PPGCI da região é o PPGCI da Universidade Federal do Pará (UFPA), criado no ano de 2016, com sua primeira turma iniciada em 2017.

Em síntese do contexto supracitado, podemos observar a figura abaixo que ilustra a quantidade de ENANCIB's nas regiões geográficas brasileiras.

Figura 1 – ENANCIB's por regiões geográficas



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

³⁴ Conforme Silva (2020), os cursos mais antigos são do IBICT, UNB, UNESP, USP, UFMG e PUC. Com exceção da UNB, todos estão concentrados na região Sudeste.

³⁵ Na região Sudeste, existem sete Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, situados nas seguintes instituições: IBICT, USP, UNESP, UFSCAR, UFMG, UFF e UFES. Ver quadro 02.

Consideramos que os anais do ENANCIB são, antes de tudo, um espaço de disputa por poder e capitais científicos. Essa disputa é influenciada por marcadores sociais, regionais, de gênero, étnico-raciais, bem como por aspectos estruturais do evento. Veremos, a seguir, os resultados da pesquisa que denotam os aspectos mencionados.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico, apresentamos os achados da pesquisa, destacando o que foi encontrado acerca da população negra nos anais do ENANCIB desde o início do evento, em 1994, até a sua vigésima edição, em 2019. Conforme exposto outrora neste trabalho, no início o evento passou por alguns hiatos de realização; no entanto, a partir da sexta edição do evento, ele passa a ocorrer de forma ininterrupta até o ano de 2020, no qual o evento teve de ser adiado em virtude da pandemia global do vírus Covid-19.

Nas cinco primeiras edições do evento, foi observado um silêncio epistêmico nos anais no que se refere às questões étnico-raciais, especialmente aquelas voltadas para a comunidade negra. Ponderamos que, apesar do exposto, não podemos afirmar que não foram enviadas pesquisas, aos distintos GTs, sobre a temática: produções podem ter sido enviadas, mas não necessariamente aceitas.

Na sexta edição do evento, realizada em 2005, na cidade de Florianópolis, esse contexto começa a mudar, ainda que de forma muito tímida. É importante salientar que a precursora da produção científica sobre a população negra no ENANCIB foi uma mulher negra, a professora Mirian de Albuquerque Aquino, da qual destacaremos mais adiante a sua relevância e o seu vanguardismo para a área no tocante às questões étnico-raciais. Essa pesquisa foi inserida no GT 01 e a professora teve como coautora a pesquisadora negra Vanessa Alves Santana, sua orientanda. Ambas as autoras, no momento da publicação, estavam vinculadas à Universidade Federal da Paraíba. O título da pesquisa foi bastante provocativo: “Para Além dos discursos: imagens de exclusão social/racial na sociedade do conhecimento”.

A sétima edição do evento ocorreu em Marília, estado de São Paulo, no ano de 2006 e, nessa ocasião, não foi localizada nenhuma pesquisa sobre a população negra. O tema volta a figurar somente na oitava edição do evento, realizada em Salvador, capital baiana. Nessa edição, foram registradas duas pesquisas, ambas desenvolvidas por pesquisadores da UNIRIO. A primeira está inserida no GT 02 e discorre acerca da representação do conhecimento afrodescendente em religião na Classificação Decimal de Dewey (CDD), desenvolvida pelo Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda. A segunda está inserida no GT 03 e aborda as redes de informação no contexto da imigração cabo-verdiana, na cidade do Rio de Janeiro, no

século XX, de autoria do então Mestre Artur Monteiro Bento.

Na nona edição, realizada em São Paulo, capital, foi localizado mais um trabalho de autoria da pesquisadora Prof.^a Mirian de Albuquerque Aquino (UFPB), que teve como título “A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural”. Esse trabalho ficou inserido no GT 05 do evento. Lamentavelmente, não foi registrado nenhum trabalho na edição seguinte do evento. Consideramos que a inexistência de trabalhos em algumas edições do ENANCIB são casos flagrantes de silenciamento epistêmico negro.

Com base em Sueli Carneiro (2003; 2005; 2018), coligimos que o epistemicídio se configura no silenciamento consciente e inconsciente de conhecimentos por parte de grupos dominantes e/ou hegemônicos em detrimento de outros grupos subalternizados e, conseqüentemente, excluídos socialmente. Além disso, o epistemicídio acaba promovendo discussões temáticas monoepistêmicas, portanto, limitadas e segregacionistas, posto que elas não abrangem as características de diversos povos e etnias.

A décima primeira edição, realizada no Rio de Janeiro, constou com três pesquisas envolvendo a população negra. A primeira, no GT 06, apresenta uma análise de bibliotecas universitárias de países africanos e sua relação com inovações tecnológicas. A segunda, no GT 10, expõe uma análise de discursos dos jornais de imprensa negra da biblioteca da Universidade Federal do Ceará. A última, também no GT 10, discorre sobre a memória, informação e identidade negra na biblioteca pública. Podemos observar que as bibliotecas, enquanto unidades de informação, tiveram certa centralidade nas discussões iniciais da população negra no contexto da Ciência da Informação.

Franciéle Silva, Daniella Pizarro e Saldanha (2017) destacam a importância das temáticas africanas e afro-brasileiras na formação do(a) bibliotecário(a) com diversos componentes que possibilitem a esses(as) profissionais o desenvolvimento de ações que visem a promoção da equidade étnico-racial, social e de gênero dos afrodescendentes, os quais são parte dos(as) usuários(as) das unidades de informações brasileiras.

Franciéle Silva e Saldanha (2019) discorrem acerca do movimento “Biblioteconomia Negra Brasileira” e destacam a importância de perceber as ferramentas biblioteconômico-informacionais como instrumentos de luta contra a opressão e de formação de uma consciência ético-política. Para autora e o autor, a

Biblioteconomia Negra Brasileira é um movimento reflexivo que discute a formação na área, a atuação de negros(as) bibliotecários(as) e a formação de bibliotecários(as) negros(as) e não negros(as) sobre questões étnico-raciais. O movimento utiliza teorias e técnicas bibliográficas como instrumento de resistência, visibilidade e representação da identidade negra brasileira.

Na edição seguinte, realizada em Brasília, no ano de 2012, foi observado, apesar de incipiente, um aumento no número de pesquisas acerca da população negra, de modo que foram localizadas quatro pesquisas. Uma delas foi do GT 02 e discutia a organização e a representação do conhecimento em religiões de matrizes africanas. As outras três foram inseridas no GT 10: uma abordava os mitos da cultura africana e a preservação da memória de uma comunidade quilombola; outra, lançava um olhar sobre os catálogos *online* à preservação da Memória afrodescendente em bibliotecas universitárias; a última, abordava o papel da biblioteca pública na identidade negra.

Em 2012, na décima terceira edição do evento, realizada no Rio de Janeiro, foram localizados três trabalhos sobre a população negra. O primeiro foi publicado no GT 03 e aborda a informação étnico-racial no contexto da Organização Não-Governamental (ONG) Bamidelê de mulheres negras. Os outros foram inseridos no GT 10. Um discorre sobre a valorização da cultura afrodescendente nas políticas de preservação do patrimônio. O outro traz uma discussão sobre a representação iconográfica dos negros em universidades da Paraíba.

Em sua décima quarta edição, o ENANCIB foi realizado em Florianópolis e, na ocasião, foi registrada uma diminuição de pesquisas envolvendo a população negra, sendo encontrada apenas uma nesse contexto. O estudo encontrado foi inserido no GT 10 e discute a informação étnico-racial em blogs.

Na décima quinta realização do ENANCIB empreendida em Belo Horizonte, o número de pesquisas sobre a população negra volta a subir em relação ao ano anterior. Nessa edição, foram localizadas três pesquisas: a primeira foi inserida no GT 02 e trouxe uma proposta de tesauro afro-brasileiro; a seguinte, do GT 10, aborda a memória da população negra e a informação étnico-racial; a subsequente disserta acerca da memória, informação e patrimônio afrodescendente em Minas Gerais.

No ano seguinte, o evento ocorreu em João Pessoa. Nessa edição localizamos a mesma quantidade de publicações que o ano anterior. A primeira

lança uma proposta de glossário e a informação étnico-racial. A segunda pesquisa está inserida no GT 03 e discorre sobre o negro e a mediação da informação. A seguinte, do GT 07, discute a Lei nº 10.639/03 no diretório de grupos de pesquisas registrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Em 2016, em Salvador, na Bahia, onde ocorreu a décima sétima edição, foram recuperados apenas dois trabalhos, ambos tendo como campo a ONG Bamidelê e tendo como autora principal a até então doutoranda Leyde Klebia Rodrigues da Silva. Uma das pesquisas foi inserida no GT 03 e aborda a apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na ONG supracitada. A outra é do GT 10 e discute a informação étnico-racial para o fortalecimento de mulheres negras da Paraíba.

Na edição subsequente, realizada em Marília, no estado de São Paulo, foram localizados apenas duas pesquisas, uma no GT 02 e outra no GT 06. A primeira trata da representação dos negros nos sistemas de informação do Brasil. A segunda destaca as temáticas africana e afro-brasileira no contexto da Biblioteconomia e da CI.

Em 2018, penúltima edição do evento, o número de pesquisas aumentou significativamente em relação ao ano anterior, sendo localizados cinco trabalhos. O destaque dessa edição fica para o GT 06, que teve dois trabalhos sobre a população negra em seu escopo. Um deles enuncia a importância do desenvolvimento de acervos da literatura afro-brasileira e o outro disserta sobre a branquitude nas práticas docentes em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Outro trabalho foi registrado no GT 05 e esse reflete sobre a biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas. Os outros dois estão inseridos no GT 10: um trabalha a memória do negro escravizado na Paraíba; o outro discute a memória afro-indígena na produção científica.

A vigésima e até então última edição foi a que mais reuniu pesquisas sobre a população negra no ENANCIB. O número de publicações nessa tiragem superou a edição anterior no quesito publicações/ano, apresentando o dobro de publicações, dez no total, acerca da população negra. Encaramos esses indicadores positivamente, porém veremos adiante que isso ainda é muito ínfimo diante do universo de pesquisas no ENANCIB e diante do racismo estrutural em nosso país.

Desse modo, para melhor ilustrar, apresentaremos abaixo a lista com os

títulos das pesquisas e os grupos de trabalho (GT) que as produções foram inseridas.

- O feminismo negro no contexto da representação do conhecimento: abordagens da representatividade social – GT 02;
- Abordagens socioculturais na organização do conhecimento: subsídios teóricos para representação da cultura afro-brasileira – GT 02;
- A organização do conhecimento e a filosofia do pluralismo religiosos no contexto das religiões de matrizes africanas – GT 02;
- Em busca do protagonismo negro na Ciência da Informação – GT 03
- Circulação de informação étnico-racial no conselho de políticas públicas – GT 03;
- Projeto observatório do racismo e da informação – GT 05;
- Biblioteconomia Negra Brasileira: caminhos, lutas e transformações – GT 06;
- Coleção *mocquerys* de armas africanas: vida e sobrevivência no museu nacional – GT 10;
- Epistemologias comunitárias: arquivo e performatividade na arte contemporânea de autoria negra – GT 10;
- A saúde da mulher negra em foco: análise da produção científica na BDTD – GT 11.

Melo Filho e Silva Junior (2019) consideram que, apesar de variações por ano, a produção sobre questões raciais tem crescido na Ciência da Informação do Brasil juntamente com estudos sobre mulheres e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queers*, Interseccionais (LGBTQI+). Os autores situam essas pesquisas dentro do paradigma social da área, pois concebem a informação e os processos que a envolvem, bem como suas práticas sociais.

Desse modo, para melhor ilustrar, apresentaremos no quadro abaixo os 40 estudos recuperados nesta pesquisa, descrevendo os títulos das pesquisas, os grupos de trabalho (GT) que as pesquisas foram inseridas e os(as) autores(as) e suas respectivas vinculações institucionais, no período da publicação.

Quadro 3 – Produções sobre a população negra no ENANCIB (1994-2019)

Para além dos discursos: imagens de inclusão social/racial na sociedade do conhecimento				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
VI	2005	GT 01	Doutora Mirian de Albuquerque Aquino	UFPB
			Graduanda Vanessa Alves Santana	UFPB
A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
VII	2007	GT 02	Doutor Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda	UNIRIO
As redes de informação no cenário da imigração caboverdiana no Rio de Janeiro no século XX				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
VII	2007	GT 03	Doutorando Artur Monteiro Bento	UNIRIO
A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
IX	2008	GT 05	Doutora Mirian de Albuquerque Aquino	UFPB
Tecnologia e inovações no trabalho e no uso da informação: análise de bibliotecas universitárias na África do Sul, Brasil e Moçambique				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XI	2010	GT 06	Doutor Manuel Valente Mangué	Universidade Eduardo Mondlane. Moçambique
			Doutora Helena Maria Tarchi Crivellari	UFMG
Informação, imagem e memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra da Biblioteca da Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XI	2010	GT 10	Mestra Ariluci Goes Elliott	UFCE
			Doutora Mirian de Albuquerque Aquino	UFPB
Memória, informação e identidade negra na biblioteca pública				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional

XI	2010	GT 10	Mestranda Francilene do Carmo Cardoso	UFF
A organização e a representação do conhecimento em religiões de matrizes africanas: um estudo comparativo dos diferentes sistemas de organização do conhecimento (cdd, cdu e lcs)				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
			Doutor Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda	UNIRIO
XII	2011	GT 02	Graduando Jonathan Xisto de Oliveira	UNIRIO
			Graduando João Paulo Borges Paranhos	UNIRIO
Mitos da Cultura Africana: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatua				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XII	2011	GT 10	Mestra Cleyciane Cássia Pereira	UFPB
			Doutora Mirian Albuquerque Aquino	UFPB
O Processo de Organização da Informação Etnicorracial para Preservação da Memória Afrodescendente em Bibliotecas Universitárias: um olhar nos catálogos on line				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XII	2011	GT 10	Mestranda Vanessa Alves Santana	UFPB
A biblioteca pública na (Re) construção da Identidade Negra				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XII	2011	GT 10	Mestranda Francilene do Carmo Cardoso	UFF
			Doutora Nanci Gonçalves da Nóbrega	UFF
A informação étnico-racial na perspectiva da Organização de Mulheres Negras da Paraíba - Bamidelê				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
			Mestranda Leyde Klebia Rodrigues da Silva	UFPB
XII	2012	GT 03	Doutor Edvaldo Carvalho Alves	UFPB
			Mestrando Jobson Francisco da Silva Júnior	UFPB

A representação de negros na memória iconográfica de universidades públicas da Paraíba				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XIII	2012	GT 10	Mestranda Ana Roberta Sousa Mota	UFPB
			Doutora Mirian de Albuquerque Aquino	UFPB
A valorização da cultura afrodescendente nas políticas de preservação do patrimônio: o exemplo do CRAV				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XIII	2012	GT 10	Doutoranda Aline Pinheiro Brettas	UFMG
A Informação Étnico-Racial em Blogs: Preservando a Memória e Construindo a Identidade				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XIV	2013	GT 10	Mestrando Jobson Francisco de Silva Júnior	UFPB
			Mestranda Leyde Klebia Rodrigues da Silva	UFPB
			Doutora Mirian de Albuquerque Aquino	UFPB
Tesauro Afro-Brasileiro: Uso estratégico para Organização e Recuperação de Informação				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XV	2014	GT 02	Mestranda Graziela dos Santos Lima	UDESC
			Doutora Marcia Silveira Kroeff	UDESC
			Doutor Divino Ignacio Ribeiro Junior	UDESC
Memória da População Negra e Informação Étnico-Racial: Percebendo Limites				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XV	2014	GT 10	Doutora Izabel França de Lima	UFPB
			Mestrando Sergio Rodrigues de Santana	UFPB
			Doutorando Henry Poncio Cruz de Oliveira	UFPB
			Doutora Mirian de Albuquerque Aquino	UFPB
Memória, Informação e Patrimônio Afro-Brasileiro em Minas Gerais				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XV	2014	GT 10	Doutor Rubens Alves Silva	UFMG

Mestra Vanilza Jacundino Rodrigues

IPHAN

Informação Étnico-Racial: Proposta de Glossário sob a égide da Semântica Discursiva				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XVI	2015	GT 02	Mestranda Maria Antonia de Sousa	UFPB
			Doutora Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque	UFPB
O negro e a mediação: a Ciência da Informação como campo de discussão étnico-racial				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XVI	2015	GT 03	Mestrando Fernando Cruz Lopes	UEL
			Doutora Sueli Bortolin	UEL
			Doutora Maria Nilza da Silva	UEL
A Lei 10.639/03 no diretório dos grupos de pesquisa registrados no CNPQ				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XVI	2015	GT 07	Mestranda Nicácia Lina do Carmo	UFPE
			Doutora Leilah Santiago Bufrem	UFPE
			Doutora Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia	UFPE
Bamidelê: Preservando a Informação Étnico-Racial para o fortalecimento da Memória Cultural das Mulheres Negras Da Paraíba				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XVII	2016	GT 10	Doutoranda Leyde Klebia Rodrigues da Silva	UFRJ/IBICT
			Doutora Mirian Albuquerque Aquino	UFPB
			Doutora Gisele Rocha Cortes	UFPB
			Doutor Edvaldo Carvalho Alves	UFPB
Apropriação, Disseminação e Democratização da Informação Étnico-racial na Organização de Mulheres Negras da Paraíba – Bamidelê				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional

XVII	2016	GT 03	Doutoranda Leyde Klebia Rodrigues da Silva Doutora Mirian Albuquerque Aquino Doutora Gisele Rocha Cortes Doutor Edvaldo Carvalho Alves	UFRJ/IBICT UFPB UFPB UFPB
Representação do Negro nos Sistemas de Organização do Conhecimento no Brasil				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XVIII	2017	GT 02	Doutorando Marcio Ferreira da Silva Doutorando Carlos Cândido de Almeida	UNESP UNESP
As Temáticas Africanas e Afro-Brasileiras em Biblioteconomia e Ciência da Informação				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XVII	2017	GT 06	Mestranda Franciéle Carneiro Garcês da Silva Doutora Daniella Camara Pizarro Doutor Gustavo Silva Saldanha	UFRJ/IBICT UDES UFRJ/IBICT
A Biblioteca Pública e a Promoção da Cultura e Identidade de Remanescentes Quilombolas: o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XIX	2018	GT 05	Especialista Graciele dos Santos Ferreira Doutora Elisa Campos Machado	UNIRIO UNIRIO
As Bibliotecas Públicas e a Importância da Formação e Desenvolvimento dos Acervos de Literatura Afro-Brasileira				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XIX	2018	GT 06	Doutorando Gustavo Tanus Doutora Gabrielle Francinne S. C. Tanus	UFRN UFRN
A Branquitude nas Práticas Docentes em Biblioteconomia e Ciência da Informação: Notas Teórico-Críticas sobre um Ensino no Âmbito do Preconceito Racial				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional

XIX	2018	GT 06	Mestranda Franciéle Carneiro Garcês da Silva	UFRJ
			Doutor Gustavo Silva Saldanha	UFRJ
			Doutora Daniella Camara Pizarro	UDESC
Objetos, Coisas e Memória Popular sobre o Negro Escravo na Paraíba nos Inéditos de Ademar Vidal				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
			Doutorando Fabiano Cesar de Mendonça Vidal	UFPB
XIX	2018	GT 10	Doutora Maria Nilza Barbosa Rosa	UFPB
			Doutora Izabel França de Lima	UFPB
Memória Afro-Brasileira e Indígena: Pesquisa da Produção Científica em Ciência da Informação				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
			Mestrando Francisco Sávio da Silva	UFPB
XIX	2018	GT 10	Doutora Eliane Bezerra Paiva	UFPB
O Feminismo Negro no contexto da Representação do Conhecimento: Abordagens da Representatividade Social				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
			Mestranda Vanessa Jamile Santana dos Reis	UFBA
XX	2019	GT 02	Doutor José Carlos Sales dos Santos	UFBA
Abordagens Socioculturais na Organização do Conhecimento: Subsídios Teóricos para Representação da Cultura Afro-Brasileira				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
			Doutoranda Graziela dos Santos Lima	UNESP
XX	2019	GT 02	Doutor Carlos Cândido de Almeida	UNESP
A Organização do Conhecimento e a Filosofia do Pluralismo Religioso no Contexto das Religiões de Matrizes Africanas				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
			Doutor Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda	UNIRIO

Em busca do Protagonismo Negro na Ciência da Informação				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XX	2019	GT 03	Mestrando Felipe Arthur Cordeiro Alves	UFPB
			Doutora Gisele Rocha Côrtes	UFPB
			Mestranda Aurekelly Rodrigues da Silva	UFPB
			Mestranda Maria Cristiana Félix Luciano	UFPB
Circulação de Informação Étnico-Racial no Conselho de Políticas Públicas				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XX	2019	GT 03	Doutor Erinaldo Dias Valério	UFG
			Doutora Regina Maria Marteleto	UFRJ
Projeto Observatório do Racismo e da Informação				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XX	2019	GT 05	Doutor Rubens Alves da Silva	UFMG
			Doutora Lorena Tavares de Paula	UFMG
			Doutoranda Franciéle Carneiro Garcês	UFMG
			da Silva	
Biblioteconomia Negra Brasileira: Caminhos, Lutas e Transformação				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XX	2019	GT 06	Doutoranda Franciéle Carneiro Garcês	UFMG
			da Silva	UNIRIO
	Doutor Gustavo Silva Saldanha			
Coleção Mocquerys de Armas Africanas: Vida e Sobrevida no Museu NacionalL				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XX	2019	GT 10	Especialista Rachel Correa Lima	Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro
			Doutora Guadalupe do Nascimento Campos	Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)

Doutora Maria Lucia de Niemeyer
Matheus Loureiro

Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)

Epistemologias Comunitárias: Arquivo e Performatividades na Arte Contemporânea de Autoria Negra				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XX	2019	GT 10	Doutora Janaina Barros Silva Viana	UFMG
			³⁶ Maria Aparecida Moura	UFMG
A Saúde da Mulher Negra em Foco: Análise da Produção Científica na BDTD				
Edição	Ano	Grupo de Trabalho	Autor(es)	Vinculação Institucional
XX	2019	GT 11	Doutoranda Franciéle Carneiro Garcês da Silva	UFMG
			Doutora Ana Paula Meneses Alves	UFMG
			Doutoranda Graziela dos Santos Lima	UNESP
			Mestranda Dirnéle Carneiro Garcez	UFSC
			Mestra Andreia Sousa da Silva	UFSC
			Mestranda Priscila Rufino Fevrier	UFSC

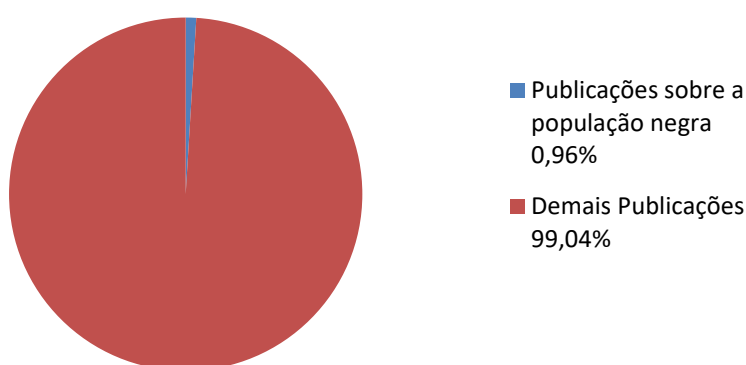
Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

³⁶ O currículo *lattes* da autora não foi encontrado e, devido a isso, sua titulação no ano de publicação da pesquisa não foi informada.

A partir do levantamento e da análise cientométrica, este estudo contabilizou 40 pesquisas sobre a população negra nos anais do ENANCIB, desde a sua gênese até a última edição realizada em 2019. O número é muito pequeno em face ao universo explorado: 4.139 trabalhos. Comparando o total de trabalhos, universo da pesquisa, (n=4.139), com o *corpus* da amostra contabilizada (n=40), constatou-se que eles representam menos que 1% do total, 0,96%, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Publicações sobre a população negra nos ENANCIB's

Publicações sobre a população negra no ENANCIB (1994-2019)



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Mediante o gráfico 2 é possível considerar que as produções científicas acerca da comunidade negra ainda são incipientes, demonstrando pistas de uma prática epistemicída no contexto do ENANCIB.

Luciana Ortolan et al (2017) identificou a temática relacionada ao negro no Brasil como pouco frequente na CI. O tema foi pesquisado na BRAPCI entre 1979 a 2014 por meio do termo “negro”, pois segundo os autores e autoras da pesquisa, os termos “mulato” e “afrodescendente” não obtiveram resultados na busca. Destarte, foram encontradas apenas 36 publicações com grandes espaços de tempo entre elas que podem ter sido influenciadas por acontecimentos de inclusão do negro na sociedade brasileira.

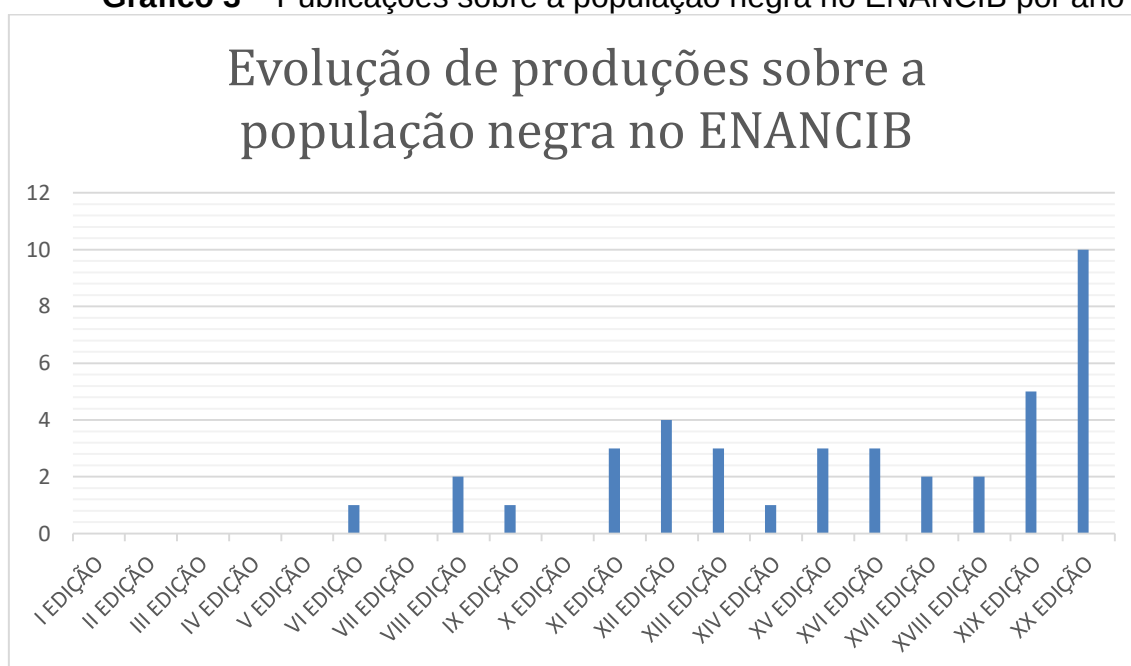
Apesar da pequena quantidade de produções recuperadas por esta pesquisa, vale sopesar que alguns desses trabalhos foram premiados no evento. Em 2010, o estudo “Informação, imagem e memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra da Biblioteca da Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri”,

desenvolvido por Ariluci Goes Elliott e Mirian de Albuquerque Aquino, foi premiado como melhor trabalho do GT 10 do evento. No ano seguinte, a pesquisa “A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra”, desenvolvida pelas pesquisadoras Francilene do Carmo Cardoso e Nanci Gonçalves da Nóbrega, foi premiada no GT 10. No ano de 2014, a pesquisa “Memória da População Negra e Informação Étnico-Racial: Percebendo Limites”, escrita por Izabel França de Lima, Sergio Rodrigues de Santana e Henry Poncio Cruz de Oliveira foi escolhida como melhor trabalho no GT 10. No ano posterior, o melhor estudo apresentado no GT 02 foi “Informação Étnico-Racial: Proposta de Glossário sob a égide da Semântica Discursiva”, de autoria das pesquisadoras Maria Antonia de Sousa e Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque.

Além dos trabalhos supracitados, destacamos os trabalhos premiados de autoria principal da pesquisadora Franciéle Carneiro Garcês da Silva, ambos no GT 06. Em 2017, a pesquisa condecorada foi “As Temáticas Africanas e Afro-Brasileiras em Biblioteconomia e Ciência da Informação”. No ano de 2019, o estudo destacado foi “Biblioteconomia Negra Brasileira: caminhos, lutas e transformação”.

O gráfico 3, disposto a seguir, sintetiza a oscilação de publicações ao longo das vinte edições do evento.

Gráfico 3 – Publicações sobre a população negra no ENANCIB por ano



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Mediante o gráfico 3, podemos observar uma crescente no número de publicações com o passar das edições do ENANCIB, com destaque para a última edição do evento em 2019. Enquanto os primeiros cinco (anos) foram de um silenciamento epistêmico total, pode-se afirmar que apesar de muito incipiente a quantidade dos últimos cinco anos, os últimos cinco (anos) apresentaram mais produções científicas. No entanto, ainda consideramos baixa a representatividade negra nos anais do evento. No intervalo entre os anos citados foi possível observar uma variação entre nenhuma publicação/ano e quatro publicações/ano. Vale sopesar que os números apresentados se referem aos trabalhos publicados e não incluem, portanto, trabalhos que foram submetidos, mas não foram aprovados.

Nesta pesquisa nós discutimos acerca do racismo presente nas estruturas sociais e no racismo institucionalizado e materializado nas instituições. Desse modo, ao analisarmos a evolução das produções científicas acerca da população negra no ENANCIB levantamos os seguintes questionamentos: A estrutura do ENANCIB favorece a construção de epistemologias negras?

Consideramos que essas questões são difíceis de serem respondidas em uma pesquisa desta natureza, mas destacamos alguns pontos na estrutura do evento que podem estar desfavorecendo construções epistemológicas negras e que carecem de reflexão para que o evento possa estimular produções científicas de pesquisadores(as) negros(as).

O primeiro ponto é a ausência de um grupo de trabalho específico para as discussões das questões étnico-raciais. Muitas vezes os (as) pesquisadores(as) precisam encontrar espaços bastante disputados em GT's com outras temáticas, adequando o tema de pesquisa ao escopo desses GT's. Destarte, para que a questão racial estruture as relações sociais e esteja presente em diferentes pesquisas, nos mais variados GTs, consideramos que a existência de um GT atinente à questão racial possa favorecer a construção epistemológica sobre essas temáticas. Debates entre alguns(mas) pesquisadores(as) têm sido realizados nesse sentido.

O segundo ponto que queremos discutir é o alto custo financeiro para a participação nesses eventos. Veremos, mais adiante, que há um protagonismo negro no corpo de pesquisadores(as) que desenvolveram pesquisas sobre a comunidade negra no ENANCIB e, conforme vimos ao longo da pesquisa, a população negra encontra-se em uma condição de maior vulnerabilidade

socioeconômica. Tomando por base o valor das inscrições³⁷ na última edição do evento, o primeiro lote variava entre R\$110 e R\$500. A inscrição aumentou ao longo da distribuição dos lotes, chegando ao valor máximo de R\$925, valor aproximado do salário mínimo atual, R\$1.100.

Consideramos essa reflexão pertinente, tendo em vista que, de acordo com dados do IBGE veiculados no site UOL³⁸, metade dos(as) brasileiros(as) sobrevive com apenas R\$438 mensais, quase 105 milhões de brasileiros(as) dispõem de menos de R\$15 por dia para satisfazer suas necessidades básicas. Além do custo da inscrição do evento, é necessário o empenho de capital no que se refere a transporte, hospedagem, alimentação, entre outros. Estimamos que, a depender do local de partida para o evento e do custo de vida no local do evento, a participação no ENANCIB ultrapassa sem muita dificuldade o valor de três salários mínimos, que representa um investimento considerável para um pós-graduando ameaçado pelo constante corte de bolsas.

Dessa forma, acreditamos que isso dificulta a participação de alunos(as) de nível socioeconômico desfavorecido, em especial negros(as), de participar do evento. Uma alternativa poderia ser a comissão organizadora do evento pensar em inscrições diferenciadas para a população de baixa renda, além de outras estratégias de acesso ao evento.

Vale frisar que geralmente os PPGCI's concedem auxílio para a participação de mestrandos(as) e doutorandos(as) vinculados aos programas. O valor varia de um programa para o outro, podendo ultrapassar o valor da inscrição. Essa é uma iniciativa importante de inclusão que merece ser destacada, pois favorece ao menos a participação de pesquisadores(as) durante o mestrado ou doutorado. Tal cenário salienta importância da CAPES destinar verbas para os programas de pós-graduação. No entanto, temos observado nos últimos anos um desmonte das instituições de fomento à pesquisa no país. Somente no ano de 2019, foram cortadas 5.613 bolsas³⁹ de mestrado, doutorado e pós-doutorado, afetando vários PPGCI's do Brasil. Consideramos que isso pode ter contribuído diretamente na participação dos PPGCI's na edição do ENANCIB deste ano.

³⁷ Informações disponíveis em: <http://www.enancib2019.ufsc.br/inscricoes/>. Acesso em: 01 set. 2020.

³⁸ Matéria disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/05/06/metade-dos-brasileiros-sobrevive-com-menos-de-r-15-por-dia-aponta-ibge.htm>. Acesso em: 01 set. 2020.

³⁹ Informações disponíveis em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-09/capes-anuncia-corte-de-5613-bolsas-de-pos-graduacao-para-este-ano>. Acesso em: 17 set. 2020.

Os auxílios oferecidos pelos PPGCI's geralmente são oriundos das Pró-Reitorias de Pós-Graduação e são disponibilizados após longas tratativas administrativas, quase sempre após o término dos prazos dos primeiros lotes das inscrições do evento, que costumam ter um custo menor.

Voltando aos dados da amostra do estudo, verificamos que dentre as 40 pesquisas localizadas, registramos 29 autores(as) principais⁴⁰ diferentes, dos quais apenas 07 trabalhos foram desenvolvidos em autoria única; os demais foram feitos em parceria com coautores(as). Convém destacar, ainda, um protagonismo feminino dentre os(as) autores(as) principais, sendo 17 são mulheres e 12 são homens.

O protagonismo feminino no campo científico tem crescido nos últimos anos em algumas áreas, mas nem sempre o cenário foi tão animador nesse aspecto. A professora Dr.^a Joselina da Silva desenvolveu um estudo sobre as professoras negras doutoras com base em indicadores oficiais. Conforme Silva (2010), até o ano de 2005, de um total de 63.234 doutores(as) atuante no ensino universitário, apenas 251 mulheres negras compõem o número apresentado.

A pesquisadora pontua que os marcadores sociais gênero e raça atuam notadamente na ambiência educacional e de trabalho. Além disso, ela salienta que o ingresso e crescimento na vida acadêmica ocorrem a partir da aprovação dos pares, das bancas examinadoras, dos conselhos de pesquisas. Desse modo, as mulheres são prejudicadas diante de comitês avaliativos, uma vez que elas são menor número naqueles grupos decisórios.

Para entender os desafios enfrentados pelas mulheres no ambiente científico, a autora pontua que é fundamental compreender as hierarquias de gênero que estruturam a sociedade e as instituições sociais. No tocante à ciência, historicamente tem se caracterizado como masculina, ora excluindo as mulheres, ora excluindo seus feitos científicos. É preciso compreender que a Ciência moderna está situada historicamente num tempo e espaço, influenciado por interesses políticos, sociais e econômicos que refletem em questões de gênero e raça (SILVA, 2010).

Os desafios das mulheres na ambiência científica são muitos, dentre eles, há os imperativos sexistas. Para Bell Hooks (1995, p. 467), “a subordinação sexista na vida intelectual negra continua a obscurecer e desvalorizar a obra das intelectuais

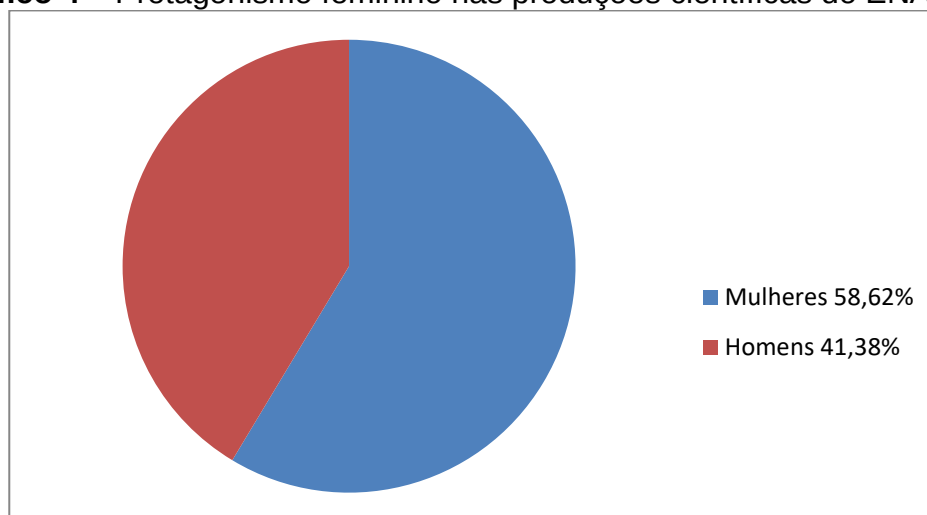
⁴⁰ Estamos entendendo autores (as) principais como os (as) primeiros (as) autores (as) das pesquisas recuperadas.

negras. Por isso é tão difícil aos alunos nos citarem”.

O ambiente científico foi construído e alicerçado sob uma sub valorização das mulheres nesse campo. No entanto, em produção científica da CI podemos observar algumas iniciativas, tais como os livros do selo *Nyota*: “O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e na Ciência da Informação”; “Mulheres negras na Biblioteconomia”; “O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação”.

Destacamos no gráfico 4, o protagonismo feminino no ENANCIB.

Gráfico 4 – Protagonismo feminino nas produções científicas do ENANCIB



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Vale ponderar que, de modo geral, a Ciência da Informação é composta majoritariamente por mulheres. Elisabeth Martucci (1996) já destacava a feminização e a profissionalização na docência e na Biblioteconomia. Em síntese, a autora destaca alguns motivos que propiciaram essa realidade. O primeiro é que o século XIX foi um marco no desenvolvimento da escola e da biblioteca e, nesse período, a mulher era tida como um ser passivo, submisso, leal e educadora primeira na sociedade. Essa imagem proporcionou o ingresso das mulheres em profissões até hoje reputadas como femininas, como é o caso da professora e da bibliotecária. A possibilidade de harmonização dessas profissões com as atividades domésticas e o aceite de salários baixos também pesaram nesse cenário. Além disso, há uma relação histórica entre a professora e a bibliotecária como mães intelectuais e espirituais, o que vem a ressaltar o trabalho de cunho maternal das mesmas. Há, ainda, uma influência religiosa no tocante à visão da luta contra

ignorância e trevas como uma missão, tornando a remuneração e condições de trabalho elementos de sentido menores.

A profissão de docente e bibliotecária continuam a ser essencialmente femininas, pelos motivos históricos apresentados, mas perdem gradualmente a sua valorização social. Hoje, a mulher ocupa espaços profissionais diversificados e abrangentes, conquistados ao longo da história contra ideologias de cunho misógino. (MARTUCCI, 1996)

Conforme dito outrora neste estudo, a Ciência da Informação brasileira foi e é impactada diretamente pela Biblioteconomia, visto que alguns de seus programas de pós-graduação são oriundos da Biblioteconomia. Outros estudos destacam o protagonismo feminino na Biblioteconomia: Mary Ferreira, Elinielle Borges e Luís Borges (2010) – “Mercado de Trabalho e a Desigualdade de gênero na profissão da(o) bibliotecária(o)”; Jacqueline Cunha, Mônica Reis (2018) – “Protagonismo feminino na Biblioteconomia e Ciência da Informação no Rio Grande do Norte uma história tecida pela prosa e poesia”.

No quadro 4, exposto adiante, apresentamos os(as) autores(as), a quantidade de publicações como autor(a) principal e como coautor(a) em outras pesquisas, bem como a filiação institucional dos(as) mesmos(as) nos momentos das pesquisas.

Quadro 4 – Destrinchando o corpo autoral nos anais do ENANCIB (1994 – 2019)

	AUTORES/AUTORAS ⁴¹	PUBLICAÇÕES COMO AUTOR/A	PUBLICAÇÕES COMO CO- AUTOR/A	INSTITUIÇÃO ⁴²
01	Mirian de Albuquerque Aquino	02	07	UFPB
02	Franciéle Carneiro Garcês da Silva	04	01	UFRJ/UFGM
03	Leyde Klebia Rodrigues da Silva	03	01	UFPB/UFRJ-IBICT
04	Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda	03	00	UNIRIO
05	Graziela dos Santos Lima	02	01	UNESP
06	Francilene do Carmo Cardoso	02	00	UFF
07	Rubens Alves da Silva	02	00	UFGM
08	Vanessa Alves Santana	01	01	UFPB
09	Izabel França de Lima	01	01	UFPB
10	Jobson Francisco da Silva Júnior	01	01	UFPB

⁴¹ A titulação dos(as) autores(as) pode ser vista no quadro 3.

⁴² Para melhor entendimento, consultar lista de siglas no início do trabalho.

11	Artur Monteiro Bento	01	00	UNIRIO
12	Manuel Valente Mangue	01	00	UNIV. MOÇAMBIQUE
13	Ariluci Goes Elliott	01	00	UFC
14	Cleyciane Cássia Pereira	01	00	UFPB
15	Ana Roberta Sousa Mota	01	00	UFPB
16	Aline Pinheiro Brettas	01	00	UFMG
17	Maria Antonia de Sousa	01	00	UFPB
18	Fernando Cruz Lopes	01	00	UEL
19	Nicácia Lina do Carmo	01	00	UFPE
20	Marcio Ferreira da Silva	01	00	UNESP
21	Graciele dos Santos Ferreira	01	00	UNIRIO
22	Gustavo Tanus	01	00	UFRN
23	Fabiano Cesar de Mendonça Vidal	01	00	UFPB
24	Francisco Sávio da Silva	01	00	UFPB
25	Vanessa Jamile Santana dos Reis	01	00	UFBA
26	Felipe Arthur Cordeiro Alves	01	00	UFPB
27	Erinaldo Dias Valério	01	00	UFG
28	Rachel Correa Lima	01	00	MUS. NACIONAL – UFRJ
29	Janaina Barros Silva Viana	01	00	UFMG

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Diante do quadro 4, destacaremos alguns pontos que merecem ser ressaltados. O primeiro é que dentre os (as) autores (as) apresentados, apenas 07 foram coautores (as) em outras pesquisas. Também vale destacar que apenas os (as) seguintes autores (as) desenvolveram mais de uma pesquisa: Mirian de Albuquerque Aquino (UFPB), Franciéle Carneiro Garcês da Silva (UFMG), Leyde Klebia Rodrigues da Silva (UFRJ-IBICT), Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (UNIRIO), Graziela dos Santos Lima, Francilene do Carmo Cardoso (UFF), Rubens Alves da Silva (UFMG), Vanessa Alves Santana (UFPB), Izabel França de Lima (UFPB) e Jobson Francisco da Silva Júnior (UFPB). Isso evidencia um cenário preocupante de que poucos (as) pesquisadores (as) persistem na produção científica sobre a população negra no ENANCIB, o que não permite generalizar para outros eventos, pesquisas e produções. Isso pode ser decorrente de vários aspectos estruturais do evento, um deles pode ser a ausência de um Grupo de Trabalho (GT) específico para as questões étnico-raciais. UM GT nessa perspectiva poderia trazer mais abertura e fomento para o desenvolvimento de pesquisas com esse enfoque.

Outro ponto importante é a filiação institucional desses(as) pesquisadores(as)

no momento da publicação dos trabalhos. Neste ponto, a Universidade Federal da Paraíba se sobressaiu, tendo em vista que 11 autores (as) estavam vinculados a mesma nessas ocasiões. Outras instituições também se destacaram no que concerne à vinculação institucional dos autores (as) no momento das publicações, sendo elas: UNIRIO, UFMG, UFRJ e UNESP com respectivamente 4, 3, 3 e dois autores(as).

O destaque da UFPB se deve em grande medida ao trabalho da professora Mirian Aquino, tendo em vista que boa parte dos (as) autores (as) destacados dessa universidade foi influenciada pela mesma de modo direto ou indireto, seja em uma relação de maior proximidade como, por exemplo, a orientação, colegas docentes ou em uma relação mais indireta enquanto base teórica das pesquisas desenvolvidas por esses(as) autores(as).

Sem prejuízo do exposto, o aspecto mais importante a ser destacado é que, dentre os(as) dez autores(as) mais produtivos em relação à população negra no ENANCIB, todos(as) são negros(as)⁴³. Destarte, podemos considerar que, ao menos no que concerne a produção científica sobre população negra no ENANCIB, há um protagonismo social negro. Julgamos importante discorrer brevemente sobre esses(as) autores(as), pois em suas pesquisas eles(as) nos oferecem pistas de combate ao epistemicídio e fortalecimento do protagonismo social negro na Ciência da Informação.

Iniciemos, portanto, com a já mencionada precursora de pesquisas étnico-raciais no ENANCIB, a professora Mirian de Albuquerque Aquino. Mediante os resultados da pesquisa, constatamos que a pesquisadora Mirian Aquino participou de nove pesquisas, sendo duas pesquisas como autora principal e sete como coautora. Em consulta ao seu currículo *lattes*⁴⁴ constatamos que boa parte de suas pesquisas do ENANCIB eram desenvolvidas juntamente com seus orientandos(as) e esses(as) por conseguinte continuaram a desenvolver produções nessa temática. Um exemplo disso é a pesquisadora Dra. Leyde Klebia Rodrigues da Silva que também figura entre os(as) principais autores(as) de pesquisas sobre a comunidade negra no ENANCIB. Ressaltamos, baseados em consulta ao seu currículo que o interesse da pesquisadora sobre temáticas étnico-raciais é anterior as suas

⁴³ Para verificação da caracterização étnico-racial desses(as) autores(as), consultamos o currículo *lattes* dos(as) mesmos(as). Além disso, utilizamos critérios de heteroindentificação e confirmação com pesquisadores(as) negros(as).

⁴⁴ Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2023496822513593>. Acesso em: 22 set. 2020.

publicações no ENANCIB.

Analisando o currículo da professora Dra. Mirian Aquino é possível perceber que se tratava de uma pessoa extremamente dedicada à causa negra. Sua militância fica visível em seus projetos de pesquisa, extensão e em sua produção científica. Em consulta a uma das principais bases de dados da Ciência da Informação, a BRAPCI, 43 pesquisas da professora Mirian foram recuperadas, majoritariamente sobre a comunidade negra. Atuando como docente foi Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Etnicorraciais (NEPIERE) que agrega o Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (GEINCOS). Importante salientar que muitos estudos da professora Mirian Aquino, em parceria com seus(as) orientandos(as), surgiram a partir dos trabalhos delineados no GEINCOS. Esse grupo de estudo, criado em 2006⁴⁵, foi muito importante no desenvolvimento das pesquisas sobre a população negra no contexto do ENANCIB. Outro ponto de destaque é a ação da professora Mirian de Albuquerque Aquino de produzir coletivamente e estimular e fornecer subsídios para o protagonismo social de alunas e alunos.

Além do que já foi exposto acerca da professora Mirian Aquino, é importante ressaltar que ela continua sendo referência e inspiração no desenvolvimento de temáticas étnico-raciais na Ciência da Informação, tendo em vista que ela é citada em boa parte das pesquisas que compõem o arcabouço teórico deste estudo. Ousamos dizer que boa parte da produção científica da autora pode ser considerada leitura obrigatória para quem desenvolverá pesquisas sobre a população negra no contexto da Ciência da Informação.

O título da primeira pesquisa do ENANCIB acerca da população negra, “Para além dos discursos: imagens de inclusão social/racial na sociedade de do conhecimento”, nos traz uma pista de como enfrentar o epistemicídio negro e favorecer o protagonismo social da população negra na CI. Esse título provoca os(as) cientistas da informação a irem além dos discursos de enfrentamento à exclusão social e racial. É necessário, portanto, o exercício de uma *práxis* antirracista. Aquino e Santana (2005, p. 2) discorrem que

A emergência de contradiscursos nos fóruns sociais, nas

⁴⁵ <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/25725>. Acesso em: 05 mar. 2021.

conferências, na produção acadêmica, na pluralidade de vozes de intelectuais afrodescendentes, nos movimentos sociais e nas pressões ao governo, pouco tem reduzido a desigualdade nas relações entre brancos e negros. As resistências às políticas de ações afirmativas implementadas nesses últimos anos em nível nacional, ainda se encaminham na perspectiva de silenciar a população negra na sua qualidade de cidadãos/cidadãs.

A autora com mais produções científicas acerca da população negra no ENANCIB é a pesquisadora Franciéle Carneiro Garcês da Silva. Ela participou de cinco pesquisas, quatro como autora principal e uma como coautora. Vale frisar que essa produção ocorreu em um intervalo de três anos, sendo iniciada em 2017 e contribuído com a temática ininterruptamente até 2019. Analisando seu currículo *Lattes*⁴⁶, é possível perceber que o seu interesse pelas questões étnico-raciais, sobretudo sobre a população negra, é anterior ao ENANCIB, estando desde a graduação estudando as temáticas africanas e afro-brasileira no contexto da Biblioteconomia. O seu trabalho de conclusão de curso teve o seguinte título: “A inserção da temática africana e afro-brasileira no ensino de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina” e foi orientado pela professora Daniella Camara Pizarro, da Universidade Estadual de Santa Catarina. Embora não tenha tido uma relação de orientanda com a professora Mirian Aquino, é possível perceber a influência da professora em alguns estudos da Franciéle, por exemplo, o estudo “Biblioteconomia negra Brasileira: caminhos, lutas e transformação”, que faz referência ao já mencionado primeiro trabalho sobre a população negra no ENANCIB.

Outro ponto a ser destacado acerca da doutoranda da UFMG, Franciéle, é a sua participação na criação e na coordenação do selo *Nyota*. De acordo com o site⁴⁷ do selo, ele objetiva disseminar pesquisas produzidas por mulheres, negros(as), indígenas e comunidade LGBTQIA+ que queiram divulgar suas pesquisas, descobertas científicas e experiências para a comunidade em geral. O selo já publicou os seguintes livros⁴⁸: *Bibliotecários negros*, primeira e segunda edição; *O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia*; *Epistemologias Negras: relações raciais na Biblioteconomia*; *Mulheres negras na Biblioteconomia*; *Do invisível ao visível: saberes e questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação*; *O protagonismo*

⁴⁶ Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2805777083019311>. Acesso em: 01 fev. 2021.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

⁴⁸ Livros disponíveis em: <https://www.nyota.com.br/livros>. Acesso em: 19 ago. 2020.

da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação; Práticas e pesquisas de competência em Informação; Perspectivas atuais em bibliotecas e arquivos. Todos os títulos estão disponíveis para *download* no site do selo.

A autora exerce uma militância em torno da necessidade de introdução de temáticas africanas e afro-brasileiras na formação do(a) profissional da informação. Silva (2019, n. p.)

considera desafiador a formação de bibliotecários/profissionais da informação que sejam mais sensíveis e respeitosos à diversidade étnico-racial dos frequentadores e utilizadores dos serviços e produtos de bibliotecas e de unidades de informação.

De acordo com Francilene Cardoso e Michelle Pinto (2018), a atuação do(a) bibliotecário(a) para a construção da igualdade racial em uma biblioteca deve partir do princípio de que os serviços devem, de fato, ser pensado para todos os públicos. Esses(as) profissionais precisam estar preparados(as) para trabalhar com informações voltadas para as culturas africanas e afro-brasileiras, pois ainda é grande a desigualdade social e racial no país. Isso ressalta a necessidade de dominar conhecimentos sobre a formação social e étnico-racial brasileira e os problemas atinentes ao negro no Brasil.

À luz do que a autora expõe, do arcabouço teórico e dos resultados desta pesquisa, consideramos que essa deficiência na formação dos(as) profissionais da informação pode ser um fator explicativo para a pequena quantidade de trabalhos acerca da população negra nos anais do ENANCIB ao longo de sua história, pois boa parte corpo discente dos PPGCI's do país são compostos por esses profissionais.

A deficiência do ensino brasileiro no tocante à história e cultura afro-brasileira não afeta apenas os(as) profissionais e cientistas da informação, mas todo tecido educacional brasileiro, pois a população negra brasileira enfrenta uma sub-representação epistemológica em diversos níveis de ensino. Somente em 2003, o Estado brasileiro instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio por meio da Lei nº 10.639/2003. O ensino dessas temáticas deveria fazer parte dos currículos escolares desde o início do processo civilizatório do país, pois a comunidade negra representa a maioria da

população brasileira desde então. No entanto, tal medida é fruto de uma história de luta e resistência do povo negro a diversas formas de opressão, dentre elas o epistemicídio.

Andreia Silva e Sandra Fontes (2017) consideram que a Lei nº 10.639/2003 se consubstancia no Parecer CNE/CP 03/2004 e na Resolução n. 01/2004. Segundo Santiago (2013), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais de História e Cultura Afro-brasileira e Africana são políticas públicas que fornecem subsídios para os(as) docentes fomentarem a construção de pedagogias.

A segunda autora que mais publicou trabalhos sobre a população negra no ENANCIB é a pesquisadora Dra. Leyde Klebia Rodrigues da Silva. Ela desenvolveu três pesquisas como autora principal e uma como coautora. Conforme enunciado anteriormente, a autora foi orientanda da professora Mirian Aquino, na ocasião do Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia, na UFPB, e Mestrado em Ciência da Informação na mesma instituição. Conforme leitura dos trabalhos, é possível perceber que a autora sempre se engajou na luta antirracista e na militância em favor dos direitos da população negra e buscando enfrentar o epistemicídio. De acordo com o currículo *Lattes*⁴⁹, a autora, enquanto docente do curso de Arquivologia e Biblioteconomia da UFBA, desde 2017, também desenvolve trabalhos sobre as questões étnico-raciais. Isso fica latente nos três âmbitos universitários de ensino, pesquisa e extensão. Destacamos o seu apoio à coordenação do projeto de extensão do projeto “Lapidar: ações de leitura para o protagonismo social”, promovido pelo Instituto de Ciências da Informação da Universidade Federal da Bahia.

Por meio da leitura de algumas pesquisas da autora, é possível perceber que ela considera a democratização do acesso à informação uma ferramenta importante para a redução das desigualdades sociais, sobretudo, para a população negra. Em pesquisa publicada na décima sétima edição do ENANCIB, em parceria com os(as) professores(as) Mirian Aquino, Gisele Rocha Côrtes e Edvaldo Carvalho Alves, todos(as) da UFPB, a autora insere essa discussão como fundamental. Nesse estudo, os(as) autores(as) defendem que se a informação não está restrita a um determinado grupo, então é digno que diversos setores da sociedade forneçam condições para que todos os grupos sociais possam acessá-la. No Brasil, boa parte

⁴⁹ Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9855397515537899>. Acesso em: 01 fev. 2021.

da população negra não tem acesso à informação no que se refere à sua contribuição na formação histórica e cultural da sociedade brasileira (SILVA; AQUINO; CORTES; ALVES, 2016).

Consideramos que a autora apresenta uma pista do que ocasiona a baixa produção científica sobre a população negra no contexto da Ciência da Informação, especialmente nos anais do ENANCIB. Pensamos que, uma vez que assumimos que boa parte da população negra não tem acesso à informação no tocante às suas contribuições socioculturais para a sociedade brasileira, esse grupo populacional pode se sentir invisibilizado historicamente, e, portanto, desestimulado à produção científica sobre a comunidade negra.

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda aparece em seguida. Ele desenvolveu três pesquisas no ENANCIB, duas em autoria única e outra em parceria com os pesquisadores Jonathan Xisto e João Paulo. O autor é bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela UFF, Mestre e Doutor em Ciência da Informação pela UFRJ, em parceria com o IBICT. Atualmente é docente na UNIRIO, nos cursos de Biblioteconomia, e no mestrado profissional, em Biblioteconomia. Desde 2015, desenvolve o projeto de pesquisa “A representação do conhecimento em Religiões de Matrizes Africanas nos sistemas de organização do conhecimento: a organização do etnoconhecimento para a preservação do patrimônio intangível”. Observando seu currículo *Lattes*⁵⁰, foi possível encontrar várias pesquisas desenvolvidas sobre as religiões de matrizes africanas, inclusive as duas pesquisas publicadas pelo autor no ENANCIB abordam essa temática.

O epistemicídio do povo negro ocorre em diversas áreas. Nos arquivos, bibliotecas e museus isso também pode ocorrer. No entanto, isso vai depender da atuação do(a) profissional da informação no que diz respeito à representação da informação. Miranda (2019) exemplifica que, para que as religiões de matrizes africanas sejam bem expostas, é imprescindível uma aproximação dos(as) profissionais da informação com as comunidades e culturas representadas, buscando desmistificar mitos raciais e étnicos. Desse modo, é imperativo que os(as) cientistas da informação desenvolvam pesquisas que salientem a importância da mediação da informação dos(as) profissionais da informação no que se refere à representação da informação. Assim, é imprescindível, portanto, a inclusão de componentes curriculares que trabalhem questões étnico-raciais, a fim de que os(as)

⁵⁰ Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8713013619609185>. Acesso em: 01 fev. 2021.

profissionais da informação adquiram competência informacional para não desenvolverem representações da informação excludentes ou incompletas.

Valério e Campos (2019b) corroboram com esse pensamento e consideram que o(a) profissional da informação enquanto mediador(a) pode desempenhar uma luta antirracista em unidades de informação e na ambiência digital com o auxílio de tecnologias da informação.

A criação de espaços institucionais para a promoção da igualdade racial demonstra a luta dos movimentos negros contra as diversas formas de discriminação que assolam a população negra. Por meio da informação étnico-racial e do conhecimento que circulam nesses ambientes, é possível encontrar soluções para os efeitos do racismo na sociedade. Destarte, é preciso que as bibliotecas, os arquivos e os museus sejam espaços que promovam e que incitem uma cultura de igualdade racial. Consideramos que esses lugares de informação podem ser espaços educativos antirracistas e antiepistemicidas, favorecendo o protagonismo negro na sociedade (VALÉRIO; MARTELETO, 2019).

A pesquisadora Graziela dos Santos Lima é doutoranda em Ciência da Informação na UNESP, Mestra em Gestão de unidade de informação e Graduada em Biblioteconomia, ambas pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). No ENANCIB, a autora desenvolveu duas pesquisas como autora principal e uma como coautora. Em consulta ao seu currículo *Lattes*⁵¹, é possível constatar que o interesse em pesquisar sobre a comunidade negra e produzir conhecimento nessa área ocorre desde o início de sua vida acadêmica. Exemplo disso é sua participação, na graduação, do projeto de extensão “Formando para a educação das Relações étnico-raciais”, bem como a participação no projeto de pesquisa “Diversidade cultural, africanidades e acervo em escolas públicas: um estudo sobre processo de implementação da Lei Federal nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes oficiais de educação”.

A autora participou da organização de três livros do selo *Nyota* juntamente com a Franciéle Carneiro, sendo eles: “bibliotecários negros 1ª e 2ª edição”, “Epistemologias negras: relações raciais na Biblioteconomia”. Importante destacar a rede de relacionamentos entre esses(as) dez autores(as) destacados(as), seja em orientações, citações, coautoria ou organização de livros.

⁵¹ Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6850504300052442>. Acesso em: 01 fev. 2021.

Tais quais os(as) autores(as) citados(as), a pesquisadora Graziela também oferece, em suas pesquisas, aquilo que consideramos “pistas” para o enfrentamento do epistemicídio negro e a promoção do protagonismo negro na Ciência da Informação. Lima e Almeida (2019) discorrem sobre a teoria sociocultural de estudos afro-brasileiros e consideram que essa possibilita entender o contexto das produções científicas e da população afro-brasileira que constrói conhecimento via relação intersubjetiva, além de contribuir para avanços na organização do conhecimento no que se refere aos conhecimentos tradicionais. Uma abordagem sociocultural também permite um olhar político que favorece a construção de um etnoconhecimento. A cultura africana e afro-brasileira não se encaixa na epistemologia ocidental, primeiro por ser conhecimento de um grupo historicamente marginalizado devido à categoria raça; segundo, são formados por um conhecimento etnográfico além do conhecimento científico reorganizado pelos(as) próprios(as) pesquisadores(as) negros(as).

Diante do exposto, consideramos que não adianta querer enquadrar as epistemologias negras em moldes epistemológicos ocidentais. Talvez seja o caso dos(as) cientistas da informação desenvolverem metodologias próprias para esses estudos e também oferecer lugares específicos para essas discussões. Um exemplo disso seria um grupo de trabalho específico para as questões étnico-raciais no ENANCIB. Não bastassem as estruturas racistas em vigor no nosso país, muitas vezes as estruturas acadêmicas acabam se tornando estruturas que sufocam e silenciam epistemologias de grupos e discursos contra-hegemônicos.

Em seguida a pesquisadora Grazielle dos Santos, em termos de produção científica no ENANCIB, aparece a bibliotecária negra Francilene do Carmo Cardoso. A mesma também é mestra em Ciência da Informação e Doutora em Serviço Social. Assim como as outras autoras, é possível perceber, mediante seu currículo *Lattes*⁵², que, desde a graduação na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a autora desenvolve pesquisas acerca da população negra. Entre 2016 e 2018, a pesquisadora atuou como docente substituta do curso de Biblioteconomia da UFMA, trabalhando como representante do grupo de trabalho sobre ações afirmativas na pós-graduação. Entre 2016 e 2017, exerceu a função de bibliotecária da rede leitora terra das Palmeiras, sendo coordenadora de cinco bibliotecas localizadas em bairros periféricos de São Luiz, no Estado do Maranhão.

⁵² Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4709223830726243>. Acesso em: 01 fev. 2021.

Especificamente sobre a sua produção, destacamos a sua atuação como organizadora do livro “Perspectivas atuais em bibliotecas e arquivos”, que foi publicado, em 2020, sob o selo *Nyota*. Outro livro publicado pela autora foi “O negro na biblioteca: mediação da informação para a construção da identidade negra”. A autora também publicou o capítulo de livro “Apontamentos contemporâneos sobre questão racial e atuação bibliotecária”, na 1ª edição do livro “Bibliotecários Negros”, organizado pelas pesquisadoras Franciéle Carneiro e por Graziela dos Santos Lima. Desse modo, fica evidente que Francilene é uma pesquisadora que exerce uma militância em prol da comunidade negra e em suas pesquisas sempre contribui para o protagonismo negro na Biblioteconomia e na Ciência da Informação.

Diante do exposto acerca da pesquisadora Francilene, consideramos que os(as) cientistas da informação devem assumir uma postura de combate ao epistemicídio do povo negro na área, combatendo o silenciamento dos conhecimentos oriundos da população negra. Cardoso e Nóbrega (2011, p. 3384-3385) enunciam que

O silenciamento das memórias, das identidades, das lutas e das resistências da população negra, fez com que se conheça apenas uma única história do negro que corresponde à versão euro-ocidental [...] O reflexo dessa prática de silenciamento é a retirada do direito de todos os brasileiros de afirmar e se ver representados nos valores, saberes e tradições africanas e afro-brasileiras, como ocorreu também com a memória indígena, mas é preciso reavivar estas memórias das quais todos participam. Essa é uma função das narrativas orais que através dos relatos de experiências via oralidade rejeita o silêncio e nos mostra que a história contada pode ser outra.

Diante do supracitado, consideramos importante, nas pesquisas desenvolvidas na Ciência da Informação, esse resgate das memórias africanas e afro-brasileiras, essa reavivamento de histórias que foram silenciadas mediante a um processo histórico opressor e epistemicida.

Ponderamos que apenas o reavivamento mencionado não basta para a desconstrução de um cenário de epistemicídio negro. Conforme Maria Euclides e Joselina da Silva (2019), é preciso que a população negra esteja na universidade e ocupe lugar de destaque na sociedade, lutando com posturas críticas e reflexivas por novas formas de pensar, falar e agir acerca de negritude.

Outro autor, dentre os(as) dez destacados(as), é Rubens Alves da Silva. O pesquisador é doutor em Ciência Social (Antropologia Social) e professor vinculado

ao curso de Ciência e Informação da UFMG. Em consulta ao seu currículo *Lattes*⁵³, verificamos que, em sua atuação docente, ele ministra disciplinas com ênfase em cultura e informação, patrimônio cultural, memória social e epistemologia negra. Atualmente coordena o projeto de pesquisa “Observatório do Racismo e da Informação”, que conta com as contribuições das pesquisadoras Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Lorena Tavares de Paula. O autor desenvolveu, em 2019, o projeto de extensão “Racismo no meio acadêmico” que buscava abrir um espaço de debate sobre racismo no ambiente universitário e profissional de bibliotecários(as), educadores(as), pesquisadores(as) e estudantes.

No ENANCIB, o autor desenvolveu duas pesquisas: “Memória, Informação e Patrimônio Afro-Brasileiro em Minas Gerais”, em parceria com a pesquisadora Vanilza Jacundino Rodrigues, e “Projeto Observatório do Racismo e da Informação”, em parceria com as pesquisadoras Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Lorena Tavares de Paula.

Em seguida, destacamos a pesquisadora Vanessa Alves Santana. Em consulta ao seu Currículo *Lattes*⁵⁴, constatamos que a pesquisadora é bibliotecária e mestre em Ciência da Informação na UFPB, onde também é doutoranda no PPGCI da mesma instituição. A mesma foi orientanda da professora Mirian de Albuquerque Aquino na graduação e no mestrado. Com base em seu currículo, é possível perceber que a autora tem desenvolvido pesquisas, desde a graduação, sobre a temática de cunho étnico-racial. Publicou, juntamente com Leyde Klebia Rodrigues da Silva, um capítulo no livro “Bibliotecários Negros⁵⁵”, do selo NYOTA, em 2018.

No ENANCIB, a autora participou como coautora da primeira pesquisa sobre a população negra no GT1, juntamente com a professora Mirian Aquino, intitulada “Para além dos discursos: imagens de inclusão social/racial na sociedade do conhecimento”, em 2005. Posteriormente, na décima segunda edição do evento, no ano de 2011, desenvolveu o estudo “O Processo de Organização da Informação Etnicorracial para Preservação da Memória Afrodescendente em Bibliotecas Universitárias: um olhar nos catálogos *on line*”.

A pesquisadora Izabel França de Lima aparece em seguida. A partir do seu

⁵³ <http://lattes.cnpq.br/9317111026989061> Acesso em: 01 fev. 2021.

⁵⁴ <http://lattes.cnpq.br/7162614797263265>. Acesso em: 08 mar. 2021.

⁵⁵ Livro disponível em: https://www.acbssc.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Livro_reorganizado_03.07.2018.pdf. Acesso em: 05 mar. 2021.

currículo *lattes*⁵⁶, observamos que ela é bibliotecária e doutora em Ciência da Informação. Atualmente é professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, atuando na graduação em Biblioteconomia e no PPGCI da instituição. Vale salientar que a autora também foi orientanda da professora Mirian de Albuquerque de Aquino, no Mestrado em Educação, na UFPB, participando também do grupo de pesquisa GEINCOS, que fomentou pesquisas de cunho étnico-racial no ENANCIB e em outros eventos. A mesma atua de modo constante nas temáticas étnico-raciais, especialmente sobre informação étnico-racial. Atualmente, lidera o Grupo de Pesquisa Inclusos – Informação, memória e sociedade.

No ENANCIB, a autora desenvolveu duas pesquisas. A primeira, na décima quarta edição do evento, em 2014, intitulada “Memória da População Negra e Informação Étnico-Racial: Percebendo Limites”. A segunda, em 2018, na décima nona edição do evento, intitulada “Objetos, Coisas e Memória Popular sobre o Negro Escravo na Paraíba nos Inéditos de Ademar Vidal”.

O décimo destaque autoral vai para o pesquisador Jobson Francisco da Silva Júnior. Com base no seu currículo *lattes*⁵⁷, constatamos que o pesquisador é bibliotecário e doutor em Ciência da Informação pela UFRJ e IBICT. O autor foi professor substituto no curso de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da UFAL. Foi orientando da professora Mirian de Albuquerque Aquino na graduação, em Biblioteconomia, e no Mestrado, em Ciência da Informação, na UFPB. O mesmo participa do grupo de pesquisa GEINCOS e do NEPIERE. Com base em sua produção científica, também é possível observar que ele é atuante em pesquisas acerca de questões étnico-raciais, especialmente, da população negra.

No ENANCIB, o autor desenvolveu duas pesquisas. A primeira, em 2012, como coautor do estudo “A informação étnico-racial na perspectiva da Organização de Mulheres Negras da Paraíba – Bamidelê”. Na segunda, em 2013, o pesquisador foi autor do trabalho “A Informação Étnico-Racial em Blogs: Preservando a Memória e Construindo a Identidade”.

Um ponto que merece ser destacado nos resultados é o protagonismo feminino, pois dentre os(as) dez pesquisadores(as) que mais publicaram sobre a

⁵⁶ <http://lattes.cnpq.br/2774920113255079>. Acesso em: 05 mar. 2021.

⁵⁷ <http://lattes.cnpq.br/1440366714960339>. Acesso em: 05 mar. 2021.

temática no ENANCIB em relação à comunidade negra, sete são mulheres, das quais, no momento da publicação, duas eram doutoras, duas eram doutorandas e três eram mestrandas. Retomamos, portanto, Joselina da Silva (2010) que destacou em seu estudo a pequena quantidade de doutoras no país. Para a autora, a ausência de acadêmicos(as) negros(as) se deve a dois fatores: o racismo e o sexismo. Logo, é possível considerar que, para o protagonismo feminino figurar nos resultados dessa pesquisa, certamente, ambas as autoras tiveram de enfrentar e resistir a esses dois fatores que são ferramentas de exclusão social.

Joselina da Silva (2010) advoga que, para uma maior presença feminina no cenário acadêmico, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas de ações afirmativas que agreguem as cotas raciais ao marcador social de gênero.

É importante destacar que existem outros(as) autores(as) que desenvolvem pesquisas fora da ambiência do ENANCIB. Seria um erro crasso resumir os(as) pesquisadores(as) que desenvolvem pesquisas sobre as questões étnico-raciais àqueles(as) que publicaram no ENANCIB. Para obtermos um retrato mais completo do quadro de pesquisadores(as) que se dedicam a estudar a comunidade negra na Ciência da Informação, seria necessária outra pesquisa e explorar fontes como revistas, livros, teses, dissertações e outros eventos da área.

O presente estudo se propôs a analisar a relação entre a mediação da informação e o protagonismo social do povo negro. Desse modo, consideramos que a produção científica consiste em uma mediação da informação por parte dos(as) pesquisadores(as) que favorece o protagonismo negro.

A questão norteadora da pesquisa foi: Como a mediação da informação acerca das temáticas étnico-raciais contribui para o protagonismo social negro na Ciência da Informação, por meio das produções científicas sobre a população negra nos anais do ENANCIB? Respondendo a essa questão, consideramos que a mediação no contexto supracitado contribui para o protagonismo social negro no ENANCIB em diversos sentidos. A primeira contribuição se refere ao fato de que essas produções no contexto do ENANCIB servem de arcabouço teórico para a visibilização e o desenvolvimento de pesquisas sobre a população negra. Além disso, esses construtos científicos apontam pistas para a elucidação de questões étnico-raciais presentes na sociedade e apontam tendências de pesquisas no campo da Ciência da Informação.

É de extrema importância destacar, ainda, que a mediação dos conteúdos

informacionais nas produções acerca da população negra no ENANCIB contribui para uma maior representatividade negra na área. Essas investigações científicas atuam no sentido de desconstrução do epistemicídio negro no evento, além de serem vetores fomentadores de novas pesquisas.

Conforme Henriette Gomes (2020), a efetividade da ação mediadora é dependente da ação consciente de mediação, alcançando cuidadosamente todas as suas dimensões, tornando possível o desenvolvimento e o fortalecimento do protagonismo social, assegurando o acesso, o uso e a apropriação da informação em parâmetros democráticos. Essa mediação trabalha o encontro com a informação enquanto experiência fortalecedora de uma existência humana ativa que interfere no processo de transformação social e no fortalecimento de lutas por justiça e inclusão social.

Por mais que os dados coletados representem uma parcela muito pequena do universo, consideramos que eles são elementos que favorecem e/ou estimulam o protagonismo negro na Ciência da Informação. Isso é muito simples de ser observado: supomos que a professora Mirian Aquino, ao escrever a primeira pesquisa sobre a população negra, encontrou pouquíssimas referências na área para fundamentar o seu trabalho. Atualmente, quem iniciar pesquisas sobre a população negra já contará com um relevante arcabouço teórico. Se esse arcabouço existe, é graças aos conteúdos mediados pelos(as) pesquisadores(as) apresentados(as) neste tópico.

Imensamente importante salientar que esses conteúdos são mediados conscientemente e, portanto, favorecem o protagonismo social da população negra no contexto do ENANCIB. A fim de melhor apresentar os conteúdos mediados pelos(as) pesquisadores(as), desenvolvemos uma nuvem de palavras. Para tanto, utilizamos as palavras-chave dos 40 trabalhos recuperados nesta pesquisa. No entanto, ponderamos que duas pesquisas não tinham palavras-chave⁵⁸, logo, não foram incluídas na formulação da imagem a seguir.

⁵⁸ As pesquisas “Tecnologias e inovações no trabalho e no uso da informação: análise de Bibliotecas Universitárias na África do Sul, Brasil, e Moçambique” e “A valorização da cultura afrodescendente nas políticas de preservação do patrimônio: o exemplo do CRAV” não foram levados em consideração no processo de criação da nuvem de palavras, uma vez que não dispuseram de palavras-chave.

no ENANCIB. Julgamos pertinente evidenciar que os(as) dez pesquisadores(as) destacados neste tópico possuem ligação direta com a Biblioteconomia. São bibliotecárias: Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Leyde Klebia Rodrigues da Silva, Graziela dos Santos Lima e Francilene do Carmo Cardoso. Tiveram/têm atuação docente ligada a essa área os professores Rubens Alves da Silva e Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, bem como a saudosa professora Mirian de Albuquerque Aquino.

O exposto evidencia o protagonismo social da Biblioteconomia no combate ao epistemicídio negro na ENANCIB e salienta a necessidade de pesquisadores(as) ligados a áreas próximas (Arquivologia, Museologia, Comunicação) com a Ciência da Informação se insiram na luta antirracista e antiepistemicida. Para tanto, é imprescindível a inclusão de conteúdos étnico-raciais nas disciplinas dessas ciências, desde a graduação aos cursos de mestrado e doutorado.

Diante dos dados, julgamos pertinente realçar a importância de continuidade no processo de mediação de conteúdos informacionais acerca da comunidade negra nas pesquisas. É importante que os(as) pesquisadores(as) continuem desenvolvendo estudos com esse *lócus*, a fim de que o seu testemunho de vida acadêmica sirva para estimular pesquisadores(as) iniciantes a se engajarem no embate pelo enegrecimento do ENANCIB.

Além disso, é importante que, nesse cenário de mediação de conteúdos étnico-raciais com ênfase na população negra, haja um protagonismo dos(as) pesquisadores(as) negros(as), de modo que pesquisadores de outros grupos étnicos que são comprometidos com a luta antirracista também sintam-se importantes nesse processo, mas que compreendam que o lugar de protagonista é da comunidade de cientistas da informação negros(as).

O desenvolvimento de uma pesquisa é, antes de tudo, uma atividade de representação da informação que será organizada e formatada para mediar epistemologias para a comunidade científica. Tal qual o profissional da informação se preocupa em atender as necessidades do usuário, o(a) pesquisador(a) também se preocupa em suprir as demandas da sociedade e da comunidade científica. Por isso é tão importante a inserção de disciplinas que abordem a história e a cultura africana e afro-brasileira, pois isso fomenta e suscita o desejo por empreender pesquisas sobre essas temáticas. A Ciência da Informação precisa ser descolonizada epistemologicamente, é preciso valorizar as “epistemologias do sul”

para que, desse modo, seja demonstrado que existe uma Ciência da Informação fora do eixo norte-americano e europeu, a fim de que seja combatido o epistemicídio dos povos negros e de outros povos lamentavelmente subalternizados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver pesquisas acerca da população negra é bastante desafiador, sobretudo em um país como o Brasil, onde o racismo não é apenas um mecanismo presente na estrutura do Estado, mas é a pedra fundamental de sua formação. Desse modo, o(a) pesquisador(a) que se propõe a tal tarefa está indo na contramão da lógica de uma sociedade de mercado que vende, a todo instante, a falácia de uma meritocracia despudorada, que não considera as profundas desigualdades sociais e raciais entre o povo brasileiro.

Observamos que a população negra, ao longo dos séculos, tem assumido uma postura de resistência em relação às flagrantes assimetrias sociais vivenciadas. Os(as) negros(as) têm reivindicado espaço em diversos campos sociais, dentre eles a ambiência acadêmica. No entanto, consideramos que a academia ainda é um espaço elitista, no qual o epistemicídio negro é uma realidade em diversos campos do conhecimento.

Na Ciência da Informação há indícios de um epistemicídio negro, evidenciado por pesquisas que apontam uma ínfima representatividade negra nas produções científicas em revistas científicas, base de dados, dissertações e teses. Alguns desses trabalhos serviram para referenciar este estudo de dissertação e apontar quais caminhos esse estudo deveria seguir.

Esta pesquisa se propôs a analisar a relação entre a mediação da informação e o protagonismo negro com base nas produções científicas sobre a população negra no ENANCIB. Para que essa relação possa ser bem estabelecida, é imprescindível que os(as) pesquisadores(as) reconheçam que a produção científica é uma ação mediadora de informação. Desse modo, desde a escolha do tema à publicação da pesquisa já está havendo uma ação mediadora do(a) cientista para com os(as) seus(suas) pares, com os(as) leitores(as) e com a sociedade de modo geral. Essa mediação fica latente ao observamos como a professora Mirian Aquino inspirou orientandos(as), alunos(as) e colegas docentes no desenvolvimento de pesquisas sobre a população negra. Destarte, os(as) cientistas da informação precisam sopesar a responsabilidade social da área no fazer científico e elucidar as questões levantadas pela sociedade, dando sempre uma atenção especial aos povos em situação de vulnerabilidade social, como, por exemplo, as populações negras, indígenas, ribeirinhas, rurais, LGBTQI+, entre outras.

Diante disso, reputamos que a hipótese da pesquisa foi confirmada e o objetivo geral desta pesquisa foi atingido. Acreditamos que, por meio do referencial teórico deste estudo e dos dados analisados e apresentados, há uma relação profícua e indissociável entre a mediação da informação e o protagonismo social negro no ENANCIB. Pode-se afirmar, ainda, que a mediação da informação constitui epicentro do protagonismo social negro, por meio da ação dos(as) pesquisadores(as) e dos conteúdos conscientemente mediados em suas pesquisas. A mediação consciente evidencia que as 40 pesquisas recuperadas por esta dissertação não são obra de mera casualidade, mas são frutos de um trabalho gradual de luta e de resistência.

No tocante ao objetivo específico A – sobre mapear as produções científicas e os(as) pesquisadores que produziram estudos sobre a população negra no ENANCIB, a pesquisa evidenciou um protagonismo negro no desenvolvimento de pesquisas sobre essa temática. Esse protagonismo é bastante importante, pois mostra que apesar das dificuldades enfrentadas por esses(as) pesquisadores(as), os(as) mesmos(as) conseguiram ocupar esses espaços bastante disputados. Todavia, é preciso ponderar que, para o enfrentamento ao epistemicídio e ao racismo na área, é pertinente que haja um envolvimento de toda a comunidade científica.

Consideramos que o objetivo B foi alcançado. O destaque ficou em torno dos(as) dez autores(as) com mais pesquisas no ENANCIB, todos(as) negros(as) e comprometidos com a luta contra o racismo na ambiência acadêmica. Acreditamos que esses(as) conseguiram vencer as lógicas hegemônicas de dominação e opressão do povo negro, tal qual o racismo estrutural. Desse modo, são exemplos e referências de resistência e de empoderamento do povo negro.

Esquadrinhamos que também foi alcançado o objetivo C – Elencar as temáticas encontradas nos trabalhos recuperados, para apontar as tendências de pesquisas étnico-raciais no ENANCIB. As temáticas foram elencadas e representadas em nuvem de palavras. Estas apresentam tendências de pesquisas sobre a população negra na Ciência da Informação. Consideramos que o arcabouço teórico composto pelas quarenta pesquisas recuperadas por este trabalho apontam pistas temáticas de estudos e convidam outros(as) pesquisadores(as) para lutarem em prol do enegrecimento do ENANCIB.

O presente trabalho se debruçou sobre as produções atinentes à temática

étnico-racial, com foco na população negra, apresentadas nos ENANCIBs. Portanto, as considerações da pesquisa focam em tal amostra. Imprescindível mais uma vez ressaltar que há pesquisadoras e pesquisadores da Ciência da Informação que pesquisam e publicam sobre a temática étnico-racial em outros locais, eventos, periódicos e abordam o assunto em disciplinas, projetos de pesquisa e extensão. Importante, em pesquisas futuras, expandir o universo de pesquisa com vistas a conhecer a produção científica atinente à temática étnico racial.

Pensamos que a Ciência da Informação brasileira está em dívida com a comunidade negra. É preciso que a área se torne um campo fecundo de discussões étnico-raciais e que ela fomente pesquisas nesse eixo temático. Concebemos que o desenvolvimento de pesquisas nesse sentido atende à responsabilidade social da área e que seu corpo científico possui um *munús* social de elucidar as questões levantadas pela população de modo geral, especialmente aqueles grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade. Desejo ver uma Ciência da Informação que potencialize produções com foco em grupos socialmente e historicamente marginalizados, especialmente a população negra.

Quanto a perspectivas futuras de pesquisas, evidenciamos o desejo de dar continuidade a esta pesquisa no doutorado, desenvolvendo entrevistas com os(as) pesquisadores(as) negros(as) engajados nas temáticas étnico-raciais. Consideramos fundamental ouvir a percepção desses(as) acerca da importância do protagonismo social negro e sua relação com a mediação da informação, bem como sobre o enfrentamento ao epistemicídio e ao racismo. Consideramos que esses(as) pesquisadores(as) possuem o lugar de fala e o conhecimento preciso para apontar caminhos de combate ao epistemicídio na área.

Finalizando este trabalho, julgo pertinente ponderar que é comum um(a) pesquisador(a) passar por alguns conflitos durante a elaboração de uma pesquisa, sobretudo, em pesquisas longas como dissertações e teses. Considero importante apresentá-los, pois tendemos a observar o resultado final e não damos a devida importância aos passos dados em direção a determinado fim.

O primeiro conflito que me deparei foi o reconhecimento de alguns privilégios que possuo. É difícil, mas necessário, que o pesquisador branco se reconheça como parte de um grupo opressor e ao mesmo tempo se coloque a serviço da luta antirracista. Reputo que o desenvolvimento desta pesquisa foi um “divisor de águas” em minha vida, uma espécie de “*metanóia*”. A partir dela eu pude perceber

realidades que até então eram ocultas para mim e que, no Brasil, uma condição privilegiada não se resume apenas a questões econômicas, mas se refere também a marcadores sociais de raça, etnia, classe e gênero, entre outros. Tal contexto serviu para reforçar em mim a responsabilidade social de colocar-me a serviço e estar sempre junto àqueles(as) que vivenciam exclusões históricas.

Preciso confessar que, em alguns momentos da pesquisa, fui tomado e arrastado por uma onda de desânimo em virtude das leituras necessárias para o desenvolvimento do estudo. A *práxis* de leitor me fez, em algum momento, pensar que é impossível desconstruir o racismo estrutural que gera o epistemicídio negro em diversas ciências, inclusive na Ciência da Informação. Fui levado a pensar que estava trabalhando em prol de uma utopia e, às vezes, me pareceu até que eu não era bem-vindo às discussões acerca desse tema. Todavia, estava completamente enganado.

Acredito que o protagonismo social negro no contexto do ENANCIB, tendo como epicentro a mediação da informação, não é algo enquadrado em um cenário utópico. Declaro que essa é uma realidade possível e praticável. Para tanto, é necessário que ocorra o que a epígrafe da inspiradora Lélia Gonzalez sugere: “Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma *práxis* de conscientização da questão da discriminação racial neste país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial”.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Protagonismo da enfermagem no processo de cuidar. **SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**, 75. Caderno de Dicas, 2014. Brasília, (DF). Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/download/dicas2014.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. de; FRAGA FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. De; FRAGA FILHO, Walter. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro-Posições**, v. 28, n. 1, p. 55-80, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000100055&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 mai. 2020.
- ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis de. et al. Paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação & Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p. 16-27, 2007. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/reic/article/view/745>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277162051_MEDIACAO_DA_INFORMACAO_E_MULTIPLAS_LINGUAGENS. Acesso em: 18 dez. 2019.
- ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a Organização do Conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 98-116, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Ação cultural e protagonismo social. In: Henriette Ferreira Gomes; Hildenise Ferreira Novo. (Org.). **Informação e protagonismo social**. 1ed. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 45-58, 2017.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@: Revista**

Eletrônica Interdisciplinar, v. 8, n. 2, p. 132-144, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052>. Acesso em 21 dez. 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro Alves; CÔRTEZ, Gisele Rocha; SILVA, Aurekelly Rodrigues da; LUCIANO, Maria Cristiana Félix. **Em busca do protagonismo negro na Ciência da Informação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis. Anais...Santa Catarina: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1213/910>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ALVES, Joyce Amancio de Aquino. O racismo institucional no Brasil: contribuições de Louis Althusser para o debate. **Caderno de estudos sociais e políticos**, v. 7, n. 12, p. 83-95, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/32181>. Acesso em: 23 jan. 2020.

ANDRADE, Rayssa. Mulheres Negras em ação: trajetórias do movimento de mulheres negras no Brasil contemporâneo. In: Marco Aurélio Paz Tella (Org.). **Direitos humanos, população afro-paraibana e mulheres negras**. João Pessoa: NEABI/UFPB, 2012, p. 61-68.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, v. 15, n. 2, p. 23-39, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6485/6995>. Acesso em: 28 ago. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 1, p. 57-79, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51437>. Acesso em: 24 out. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, v. 19, p. 1-30, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>. Acesso em: 26 nov. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 1, p. 145-159, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9896>. Acesso em: 09 jan. 2020.

ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah Santiago. Produção de trabalhos científicos em eventos nacionais da área de ciência da informação. **Transinformação**, v. 23, n. 3, p. 207-217, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862011000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2020.

ARTES, Amélia. DIMENSIONANDO AS DESIGUALDADES POR SEXO E COR/RAÇA NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA. **Educ. rev.**, v. 34, e192454, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100177&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2020.

AQUINO, Mirian de Albuquerque; SANTANA, Vanessa Alves. **Para além dos discursos**: imagens de inclusão social/racial na sociedade do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6, 2005, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2005.

AUTRAN, Marynice Medeiros Matos. **Comunicação da ciência, produção científica e rede de colaboração acadêmica**: análise dos Programas brasileiros de Pós-Graduação em Ciência da Informação. 407p. 2015. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais). Faculdade de Letras: Universidade do Porto. Porto, 2015. Disponível em: https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=34002. Acesso em: 30 dez. 2019.

BAMBIRRA, Natércia Ventura; LISBOA, Teresa Kleba. “Enegrecendo o feminismo”: a opção descolonial e a interseccionalidade traçando outros horizontes teóricos. **Revista Ártemis**, v. 27, n. 1, p. 270-284, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/40162>. Acesso em: 23 dez. 2019.

BARRETO, Aldo Albuquerque. Olhar sobre os 20 anos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119307>. Acesso em: 02 abr. 2020.

BARRETO, Luciana Augusto. **Pela graça da mistura**: ações afirmativas, discurso e identidade negra no curso de direito em universidades públicas paraibanas. 2014. 202 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4784?mode=full>. Acesso em: 07 jan. 2021.

BATISTA, Carmem Lúcia. Mediação e apropriação da informação pública fiscal: educação para a cidadania. **Informação@Profissões**, v. 5, n. 2, p. 181-205, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28320/20521>. Acesso em: 19 dez. 2019.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (Org.) **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. p. 25-57.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estud. afro-asiát**, v. 24, n. 2, p.247-273, 2002.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-546X2002000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 11 dez. 2019.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

BOTELHO, Rafael Guimarães; OLIVEIRA, Cristina Cruz de. Literaturas branca e cinzenta: uma revisão conceitual. **Ciência da Informação**, v. 44, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/19945>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.

BRAMBILLA, Sônia Domingues Santos; STUMPF, Ida Regina Chittó. **Interfaces da Informação: tendências temáticas da pós-graduação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007, Salvador. Anais...Bahia: UFBA, 2007. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/12/GT1--014.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acessado em: 28 dez. 2020.

BUFREM, Leilah Santiago. Configurações da pesquisa em Ciência da Informação. DataGramaZero: **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, 2013. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2017/03/pdf_83544cff14_0000014107.pdf. Acesso em: 27 dez. 2019.

BUFREM, Leilah Santiago. **Dimensões de um campo em construção: intensificando a crítica**. Fortaleza: Ceará, 2016. Resenha de: Jonathas Carvalho. Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação: epistemologia, política e educação. Rio de Janeiro: Agência Biblio, 2016. 124p.

BUTLER, Judith. [Entrevista cedida a] Baukje Prins e Irene Costera Meijer. "Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler". **Revista Estudos**

Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155- 167, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100009/8771>. ISSN 1806-9584. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CAMARGO, Lorena Stephanie de.; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Bibliometria, cienciometria e um possível caminho para a construção de indicadores e mapas da produção científica. **Ponto de Acesso**, v. 12, n. 3, p. 109-125, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/28408>. Acesso em: 02 jan. 2021.

CAPURRO, Rafael. **Epistemologia e Ciência da Informação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 21 out. 2019.

CARDOSO, Claudia Pons. **Por uma epistemologia feminista negra do sul: experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil**. In: 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11: Transformações, conexões, deslocamentos. Anais [...] Florianópolis: 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499452943_ARQUIVO_simposiotextofazendogenero13.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

CARDOSO, Francilene. PINTO, Michelle Silva. Apontamentos contemporâneos sobre questão racial e atuação bibliotecária. In: Silva, Franciéle Carneiro Garcês da (Org.); LIMA, Graziela dos Santos (Org.). **Bibliotecários negros: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018.

CARDOSO, Francilene do Carmo; NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. **A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 12, 2011, Brasília. Anais...Distrito Federal: UNB, 2011. Disponível em: <https://futemax.fm/assistir-athletico-pr-x-palmeiras-ao-vivo-19082020-online/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARVALHO, Ana Cristina Guimarães; NASCIMENTO, Maria Gezilda e Silva.; BEZERRA, Midinai Gomes. A mediação da informação na narrativa oral e na história de vida: proposições dialogais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e**

Ciência da Informação, v. 16, n. 2, p. 461-482, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651516>. Acesso em: 03 jan. 2021.

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 1, p. 245-258, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/114094>. Acesso em: 16 mar. 2020.

CONTINS, Marcia; SANTANA, Luiz Carlos. O movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 209-220, 1996.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 jan. 2021.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. **Lua Nova**, n. 26, p. 219-248, 1992. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 mar. 2020.

CRI. **Articulação para o Combate ao Racismo Institucional**. Identificação e abordagem do racismo institucional. Brasília: CRI, 2006.

CUNHA, Jacqueline de Araújo; REIS, Mônica Karina Santos. Protagonismo feminino na Biblioteconomia e Ciência da Informação no Rio Grande do Norte: uma história tecida pela prosa e poesia. In: SILVA, Franciele Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima. (Orgs). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e na Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018, p. 71-100.

SILVA, Teresinha Elisabeth da; EIRÃO, Thiago Gomes. **Mapeamento e tendências do GT5 do ENANCIB**: um estudo dos trabalhos apresentados de 2011 a 2018. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20, 2019, Florianópolis. Anais... Santa Catarina: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1103/755>. Acesso em: 08 jan. 2020.

DE OLIVEIRA, Vanessa Florêncio. Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: três perspectivas distintas sobre a miscigenação. **Revista Sem Aspas**, p. 85-91, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/10344/6888>. Acesso em: 11 dez. 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo – Revista do Departamento de História da UFF**, v. 12, p. 113-136, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em: 23 dez. 2019.

DOMINGUES Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos latinoamericanos**, v. 10, p. 116-131, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**, v. 12, n. 23, p. 118-139, 2011.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. **Terceira Margem**, v. 14, n. 23, p. 113-138, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/10953>. Acesso em: 29 abr. 2020.

EUCLIDES, Maria.; SILVA, Joselina da. Dialogando autoetnografias negras: intersecções de vozes, saberes e práticas docentes. **Práxis Educacional**, v. 15, n. 32, p. 33-52, 2019. DOI: 10.22481/praxis.v15i32.5042. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5042>. Acesso em: 01 fev. 2021.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; COSTA, Daysene de Araujo. Empoderamento e protagonismo social no setor de referência de bibliotecas universitárias. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 22, n. 50, p. 1-14, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p1>. Acesso em: 18 dez. 2019.

FERREIRA, Daniela Assis Alves; ZOCAL, Rúbia Magalhães Fraga; SILVA, Elaine Drumond Pires e; MARTINS, Ana Paula de. **Gestão da Informação e do conhecimento: uma revisão sobre a trajetória do GT 4 no ENANCIB**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20, 2019, Florianópolis. Anais...Santa Catarina: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/934/848>. Acesso em: 08 jan. 2020.

FERREIRA, Mary; BORGES, Elinielle Pinto; BORGES, Luís Cláudio. **Mercado de trabalho e a desigualdade de gênero na profissão da(o) bibliotecária(o)**. In: Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação, 33, 2010, João Pessoa. Anais...Paraíba: UFPB-Biblionline. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/03/pdf_c06bdc16ef_0015294.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

FERREIRA, Nara Torrecilha. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, v. 27, n. 104, p.476-498, 2019.

FERREIRA, Vitória de Miranda. **Mãe preta, estudo sobre o índice de violência obstétrica entre as mulheres negras**. In: Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, 10, 2018, Uberlândia. Anais...Minas Gerais: UFU, 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1532453580_ARQ_UIVO_CopeneMG.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Rev. Direito Práx.** v. 9, n. 2, p.1080-1099, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v9n2/2179-8966-rdp-09-02-1080.pdf>. Acesso em: 23

dez. 2019

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. A literatura cinzenta se ilumina na web. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 2, p. 6, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/5>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FREIRE, Isa Maria; ALVARES, Lillian Maria Araújo de Rezende. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, n. 2, v. 6, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119513>. Acesso em: 05 jan. 2021.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças; DANTAS, Esdras Renan Farias. Conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 1-25, 2012. ISSN 1981-1920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12309/11372>. Acesso em: 29 abr. 2020.

GARCIA, Joana Celi Ribeiro; SILVA, Edilene Maria da. Relatório de xvi enancib. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 10, n. 2, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/26569>. Acesso em: 13 mar. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações – Revistas de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>. Acesso em: 23 dez. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais. **Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 1ª Ed. São Paulo. Ed. Loyola, 1997.

GOMES, Ana Paula dos Santos. A educação para as relações Étnico-raciais a partir do Patrimônio Cultural Negro: educação patrimonial da cultura afro-brasileira e os (as) intelectuais negros (as) In: AGUIAR, Marcia Ângela da Silva (Org). **Educação e diversidade: estudos e pesquisas**. Recife: UFPE–MEC/SECAD. Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. In: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida. (Orgs.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social:

relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-44.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo sócio-informacional na saúde coletiva. **Informação em Pauta**, v. 3, n. Especial, p. 47-61, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/39713>. Acesso em: 15 dez. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644/4048>. Acesso em: 08 jul. 2019.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, n. 4, v. 30, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/57047/32518>. Acesso em: 01 fev. 2021.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2001.

GOMES, Laurentino. **A escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando uma raça. **Educ. Soc.**, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 abr. 2020.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de saberes. **Política e Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>. Acesso em 28 dez. 2020.

GONDIM, Linda Maria de Pontes.; LIMA, Jacob Carlos. **A pesquisa como artesanato intelectual – considerações sobre método e bom senso**. São Carlos: Edufscar, 2006.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. **Polis**, v. 15, n. 44, p.357-379, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/11944>. Acesso em: 23 dez. 2019.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ Lélia; HASENBALG, C. A. (Org.). **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 9-66.

GOULARTE, Raquel da Silva; MELO, Karoline Rodrigues de. A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental. **Entretextos**, v. 13, n. 2, p. 33-54, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/16035/13888>. Acesso em: 17 abr. 2020.

GUILLEN, Isabel. **500 anos: um novo mundo na TV**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância. 2001.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, p. 464-478, 1995.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO DO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Dossiê de tombamento de Candidatura da Serra da Barriga**. Parte Mais Alcantilada – Quilombo dos Palmares e Patrimônio Cultural do MERCOSUL Marcelo Brito coord. São Carlos: Ed. Cubo, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_serra-da-barriga.pdf. Acesso em 20 dez. 2019.

JACINO, Rematis. Que morra o “homem cordial” – Crítica ao livro Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda. **Sankofa**, v. 10, n. 19, p. 33-63, 2017.

JACCOUD, Luciana. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil – 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008, p. 45-64.

JULIANO, Filipe Romão. Racismo: uma infecção do tempo da escravidão – a permanência do racismo no pós-abolição, o Quilombo Sacopã e o seu combate. **Mosaico**, v. 9, n. 15, p. 69-85, 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/76880/74573>. Acesso em: 28 dez. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da.; SEVERO, Rohnely Pereira.; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Imagens de exclusão de negros /as em produção de conhecimento nas universidades públicas. **Ponto de Acesso**, v. 7, n. 3, p. 78-92, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8175>. Acesso em: 24 out. 2019.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. TRÁFICO ATLÂNTICO, ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL. **Sankofa**, v. 10, n. 19, p. 64-82, 2017.

LIMA, Graziela dos Santos; ALMEIDA, Carlos Cândido de. **Abordagens socioculturais na organização do conhecimento: subsídios teóricos para representação da cultura afro-brasileira**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20, 2019, Florianópolis. Anais...Santa Catarina: UFSC, 2019.

Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123587>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LIMA, Izabel França de; SANTIAGO, Stella Márcia de Moraes; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A Informação que Circula sobre a Política de Cotas no Ensino Superior. **Plurais**: Revista Multidisciplinar da UNEB, v. 1, p. 76-91, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/5>. Acesso em: 02 abr. 2020.

LIMA, Larissa Mello; CAPRIOLI, Mariana Silva; XAVIER, Ana Laura Silva; MORAES, João Batista Ernesto. **Frohmann e a questão do regime de informação no contexto da organização e representação do conhecimento**: aporte teórico discursivo. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6, 2016. Londrina. Anais VI Seminário em Ciência da Informação.

LIMA, Kelly Diogo de, PIMENTEL, Camila, LYRA, Tereza Maciel. Disparidades raciais: Uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. **Cien Saude Colet**, 2019. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/disparidades-raciais-uma-analise-da-violencia-obstetrica-em-mulheres-negras/17356?id=17356>. Acesso em: 15 dez. 2020.

LOPES, Fernando Cruz.; BORTOLIN, Sueli; SILVA, Maria Nilza. Relações raciais e mediação da informação: breves considerações. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 96-113, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72414>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.** n. 133, p. 463-479, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n133/0101-6628-ssoc-133-0463.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020.

MARQUES, Danilo Luiz. **Folga negro, branco não vem cá**: o quilombo de Palmares como arte da memória negra sobre Palmares. In: Encontro escravidão e liberdade, 7, 2015, Curitiba. Anais... Paraná: UFPR, 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos7/danilo%20luiz%20marques.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 74, p. 107-123, 2006.

MARTINS, Gracy Kelli. **Institucionalização cognitiva e social da Organização e Representação do Conhecimento na Ciência da Informação no Brasil**. 2014. 184 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114036>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MARTINS, Mireile Silva; MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. **Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio**: apontamentos para o debate. In: Encontro de Ensino de História, 5, 2018, Ituiutaba. Anais... Minas Gerais: UFU,

2018. Disponível em:

http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mireile_silva_martins.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.

MARTINS, Telma Cezar da Silva. **O branqueamento no cotidiano escolar:**

práticas pedagógicas nos espaços da creche. 2017. 164 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1687>. Acesso em: 06 jan. 2020.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação. **Perspectiva Ci. Inf.**, v. 1, n. 2, p. 225-244, 1996. Disponível em:

https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/08/pdf_c7d8705c3f_0011633.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias

eurocênticas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 27-42, 2014. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16185/10957>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MATIA, Wédja Roberta Moura. Feminismo e empoderamento da mulher na sociedade brasileira. **Revista Cadernos de Clio**, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2017.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/clio/article/view/53648>. Acesso em: 14 dez. 2019.

MEDEIROS, Marielda Barcellos. Espelho: autoetnografia de trajetória na vida, no

trabalho e na militância. **Diversidade e Educação**, v. 7, n. especial, p. 44-67, 2019. ISSN 2358-8853. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9491>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MELLO, Lina Laura Crivellari Cardoso de. Os anais de encontros científicos como fonte de informação: relato de pesquisa. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 20, n. 1, p. 53-68, 1996. Disponível em:

<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000004664/0709e1e8aa42512b7e58c0497f61fd1c/>. Acesso em 28 dez. 2019.

MELO FILHO, Edilson Targino; SILVA JUNIOR, Jobson Francisco da. Enegrecendo o ENANCIB: a produção científica nas temáticas étnico-raciais no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Revista Folha de Rosto**, v. 5, p. 49-59, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/392/400>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MELO FILHO, Edilson Targino.; SILVA JUNIOR, Jobson Francisco da. A produção científica sobre estudos étnico-raciais nas ciências sociais aplicadas: revisão sistemática de literatura. In: Franciéle Carneiro Garcês da Silva; Graziela dos Santos Lima. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. 1ed. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 397-418.

Disponível em: <https://www.acbsc.org.br/wp-content/uploads/2018/08/LIVRO->

COMPLETO.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 01-18, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. et al. A pesquisa em ciência da informação no Brasil - análise dos trabalhos apresentados no IV Enancib, 2000. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23-24, n. 3, 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/view/0000010397>. Acesso em: 29 dez. 2020

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Estudos métricos da informação em ciência e tecnologia no Brasil realizados sobre a unidade de análise artigos de periódicos. **Liinc em revista**, v. 9, n. 1, p. 06-27 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3429/2999>. Acesso em: 24 out. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro, 2003. Anais... Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019a.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019b.

NOGUERA, Renato; DUARTE, Valter; RIBEIRO, Marcelo dos Santos. Afroperspectividade no ensino de filosofia: possibilidades da Lei 10.639/03 diante do desinteresse e do racismo epistêmico. **O que nos faz pensar**, [S.l.], v. 28, n. 45, p. 434-451, dez. 2019. Disponível em: <http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnfp/article/view/693>. Acesso em: 02 jan. 2021

NOGUEIRA, Juliana Keller; FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Tereza Kazuko. **Conceitos de gênero, etnia e raça, reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar**. Anais... Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto, 2008.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicol. USP**, v. 17, n. 1, p. 89-98, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

65642006000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2020.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, v. 8, n. 2, p. 466-492, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3336>. Acesso em: 23 dez. 2020.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; XAVIER, Tatiane Nunes. Tendências de Pesquisa em Informação e Tecnologia: análise do GT 8 no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Folha de Rosto**, v. 3, n. 2, p. 76-87, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/262>. Acesso em: 17 abr. 2020.

ORTOLAN, Luciana Pereira. et al. As temáticas sobre o negro na ciência da informação brasileira. **Biblionline**, v. 13, n. 3, p. 14-29, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/35715>. Acesso em: 21 out. 2019.

PAIVA, Eliane Bezerra.; RAMALHO, Francisca Arruda. Usuários da informação: a produção científica no periódico 'Perspectivas em Gestão & Conhecimento'. **Informação em Pauta**, v. 2, n. Especial, p. 47-68, 2017.

PENHA, Cássia Cristina Santos; SILVA, Daniela Danna Soares. **O ódio que você semeia: reflexos do racismo estrutural na inferiorização da voz negra**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9, 2019, São Luiz. Anais...Maranhão: UFMA, 2019. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/anais.html>. Acesso em: 28 jan. 2020.

PEREIRA, Amilcar. O movimento negro brasileiro e a lei 10.639/03: da criação aos desafios para a implementação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 13-30, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3452>. Acesso em: 23 dez. 2019.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**, v. 16, n. 32, p. 337-356, 2015.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. **Necropolítica & epistemicídio: as faces ontológicas da morte no contexto do racismo**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Metafísica na Universidade de Brasília – UnB, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34771>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. **Problemata**, v. 10, n. 2, p. 167-194,

2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/49136/28617>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo; DO NASCIMENTO, Wanderson Flor.

NECROPOLÍTICA: Estratégias de extermínio do corpo negro. **ODEERE - Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 149-176, 2018. Disponível em:

<http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4327>. Acesso em: 24 jan. 2020.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar. Literatura cinzenta ou não convencional: um desafio a ser enfrentado. **Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 243-246, 1992. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/54846>. Acesso em: 27 abr. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: 2005. 130p. Disponível

em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

QUINTILIANO, Marta. Análise das políticas de ações afirmativas na pós-graduação stricto-sensu da Universidade Federal de Goiás. **Emblemas – Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais – UFG/CAC**, v. 15, n. 2, p. 54-66, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/view/53219>. Acesso em: 28 nov. 2019

QUIRINO, Kelly Tatiane Martins. Mito da democracia racial: a relação entre imaginário e a aceitação das cotas raciais como política pública no Brasil, a partir de posts no site UOL. **Comunicologia – Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, v. 7, n. 2, p. 268-293, 2014. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/5649>. Acesso em: 14 dez. 2020.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. **Ensaios Filosóficos** v. 4, p. 06-24, 2011. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo Negro para um novo marco civilizatório. **SUR 24**, v. 13, n. 24, p. 99 – 104, 2016. Disponível em: <http://sur.conectas.org/feminismo-negro-para-um-marco-civilizatorio/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROCHA, Solange Pereira da. **Famílias Negras na Cidade da Parahyba Imperial: o caso dos libertos e livres**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. p. 15-15. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300647263_ARQUIVO_ANPUH

2011SolangePereiradaRocha.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

ROSA, Alexandre Reis. **(O) Braço forte, (a) mão amiga**: um estudo sobre a dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar. Lavras: UFLA, 2007.

SALES JR., Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo soc.**, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a12v18n2>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. **Repositório Institucional**, p. 1-9, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SANTANA, Sérgio Rodrigues de; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; LIMA, Izabel França de. **Informação étnico-racial na memória da produção científica do Grupo NEPIERE**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17, 2016, Bahia. Anais...Salvador: PPGCI/UFBA, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/4136/2377>. Acesso em: 28 mar. 2020.

SANTANA, Vanessa Alves.; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A responsabilidade social e ética e a inclusão de afrodescendentes em discursos de profissionais da informação em universidade pública. **Biblionline**, v. 5, n. 1/2, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16695>. Acesso em: 21 out. 2019.

SANTIAGO, Flávio. Políticas educacionais e relações étnico-raciais: contribuições do parecer CNE/CP 3/2004 para a educação infantil no Brasil. **Rev. Online de Política e Gestão Educacional**, v. 17, n. 14, p. 25-44, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9340>. Acesso em: 16 jan. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 23-72.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. **Educ. Real**, v. 43, n. 3, p. 949-967, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362018000300949&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 jan. 2020.

SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Movimento negro e crise brasileira**, Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos; NERY, Joilda Silva; GOES, Emanuelle Freitas; SILVA, Alexandre da; SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos; BATISTA, Luís Eduardo; ARAÚJO, Edna Maria de. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estud. av.**, v. 34, n. 99, p. 225-244, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 dez. 2020.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; KOBASHI, Nair Yumiko. Bibliometria, Cientometria, Infometria: conceitos e aplicações. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 5, n. 1, p. 155-172, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/11992>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor. Qual "retrato do Brasil"? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica. **Mana - Estudos de Antropologia Social**, v. 10, n. 1, p. 61-95, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v10n1/a03v10n1.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 275-288, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/9102/6274>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SANTOS, Thais Helen do Nascimento; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A. Entre os estudos culturais e a ciência da informação: fontes de informação étnico-raciais. **Informação & Informação**, v. 21, n. 1, p. 29-55, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/44535>. Acesso em: 01 fev. 2021

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/29249>. Acesso em: 18 dez. 2019.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of Information Science. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 1-9, 1995.

SCHUCK, Camila Botelho. **Mulheres negras pioneiras na ciência e o conhecimento produzido na enciclopédia digital Wikipédia Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros da Região Sul, 04, 2019, Jaguarão. Anais...Rio Grande do Sul: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: https://www.copenesul2019.abpn.org.br/resources/anais/11/copenesul2019/1566772385_ARQUIVO_2fa99b4926900d7ad065ab90b67e31d3.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21. ed. São

Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Alba Lúcia de Almeida. **A Responsabilidade Social-Ét(n)ica da Ciência da Informação na Produção de Conhecimento da Universidade Federal da Paraíba**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 10, Anais... João Pessoa: ANCIB, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3293/2419>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SILVA, Alba Lúcia de Almeida; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A (in)visibilidade de negros(as) na produção de conhecimento em Programas de Pós-Graduação da UFPB. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 91-108, 2011.

SILVA, Andreia Silva; FONTES, Sandra Regina. Diversidade étnica na biblioteca e a aplicação da lei nº 10.639/03. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 199-214, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71829>. Acesso em: 17 jan. 2021.

SILVA, Ariane da; PINHO, Camila Maria Santos de. **Epistemicídio, racismo e educação**: considerações epistemológicas a partir de Boaventura de Sousa Santos. In: Congresso de Pesquisa em Educação, 9., Anais...Rondonópolis: UFMT, 2018. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/109089.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SILVA, Denise Almeida. De epistemicídio, (in)visibilidade e narrativa: reflexões sobre a política de representação da identidade negra em cadernos negros. **Ilha Desterro**, n. 67, p. 51-62, 2014.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/ PPGEP/LED, 2000, 118 p.

SILVA, Elaine Drumond Pires e; MARIA, Thais Campos; FROGERI, Rodrigo Franklin; FERREIRA, Daniela Assis Alves. **Análise sociométrica do Grupo de Trabalho 4 do ENANCIB**: um estudo das relações entre os autores, coautores e instituições de ensino. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20, 2019, Florianópolis. Anais...Santa Catarina: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/882/844>. Acesso em: 08 jan. 2020.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; PIZARRO, Daniella Camara; SALDANHA, Gustavo Silva. **As temáticas africana e afro-brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 18, 2017, Marília. Anais...São Paulo: UNESP, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/index/index>. Acesso em: 13 jan. 2020.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo Silva. **Biblioteconomia negra brasileira**: caminhos, lutas e transformação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. 20, 2019, Florianópolis. Anais...Santa Catarina: UFSC, 2019. Disponível em:

<https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/656/550>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo Silva. Biblioteconomia negra brasileira: caminhos, lutas e transformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**. v. 12, n. 2, p. 01-24, 2019. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/492/473>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ALVES, Ana Paula Meneses; LIMA, Graziela dos Santos; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SILVA, Andreia Sousa da; FEVRIER, Priscila Rufino. **A saúde da mulher negra em foco: análise da produção científica na BDTD**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. 20, 2019, Florianópolis. Anais...Santa Catarina: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/viewFile/1340/608>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SILVA, Francisco Sávio; PAIVA, Eliane. **Memória afro-brasileira e indígena: pesquisa da produção científica em Ciência da Informação**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 19, 2018, Londrina. Anais...Paraná: UEL, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1486/1813. Acesso em: 13 jan. 2020.

SILVA, Francisco Sávio da. **Produção científica sobre as temáticas afro-brasileira e indígena nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18129>. Acesso em: 13 jan. 2021.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. **Ciência da Informação Brasileira e a Pós-Graduação: perspectivas históricas e múltiplas identidades**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

SILVA, Joselina da. **A representação do corpo: bandeira de identidade, raça, gênero e democracia, na década de sessenta**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/29-snh24?start=40>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectiva**, v. 28, n. 1, p. 19-36, jun. 2010. ISSN 2175-795X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n1p19/17811>. Acesso em: 25 ago. 2020

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Fontes de informação na web: apropriação, uso e disseminação da informação étnico-racial no

movimento negro da Paraíba. **TransInformação**, v. 26, n. 2, p. 203-212, 2014.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; AQUINO, Mirian de Albuquerque; CORTES, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho. **Bamidelê**: preservando a informação étnico-racial para o fortalecimento da memória cultural das mulheres negras na Paraíba. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. 17, 2016, Salvador. Anais...Bahia: UFBA, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4021>. Acesso em: 18 ago. 2020.

SILVA, Lidiane. Rodrigues Campêlo da; DAMACENO, Ana Daniell; MARTINS, Maria da Conceição Rodrigues; SOBRAL, Karine Martins; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Pesquisa documental**: alternativa investigativa na formação docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO — EDUCERE, IX, ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, III, 2009, Curitiba. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf. Acesso em: 03 abr. 2020.

SILVA, Maria Aparecida Lima; SOARES, Rafael Lima Silva. Reflexões sobre o conceito de raça e etnia. **Entrelaçando – Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, n. 4, p. 99-115, 2011. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/index.php/edicoes-entrelacando/20-educacao-e-africanidades-04>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SILVA, Reginaldo José da. **A mediação docente na formação do(a) pesquisador(a) atuante na consolidação da Ciência da Informação no Brasil**. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27374>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SINHORETTO, **Jacqueline**; MORAIS, **Danilo De Souza**. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudos Sociais**, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/10010?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2020.

SOUZA, Everton Aparecido Moreira de. História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. **Cadernos da Pedagogia**, v. 12, n. 23, p. 15-33, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1175/416>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SOUZA, Marcos de; JÚNIOR, Antonio Izo; SOUZA, Renato Rocha. **Modelagem de tópicos**: mapeamento científico do GT-8 do ENANCIB. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20, 2019, Florianópolis. Anais...Santa Catarina: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/490/609>. Acesso em: 08 jan. 2020.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.10, n. 2, p. 67-85, 2000. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/326>. Acesso em: 29 dez. 2020.

THEODORO, Mário. **As relações raciais, o racismo e as políticas públicas**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 37., 2013, São Paulo. Anais... São Paulo: Anpoc, 2013. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/mr-2/mr10/8786-as-relacoes-raciais-o-racismo-e-as-politicas-publicas/file>. Acesso em: 23 jan. 2020.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 77-87, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a06v2378.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Competência informacional para uma formação bibliotecária antirracista. **Revista ACB**, v. 24, n. 2, p. 321-332, 2019a. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1612>. Acesso em: 02 abr. 2020.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Educação antirracista no ensino da biblioteconomia. **Revista Folha de Rosto**, v. 5, n. especial, p. 118-126, 2019b. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/462>. Acesso em: 20 mar. 2020.

VALÉRIO, Erinaldo Dias.; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues.; SILVA, Joselina da. A produção científica sobre os (as) negro (as) nos ENANCIBs sob um olhar cientométrico. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 1, p. 151-169, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/12247/7765>. Acesso em: 10 jan. 2020.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; MARTELETO, Regina Maria. **Circulação de informação étnico-racial no conselho de políticas públicas**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20, 2019, Florianópolis. Anais...Santa Catarina: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1395>. Acesso em: 20 ago. 2020.

VANALI, Ana Crhistina; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu: análise da Universidade Federal do Paraná. **Cadernos de pesquisa**, v. 49, n. 171, p. 86-108, 2019. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/5911>. Acesso em: 28 nov. 2019.

VECHIATO, Fernando Luiz. Dos primórdios da Ciência da Informação à busca incessante pela sociedade do conhecimento. **Informação e Informação**, v. 16, n. 1, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/gg/Downloads/8893-32371-1-PB.pdf. Acesso em: 27 dez. 2019.

VIANA, Nildo. Capitalismo e racismo. In: SANTOS, Cleito Pereira dos; VIANA, Nildo. (Org). **Capitalismo e questão racial**. 1 ed. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009. p. 22-30.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saude soc.**, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000300535&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 mar. 2020.